

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

O ESPAÇO DEGENERADO:
ensaio sobre o lugar travesti na cidade modernista

Pedro de Lemos MacDowell

Brasília, 2010

PEDRO DE LEMOS MACDOWELL

**O ESPAÇO DEGENERADO:
ensaio sobre o lugar travesti na cidade modernista**

Dissertação apresentada como requisito parcial para conclusão do mestrado em Antropologia Social da Universidade de Brasília.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Rita Laura Segato

BRASÍLIA, OUTUBRO DE 2010

Resumo:

O Setor Comercial Sul, em Brasília, é o espaço a partir de onde se desenvolve a discussão apresentada neste trabalho. Principal ponto de prostituição de travestis do Plano Piloto da cidade, este espaço é apresentado como “degenerado”, do ponto de vista dos bairros que o circundam, em um sentido que é simultaneamente urbanístico e social. Dialogando o trabalho etnográfico com uma leitura histórica da projeção de Brasília, o que aqui se propõe é uma análise de como o regime patriarcal e colonial que estrutura as relações de poder no Ocidente moderno – e no Brasil em particular – estrutura também as relações e disposições espaciais da cidade. Brasília, nesse sentido, pode ser pensada como um campo muito especial para a análise, por se tratar de uma cidade planejada, inaugurada há apenas 50 anos, em que a relação entre os princípios ideológicos e arquitetônico-urbanísticos que a orientaram sempre esteve evidenciada por seus idealizadores. Travestis, transexuais e outros(as) personagens da cidade que são omitidos(as), excluídos(as) e segregados(as) dos espaços públicos de circulação e das formas mais legítimas e institucionalizadas de localização – nos postos de trabalho, nas escolas, nos veículos de transporte público, nos principais meios de comunicação, nos espaços institucionais de exercício da cidadania – encontram formas próprias de inventar e ocupar seus lugares. Esse é o duplo caminho que este trabalho acompanha: o das estruturas e mecanismos expulsos que restringem o uso dos espaços; e o das formas alternativas de apropriação e uso dos espaços restritos, com as associações, conflitos e espacialidades próprias que lhes advêm.

Palavras-Chave: Travestilidades. Brasília. Espacialidade. Prostituição. Violência.

Abstract:

Setor Comercial Sul, Brasília, is the space from which develops the discussion presented in this paper. Main area of prostitution of *travestis* in the center of the city, *Setor Comercial Sul* is seen, from the standpoint of the neighborhoods that surround it, as a ‘degenerate’ space, in a sense that is both urban and social. Combining ethnography with a historical reading of the projection of Brasília, what is proposed here is an analysis of how the patriarchal and colonial regime of power which structure relations in the modern west – Brazil in particular – also structure the relationships and space arrangements of the city. As a planned city, founded only 50 years ago, where the relationship between the ideological and urbanistic principles which guided it’s creators is evident, Brasília can be thought of as a very special field of analysis. *Travestis*, transsexuals and other characters of the city who are omitted, excluded and segregated from public spaces and from the more legitimate and institutionalized forms of location – jobs, schools, public transportation, the media, and institutional spaces of citizenship – find ways of their own to invent and occupy their places. This is the dual path this work accompanies: that of exclusive structures and mechanisms that restrict the use of space, and the alternative forms of appropriation and use of restricted space, with the associations, conflicts and particular spatialities that come with that.

Key-words: Transvestites. Brasília. Spatiality. Prostitution. Violence.

Sumário		
Agradecimentos		6
Apresentação		11
I.	Espaço e Memória	26
	1. Introdução	26
	2. Alteridades Históricas e a Memória Travesti na América Latina	28
	3. Nação, Modernidade e Projetos de Silenciamento	31
	4. Cidade, Corpo e Memória	33
	5. Sexo e Raça – Esboçando Analogias Possíveis	36
II.	Espaços Degenerados	41
	1. Segregação Espacial na Capital Planejada: Segregação Planejada?	41
	2. A Cidade Como Corpo e o Urbanismo “Clínico”	44
	3. A Espacialidade dos Corpos e a Corporalidade dos Espaços	46
	4. Setor Comercial Sul	48
	5. Degeneração do Espaço	51
	6. Corpos Abjetos, Lugares Impuros	54
	7. Purificação Pela Violência	58
	8. Espaços Degenerados, Lugares Abandonados	63
	9. Degeneração Como Liberdade	67
III.	O Lugar da Violência	70
	1. <i>Homines Sacri?</i>	71
	2. Tipificação e Performance	74
	3. Aproximações à Violência	78
	4. A Violência Próxima Demais	79
	5. Violência Como Performance	84
IV.	Ocupando Espaços	88
	1. Alteridade e Violência	88
	2. Parceria e Demanda	89
V.	Bibliografia	92
VI.	Filmografia	99

Agradecimentos

Ao longo deste trabalho, mais do que nunca, senti a escrita como um exercício de gratidão. Na cuidadosa escolha de cada palavra, no encadeamento de todas as frases, na forma de estruturar o texto, no fluxo da narrativa, na decisão pelos temas mais importantes, na busca por formas de escrita que melhor representassem os meus desejos, experiências e sentimentos; desde o momento em que efetivamente me dei conta de ter diante de mim a tarefa de pôr em palavras uma parte da minha vida que em muito transcende o pragmatismo de um trabalho de pesquisa; antes ainda de digitar a primeira letra, diante do tracinho digital que pisca sobre a página em branco; enquanto escrevi este texto, quase sempre sozinho no escritório improvisado que montei em um dos cômodos de minha casa, sempre senti com muita intensidade a presença de muitas pessoas que, de alguma forma, fizeram este trabalho possível. Embora certamente não o soubessem, cada uma dessas pessoas desempenhou nos últimos meses a função de leitores (as) em primeira mão deste texto. É que escrever, para mim, é como ler a leitura das pessoas que amo. Há sempre um (a) interlocutor (a) – mais sentido (a) do que imaginado (a) – que lê antes que eu as possa escrever as palavras de que preciso. Preciso, por um ritual próprio, estar só para escrever. Mas nunca escrevo sozinho, por mais que o queira. Sequer consigo conceber, para mim, uma escrita de outra natureza.

Não serei capaz de agradecer nominalmente, nesta sessão de Agradecimentos, a cada uma destas pessoas. Mas sei que não me faltarão oportunidades para agradecê-las em outras ocasiões, de outras formas.

Em primeiro lugar, sou muito grato ao amor, ao carinho, à paciência e ao apoio incondicionais de minha mãe. Sua dedicação em tentar construir sempre a melhor condição possível para a realização dos trabalhos e dos sonhos de todas as pessoas mais próximas é uma grande fonte de inspiração, e tornou meu trabalho muito mais fácil (foi muito bom tê-lo podido desenvolver em casa, com tranquilidade).

Sou também muito grato ao meu pai, sempre muito generoso, que dentre muitas outras coisas me ensinou a lição fundamental de que rebeldia e disciplina podem caminhar juntas. Foi meu pai um dos primeiros professores a me ensinar a importância de buscar uma visão crítica do mundo, sem nunca me esquecer de voltá-la também a mim próprio. Com ele, antes de saber quem era Ghandi, aprendi a lição de que é preciso ser a mudança que se deseja ver no mundo.

Não é por mero capricho ou por convenção que inicio esses agradecimentos pela família. Tampouco por ser do signo de câncer, acredito. Tive mesmo a sorte, inegável, de ter um bom começo no contato com os seres humanos. Meu avô materno, Pontual, “servidor do povo”, uma das pessoas mais agregadoras e acolhedoras com quem tive o prazer de conviver, é também para mim uma grande fonte de inspiração. Desnudou para mim, desde cedo, a existência violenta da falácia racista; me ensinou a importância de lutar pelo ideal de um mundo onde as diferenças não assumam a forma de desigualdades. E enquanto o fazia me deu a lição mais importante: tudo isso se pode fazer com humor e com amor.

Maria Elena, minha (tia-) avó paterna, foi desde cedo para mim um grande privilégio, como professora e como interlocutora. Companhia sempre muito agradável, interessada e interessante, me estimulou muito o gosto pela leitura e pelo pensamento crítico.

E há ainda muitas pessoas na família que de muitas formas diferentes ocupam lugares fundamentais em minha vida e em meu trabalho, e que faço questão de citar aqui: minha irmã, Carol, sempre tão amorosa; minhas avós, Gilda e Magda; meus tios e tias, Ju, Tica, André e Cláudio; minhas tias avós, Marly, Marlene, Mariza e Heny; minha prima, Bel. E ainda seriam muitas outras pessoas a citar.

Este trabalho seria impossível sem a presença fundamental de minha orientadora, Rita Laura Segato, a quem tantas vezes cito nas páginas que seguem, e ainda assim não dou conta da medida de sua importância enquanto mestra na antropologia e na vida. Rita é uma das pessoas que mais me inspira, e com quem mais aprendi. Agradeço profundamente sua generosidade intelectual e amorosa.

Não sigo, na sucessão destes parágrafos, uma ordem que traduza qualquer hierarquia de importância em termos das contribuições específicas a este trabalho. É evidente o lugar fundamental e minha profunda gratidão a pessoas como Malu, Fernanda Preta, Vanessa, Adélia, Charlotte, Sissy, Ludymilla, Talita, Bianca, Ranny, Michelle, Zeca, entre tantas outras que tão bem me receberam e tanto me ensinaram ao longo dos últimos quatro anos, desde que iniciei a pesquisa que possibilita este trabalho.

Dentre os muitos amigos e amigas com quem nunca deixei de poder contar, faço um agradecimento especial ao Felipe Areda, também um professor, tão importante no

desenvolvimento deste trabalho, sempre tão generoso com o próprio conhecimento, e sempre tão afetuoso. Sua empolgação com o meu trabalho, as minhas idéias e os meus projetos não cansa de me surpreender, e é uma grande fonte de motivação. Sua disposição em trabalhar em parceria é ainda mais estimulante!

Agradeço muito especialmente também à Dani Gontijo, parceira de trabalho em muitas ocasiões, leitora generosa de muitos dos meus escritos, poeta brilhante e dona de idéias absolutamente geniais e inspiradoras. Uma companhia de valor inestimável!

Tive também muita sorte de trabalhar em parceria com todas as pessoas que compuseram o grupo de pesquisa *Alteridade e Violência*. Ondina, cujos ensinamentos e inspiração vêm de antes da criação do grupo; Flávia Timm, esta pessoa fantástica; Alessandra, Karielle, Rosângela, André, Marcelo, Jardel, Tamna.

Outro grupo a que sou profundamente grato é o da minha turma de mestrado no Departamento de Antropologia da UnB. Foi muita sorte encontrar logo no início do curso pessoas com quem tanto me identifiquei, que tanto me ensinaram, que tanto me acolheram, e que deram a esse período de tantas dificuldades a leveza, a amizade e o apoio que tornaram o trabalho tão mais prazeroso. Walison Pascoal, Júlia Otero, Carol Pedreira, Diogo Bonadiman, Paula Balduino, Fabíola Gomes, Michel Alcoforado, Gleides Formiga, Camila, Barbara. Cada um e cada uma, a sua maneira, por razões diferentes, tem participação fundamental neste trabalho. Da mesma forma, agradeço a Antonio Guerreiro, Marina Novo, Rogério Campos, Tiago Aragão, Fabíola Nogueira, Paulo Roberto e Zenaide Castro, que tantas vezes estiveram por perto.

Faço um agradecimento especial ao Pedro Stoeckli, amigo de muitas horas, pela leitura cuidadosa da primeira versão desta dissertação. Os comentários foram muito importantes! Agradeço, também, à revisão e aos comentários das primeiras partes do texto pela queridíssima Lu Gonçalves.

Agradeço ao Filipe Viana, ao Victor Stoimennof e à Dani Azul, pela companhia e pelas trocas de idéias na primeira fase deste trabalho. Agradeço também à Elisinha e à Xandrac por terem transformado em filme parte das imagens que têm importância tão grande no desenvolvimento do trabalho.

Há muitas outras pessoas a quem agradecer, e eu certamente não conseguirei me lembrar de todas. Não posso, contudo, deixar de mencionar as (os) amigas (os) Natália

Maria, Tainá Leandro, Chipe, Chicão, Renata Florentino, Valéria, Clarissa, Renaud, Martina, Luis Cayón, Aina, Goiás, Paíque, Rafa Kaaos, Marianna Holanda, Claudinha, Carlos Henrique, Thiago Andrade, Juliana Bessa, João Marcelo, Pedro Grandi, Rafa, Camilla, Virginia, Café, Aldo, Martinho, Marden, Maria Thereza, Tati, Kátia, Sarita, Alishan, Dudu, Marina, Hilan, Filipe. Seriam muitos (as) outros (as), mas paro aqui com a certeza de que poderei agradecer pessoalmente a cada um e cada uma.

"I do not intend to speak about,

Just speak near by"

Trinh T. Minh-Ha

Apresentação

Este texto é a narrativa de um encontro, sempre provocador, nem sempre confortável: meu próprio encontro com pessoas, espaços e dimensões da vida na cidade onde moro desde a infância, e que nunca antes foram privilegiados em minhas próprias narrativas sobre Brasília. Como nunca protagonizaram qualquer versão da história desta cidade que já me tivesse sido contada, oficial ou oficiosa, presente, passada ou futura. Marcam, portanto – o encontro e sua narrativa, outra forma de percepção e experimentação da cidade, de sua história, de suas relações, de sua geografia. E é inescusável dizer que marcam também, no mesmo movimento, um intenso processo de transformação pessoal, de exercício imaginativo, de esforço crítico diante de crenças tomadas como verdades, de solapamento de fortes alicerces morais. São estas marcas que costuram esse exercício narrativo.

O primeiro episódio deste encontro, aqui narrado na forma de um ensaio etnográfico, se deu em 23 de junho de 2006. Naquela noite acompanhei, no plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a sessão solene em homenagem ao “Dia do Orgulho Homossexual”, a convite de Victor, um amigo que fora convidado a compor a mesa. À época, acompanhávamos juntos um curso sobre cinema documentário na Universidade de Brasília, e com outro amigo, Filipe, que também nos acompanhou ao plenário, pensávamos em formas de experimentar as potencialidades produtivas e narrativas dos recursos audiovisuais. Achamos que seria importante o registro imagético de um evento em que pessoas lésbicas, gueis, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros protagonizariam as falas e ações no palco principal do poder legislativo do Distrito Federal.

Até então, minha aproximação – seja como pesquisador, seja como militante – a temas ligados à sexualidade, ao feminismo e ao gênero restringia-se a uma tentativa frustrada de construir um campo de pesquisa junto a homens que utilizam, na condição de clientes, serviços de prostituição (particularmente a prostituição “feminina”). Este projeto fora inspirado pela leitura da biografia *Eu, Mulher da Vida*, em que Gabriela Silva Leite – prostituta, fundadora e militante da ONG Davida e fundadora da marca Daspu – relatava o quão ineficientes eram as políticas públicas (sobretudo de saúde) voltadas para a prostituição que não levavam em conta a participação masculina, dos

clientes¹. Tive de abandonar o projeto porque após alguns meses de tentativas não consegui nenhuma forma viável de acesso a esses homens.

Na mesa do plenário, naquela noite, além do Victor, que representava o “G” da sigla LGBTTT², proferiram falas pessoas representando os movimentos de mulheres lésbicas, de homens transexuais, de mulheres transexuais e de travestis, além da deputada que convocara a sessão solene, única representante parlamentar presente. Impressionaram-me muito, particularmente, as falas das pessoas que se apresentaram como representantes dos dois últimos grupos, a travesti Malu e a transexual P.³ Com muita contundência e sem qualquer tom de auto-vitimização, ambas relataram dimensões de suas próprias histórias, marcadas pelo enfrentamento constante a uma violência de forma alguma episódica, mas sistemática e estruturante de suas experiências, sobretudo na relação com os espaços públicos. Impressionaram-me a força daquelas duas pessoas e a proximidade intensa de uma violência brutalmente evidente, e ao mesmo tempo cruelmente invisível – ou invisibilizada, por e para pessoas como eu, cujos olhos são treinados desde muito cedo a virar para outros lugares⁴.

Malu, que voltei a encontrar algumas vezes, viria a falecer menos de um ano depois de nosso primeiro encontro, no final de maio de 2007. Ouvindo sua fala naquela sessão percebi que ouvia o relato de uma personagem importante da história de Brasília. Um lado raramente mostrado dessa história. Parte de suas memórias foi relatada na monografia de graduação de Clarissa Carvalho, um importante trabalho defendido naquele mesmo ano⁵. Outras histórias ela me contou em nossos encontros, mas lamentavelmente nunca as registrei. Malu foi uma das primeiras travestis a circular pelo

¹ Leite (1992).

² Lésbicas, Gueis, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, na forma mais recorrente pela qual se denominam os movimentos associados às políticas de identidade de gênero e diversidade sexual no Brasil.

³ Utilizo letras em lugar dos nomes quando entendo que as identidades de pessoas mencionadas neste trabalho devem ser preservadas. As letras não correspondem às iniciais dos nomes das pessoas a que se referem. Optei por não mencionar nomes ainda quando se trata do relato de eventos públicos, como é o caso desta sessão solene, quando isso me foi expressamente solicitado pelas partes interessadas. Os nomes grafados por extenso correspondem à forma como me foram apresentados. Em alguns casos em que menciono travestis já falecidas, como Malu, pensei bastante sobre qual seria a forma mais adequada de representação, já que elas não terão acesso ao resultado final do trabalho e não poderão se defender de qualquer coisa aqui relatada que eventualmente pudesse desagradá-las. Acabei optando, nestes casos, por não omitir seus nomes, em homenagem e tributo às suas memórias. Acredito que o apagamento da memória é um dos mecanismos centrais pelos quais alguns grupos são historicamente destituídos do acesso a lugares, bens materiais, prestígio, e do direito à participação política, econômica e social em diversos níveis. Voltarei a este último ponto ao longo do texto.

⁴ Faço aqui referência a uma fala de Tom Waits em uma entrevista, citada por Hilan Bensusan (2004).

⁵ Carvalho (2007).

Plano Piloto de Brasília, no início da década de 1970, em pleno período da repressão militar. Foi pioneira na conversão do Setor Comercial Sul, localizado no centro geográfico e financeiro da cidade, em ponto mais importante da prostituição local de travestis (embora não exclusivamente, já que ali também há a prática da prostituição de homens e mulheres).

Mas foi P. quem deu a sugestão e o apoio para que junto com Victor e Filipe eu conhecesse pessoalmente a vida noturna das travestis no Setor Comercial Sul. Naquele dia 23, na mesa do plenário, ela traçara em sua fala uma dura linha divisória da temporalidade na rotina de muitas travestis e transexuais, que opunha como universos radicalmente opostos suas vidas diurna e noturna. A esta dinâmica, em que as atividades diurnas restringem-se basicamente ao espaço privado da casa, e os espaços públicos apenas são acessados à noite, quase sempre nos contextos que giram em torno da atividade da prostituição, P. se referira como “ditadura da noite”. A força da expressão me afetou profundamente, e algum tempo depois, pensando sobre tudo o que eu vira e ouvira naquela noite na Câmara Legislativa, me dei conta de como a idéia de “ditadura” aparecia como um elo semântico duríssimo a estabelecer pela violência uma continuidade histórica entre as experiências de P. e de Malu, pelo menos 20 anos mais velha que a primeira, que relatara como sua travestilidade desafiava o moralismo dos “anos de chumbo”. Para quem vive a *ditadura da noite*, o tempo ainda é de chumbo!

Voltarei a esses assuntos mais à frente, ao longo do texto, que agora me ocupo em apresentar, a partir dos eventos que hoje localizo como o início deste trabalho. Finda a solenidade, me apresentei às duas palestrantes, ainda atônito com suas falas. Disposta a procurar estratégias mais eficazes de enfrentamento público à invisibilidade violenta daquelas travestis e transexuais que não conseguiram ser anistiadas na *ditadura da noite*, P. propôs a mim e a meus dois amigos que a acompanhássemos em visitas de redução de danos⁶ que sua ONG realizava ao Setor Comercial Sul uma ou duas noites

⁶ A “Redução de danos”, ou RD, em um ambiente como o do Setor Comercial Sul, onde há presença de prostituição e uso abusivo de drogas, caracteriza-se por uma abordagem dessas atividades orientada à redução de suas conseqüências mais danosas, respeitando as especificidades individuais e evitando julgamentos morais ou a exigência de abstinência. Atualmente, a Redução de Danos é uma estratégia adotada oficialmente pelo Ministério da Saúde em sua Política para a Atenção Integral a Usuários de Álcool e Outras Drogas. A Portaria Nº 1.509/GM, de julho de 2005, a define como “intervenções de saúde pública que visam prevenir as conseqüências negativas do uso de álcool e outras drogas”, envolvendo distribuição de insumos (como seringas, agulhas e cachimbos, mas também camisinhas e gel lubrificante no caso das relações sexuais e da prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis), materiais educativos, entre outras ações.

por semana, e pensássemos na possibilidade de desenvolvermos, juntos (as), um filme documentário que mostrasse o lado noturno de suas vidas.

Minhas primeiras visitas ao que acabou se configurando como o campo de onde surgiu a pesquisa que estrutura essa dissertação, assim, tinham como objetivo a produção de um vídeo, a princípio com intenção de denúncia, cuja concepção partira do encontro de quatro disposições: a minha, a de Victor, a de Filipe e a de P. Da proposta inicial, resultaram muitos novos encontros, muitas noites na companhia das travestis que exercem a prostituição no Setor Comercial Sul, muitas idéias e parcerias, mas o documentário nunca chegou a ser concretizado. No período de pouco mais de um ano em que experimentamos vários formatos para o documentário, chegamos a gravar mais de 12 horas de imagens, entre tomadas externas e algumas entrevistas realizadas em lugares fechados, como as nossas casas. Um vídeo de seis minutos acabou sendo editado, não por nós, mas pelas queridas Elisinha e Xandrac, a partir das imagens que registramos em uma única noite de filmagem, quando acompanhamos o que as travestis do Setor Comercial chamavam de “arrastões” realizados pela Secretaria de Segurança do Distrito Federal, com a participação de quase todas as polícias locais⁷.

Mesmo não tendo o filme se realizado como pretendêramos (sobretudo porque percebemos que se tratava muito mais de um projeto nosso do que das travestis, apesar do envolvimento e da demanda inicial de P.), segui freqüentando as noites do Setor Comercial Sul até março de 2008, quando tive de interromper o campo para me dedicar às disciplinas do mestrado. Essa interrupção se estendeu até julho de 2009, quando retomei as visitas por pouco mais de dois meses no âmbito das atividades da Pesquisa Alteridade e Violência, à qual também me referirei mais à frente. A experiência de acompanhar a rotina de trabalho das travestis e transexuais que se prostituem no Setor Comercial Sul, em suas relações entre si, com os clientes, com as forças policiais, com as ONGs, e com outros (as) atores e atrizes que freqüentam ou freqüentaram aquele espaço durante o tempo em que ali estive presente como pesquisador, além de suas relações com o próprio espaço da cidade (sobretudo os espaços públicos), me indicou a

⁷ As imagens foram feitas em setembro de 2007. Falarei sobre os “arrastões” mais à frente, situando-os no contexto político do início de mandato da chapa de governo do Distrito Federal encabeçada pelo ex-governador José Arruda e seu vice, o empresário Paulo Octávio. Naquela noite, as imagens foram captadas por mim e pela fotógrafa Dani Azul. O resultado é o filme intitulado *Branqueza, Ordem e Concreto* (2009), apresentado na Mostra Audiovisual do 9º Seminário Internacional Fazendo Gênero, no dia 23 de agosto de 2010, em Florianópolis.

possibilidade de uma análise das relações espaciais na cidade e de sua própria estrutura que considere e ainda considero digna de ser registrada.

Se na realização das filmagens para o documentário deparamos, muitas vezes, com situações em que poderíamos expor perigosamente as pessoas retratadas (afinal, um espaço marginal como o Setor Comercial Sul enquanto zona noturna de prostituição posiciona-se muitas vezes à margem da lei, ainda que fortemente policiado por seus representantes oficiais – e é aí que quase sempre se encontram os perigos), na escrita deste texto tenho o cuidado constante de proteger as identidades de minhas interlocutoras e interlocutores, sempre que pode haver algo em risco. Também enquanto estive em campo, em diálogo com as pessoas que encontrei no Setor Comercial Sul, sempre fiz questão de me identificar como antropólogo, interessado em pesquisar a dinâmica das relações internas àquele espaço e daquele espaço com a cidade como um todo. Nem sempre fui de fato identificado como tal, é importante frisar. Muitas vezes, a despeito de minhas tentativas de me diferenciar dessas imagens, fui tomado por representante de ONGs, ou até mesmo do Estado. Pelo menos no imaginário da maioria das personagens daquele universo, ONGs e “governo” parecem entidades mais próximas e reais do que as universidades.

Este texto narra encontros, mas encontros podem ser narrados de várias formas. Se há, aqui, um “objeto”, no sentido que a antropologia e outras ciências modernas historicamente conferiram a esta expressão – o objeto como lócus sobre o qual o autor/sujeito faz incidir seus dispositivos de produção de verdades –, resta evidente que não são *as travestis* (como uma categoria genérica que eu jamais ousaria propor como homogênea), ou tampouco as travestis com quem conversei, os *objetos* deste trabalho. As reflexões que aqui se desenvolvem partem de minha experiência de campo singular entre travestis e mulheres transexuais que se prostituem no Distrito Federal para propor uma análise de como o regime patriarcal e colonial que estrutura as relações de poder no Ocidente moderno – e no Brasil em particular – estrutura também as relações e disposições espaciais da cidade.

Brasília, nesse sentido, pode ser pensada como um campo muito especial para a análise, por se tratar de uma cidade planejada, inaugurada há apenas 50 anos, em que a relação entre os princípios ideológicos e arquitetônico-urbanísticos que a orientaram sempre esteve evidenciada por seus idealizadores. Proposta como um modelo para o

futuro, Brasília vive em sua história e em seu presente todas as contradições do país de que é capital. Enquanto cidade-potência, ou cidade-desejo, ainda não construída ou projetada, apenas imaginada e defendida por algumas pessoas, Brasília poderia ter tomado uma infinidade de formas, e ter sido definida por incontáveis prioridades. Os 53 anos passados da vitória do projeto de Lúcio Costa no Concurso Público que definiu suas formas iniciais e do início das obras, e os 50 anos de sua inauguração, são suficientes para que Brasília se defina como cidade, com uma história e uma vida próprias, maior do que qualquer maquete ou projeto de prancheta, e cenário de suas próprias contradições – que não são independentes, sem dúvida, do país e da história que a circundam.

Na “Apreciação do Júri” do Concurso que elegeu o projeto de Lúcio Costa, inscrito como o de número 22, como o mais adequado para orientar a construção da nova capital, destaca-se:

“inúmeros projetos apresentado poderiam ser descritos como demasiadamente desenvolvidos; o de nº 22, ao contrário, parece sumário. Na realidade, porém, explica tudo o que é preciso saber nesta fase; e omite tudo o que é sem propósito.”⁸

O projeto, com “tudo aquilo que era preciso saber”, tem um lugar fundamental nos processos que levaram à produção dos eventos e dos espaços que se discutem aqui; mas é principalmente do que é “omitido, pois sem propósito”, que procurarei tratar.

No regime da *ditadura da noite*, as travestis, transexuais e outros(as) personagens da cidade que são omitidos(as), excluídos(as) e segregados(as) dos espaços públicos de circulação e das formas mais legítimas e institucionalizadas de localização – nos postos de trabalho, nas escolas, nos veículos de transporte público, nos principais meios de comunicação, nos espaços institucionais de exercício da cidadania – encontram formas próprias de inventar e ocupar seus lugares. Esse é o duplo caminho que este trabalho acompanha: o das estruturas e mecanismos expulsos que restringem o uso dos espaços; e o das formas alternativas de apropriação e uso dos espaços restritos, com as associações, conflitos e espacialidades próprias que lhes advêm. O ponto de partida de minha abordagem, portanto, é justamente o das falas que acompanhei em meu primeiro

⁸ “Apreciação do Júri”, em *Relatório do Plano Piloto de Brasília* (1991).

encontro com Malu e P., na Câmara Legislativa do Distrito Federal. A primeira, situando a experiência de sua travestilidade numa narrativa histórica de exclusão, disputa e ocupação de espaços; a segunda, identificando numa temporalidade sincrônica os aspectos espaciais de uma célula violenta presente e ativa.

Se oficialmente o território do DF corresponde à área demarcada latitudinalmente por duas retas paralelas, e longitudinalmente pelos rios Preto e Descoberto⁹, muitos (as) geógrafos (as) têm trabalhado com a noção de que geográfica, política, econômica e sociologicamente, a unidade de análise mais representativa de Brasília é a RIDE – Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, compreendendo 22 municípios goianos e mineiros, além do próprio DF. Infelizmente, o material analisado nesta pesquisa não me permite trabalhar com uma perspectiva geograficamente tão complexa, embora não se possa desprezar a importância dos fluxos na RIDE para muitas das pessoas e atividades aqui referidas. Muitas das travestis que trabalham na prostituição no Plano Piloto residem ou são naturais de cidades satélites, ou do entorno do Distrito Federal. O mesmo vale para parte da clientela.

A pesquisa foi conduzida majoritariamente no Setor Comercial Sul, localizado no centro do Plano Piloto, mas também nas regiões administrativas da Ceilândia e de Taguatinga, além da cidade de Valparaíso de Goiás, na fronteira com o DF, em ocasiões menos frequentes. As visitas a estas últimas localidades, situadas fora do Plano Piloto, aconteceram sobretudo no final de 2009, no âmbito da Pesquisa Alteridade e Violência, em parceria com a Associação do Núcleo de Apoio e Valorização à Vida de Travestis, Transexuais e Transgêneros do DF e Entorno – Anav-Trans. Esta parceria e a importância da criação da Associação no mesmo ano de 2009, serão abordadas no último capítulo do texto. Embora mais curtas e baseadas na aplicação de questionários, as visitas aos principais espaços de prostituição de travestis de Ceilândia, Taguatinga e

⁹ “O Distrito Federal está localizado entre os paralelos de 15°30’ e 16°03’ de latitude sul e os meridianos de 47°25’ e 48°12’ de longitude WGr, na Região Centro-Oeste, ocupando o centro do Brasil e o centro-leste do Estado de Goiás. Sua área é de 5.789,16 km²(1), equivalendo a 0,06% da superfície do País, apresentando como limites naturais o rio Descoberto a oeste e o rio Preto a leste. Ao norte e sul, o Distrito Federal é limitado por linhas retas. Limita-se ao norte com os municípios de Planaltina, Padre Bernardo e Formosa, ao sul com Santo Antônio do Descoberto, Novo Gama, Valparaíso de Goiás e Cristalina, todos do Estado de Goiás, a leste com o município de Cabeceira Grande, pertencente ao Estado de Minas Gerais e Formosa pertencente ao Estado de Goiás e a oeste com os municípios de Santo Antônio do Descoberto e Padre Bernardo também do Estado de Goiás.” Informações da “Caracterização do Território” do Distrito Federal, no sítio da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan), consultadas em 15 de setembro de 2010 (<http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000347.pdf>)

Valparaíso foram muito importantes para evidenciar alguns contrastes com o Plano Piloto e para proporcionar uma leitura um pouco mais ampla de Brasília e do Distrito Federal.

Como sugere o título desta dissertação, meu principal interesse aqui não recai sobre questões identitárias, ou sobre uma teoria do “gênero” das travestis, mas sobre algumas das principais implicações espaciais de sua existência na cidade – para elas e para a cidade como um todo. Essas implicações estão, sem dúvida, profunda e inseparavelmente intrincadas no lugar que as travestis ocupam numa estrutura patriarcal, em que gênero e sexo assumem uma posição de absoluta centralidade nas relações de poder. Acredito que uma análise do lugar que as travestis ocupam nessa estrutura é muito mais reveladora de aspectos da própria estrutura do que de alguma generalização que tenha qualquer validade analítica sobre a subjetividade travesti (algo de que eu mesmo desconfio profundamente).

Nesse sentido, há uma ressalva conceitual que julgo importante fazer logo de início, em relação ao recorte do trabalho. O campo da militância pelos direitos associados à diversidade sexual e de gênero, ao qual já me referi em nota logo acima, é freqüentemente polarizado por diferenças identitárias, que buscam dar conta de toda a diversidade de formas não-hegemônicas de experiência da sexualidade com algumas poucas categorias rígidas, dentre as quais as de “transexuais” e “travestis”. É inegável que há diferenças de agenda política entre os grupos de representação dessas identidades com maior visibilidade pública. Sobretudo na última década, alguns grupos e lideranças têm movido intensos esforços no sentido de diferenciar essas agendas, e eu muitas vezes pude acompanhar de perto essas disputas e participar de discussões sobre a importância ou não do fortalecimento das categorias identitárias diferenciadas. Não entrarei aqui em uma discussão sobre esse tópico, porque julgo fora dos propósitos do trabalho. Mas pretendo deixar nítidas as razões pelas quais não considero a diferenciação identitária entre travestis e transexuais significativa para o recorte que proponho neste ensaio, mesmo sabendo que essa opção pode desagradar alguns segmentos dos movimentos LGBTTTT (mas não todos, já que não se trata de um campo homogêneo).

Parto de uma perspectiva teórica e metodológica centrada numa noção de estrutura, bastante devedora da antropologia levistraussiana, mas inspirada sobretudo na leitura feminista do patriarcado proposta por Rita Segato. Para esta autora,

El patriarcado, nombre que recibe el orden de estatus en el caso del género, es, por lo tanto, una estructura de relaciones entre posiciones jerárquicamente ordenadas que tiene consecuencias en el nivel observable, etnografable, pero que no se confunde con ese nivel fáctico, ni las consecuencias son lineales, casualmente determinadas o siempre previsibles [...] El patriarcado es entendido, así, como perteneciendo al estrato simbólico y, en lenguaje psicoanalítico, como la estructura inconsciente que conduce los afectos y distribuye valores entre los personajes del escenario social. La posición del patriarca es, por lo tanto, una posición en el campo simbólico, que se transpone en significantes variables en el curso de las interacciones sociales. (Segato, 2003, p.14).

Meu olhar neste trabalho, portanto, está dirigido, antes de qualquer outro foco para essa “posição do patriarca” a que alude Segato, como a posição simbólica a partir de onde fala (e vê) a estrutura simbólica e inconsciente do patriarcado. Penso minha experiência em campo junto às travestis como a relação de diálogo que me permite encontrar uma posição possível e favorável para essa inflexão do olhar, numa perspectiva que julgo análoga ao esforço da antropóloga e cineasta feminista vietnamita Trinh T. Minh-Ha de falar “não sobre”, mas “ao lado” das imagens registradas no Senegal em 1981, e que ilustram seu filme *Reassemblage* (1983).

Identifico as posições identitárias quando elas são enfatizadas pelas minhas interlocutoras, particularmente quando se trata de diálogos relacionados a contextos de militância. Mas, de maneira geral, quando se trata de identificar posições numa estrutura de valores construída historicamente – e aqui me refiro especificamente ao contexto brasileiro –, não acredito que haja diferenças significativas entre as posições de travestis e transexuais, especialmente nos espaços de prostituição, onde construí meu campo. Da perspectiva dos processos de segregação dos espaços públicos e da violência estrutural que identifico nos relatos das experiências das travestis e transexuais com quem conversei – e essas dimensões de forma alguma esgotam toda a riqueza e diversidade das vidas dessas pessoas – travestis e transexuais ocupam posições análogas.¹⁰

¹⁰ Ao discutir, no próximo capítulo, a noção de “alteridades históricas”, ainda em referência à obra de Rita Segato, espero deixar ainda mais justificada essa escolha conceitual.

Além disso, nos espaços de prostituição de rua em que estive, onde poucas pessoas tiveram experiências significativas de contato com os discursos dos grupos institucionalizados da militância, essas diferenças raramente fazem parte do vocabulário. Mesmo denominações como “travesti”, “viado”, “bicha” e “guei” freqüentemente são empregadas para designar uma mesma pessoa, e embora se façam distinções entre as travestis que investiram em alterações corporais cirúrgicas (como plásticas faciais e implantes de silicones, além do uso regular de hormônios), as “bichas montadas” (pessoas que vestem roupas femininas em algumas situações, mas que assumem papéis masculinos em outras) e gueis que não se travestem, essas diferenças são facilmente relativizadas pela maioria das travestis com quem conversei em campo¹¹. Refiro-me a “travestis” neste texto, portanto, em um sentido que muitas vezes poderia incluir pessoas auto-identificadas “transexuais”, mas não creio com isso estar sendo de forma alguma desrespeitoso. Trata-se de uma escolha de vocabulário que considero apropriada para os objetivos do trabalho, que não está particularmente focado em questões de identidade.

Ainda sobre o título, ao falar em “espaço degenerado”, me aproveito da ambigüidade metafórica que essa expressão adquire diante da estratégia interessantíssima para tradução do termo de língua inglesa *gendered* empregada por Alice Gabriel para traduzir a expressão “*gendered bodies*”, no livro *Gender Trouble (Problemas de Gênero*, em português), de Judith Butler:

“Generadas” seria a tradução para um dos conceitos centrais do *Problemas de Gênero* de Butler; ele expressa o processo de “tornar-se um gênero”, um “gendered body” é um corpo já submetido às normas de gênero, e funcionando de acordo com elas, é um corpo que adquiriu (ou melhor, adquire, porque esse processo é dinâmico e constante) inteligibilidade, inserindo-se no esquema hegemônico de significação (“humanizando” o sujeito). O tradutor [da tradução brasileira do livro, Butler, 2003] traduz esse termo de formas bem diferentes, mas nenhuma delas consegue abarcar o que o termo quer dizer. Fiquei pensando em alternativas à tradução e optei por esse termo, generada, porque se liga ao verbo degenerar:

¹¹ “Travesti e guei é tudo viado”, me disse uma vez uma travesti no Setor Comercial Sul. Ouvi muitas falas semelhantes (embora tenha escutado, também, falas que reforçavam distinções).

degenerar- v.i- Perder as qualidades naturais de sua raça./Fig. Corromper-se; depravar-se, estragar-se.

Por oposição, nosso termo proposto significaria: ganhar as qualidades naturais de sua raça (ou melhor, de seu gênero); o que já denuncia as “qualidades naturais” como não-tão-naturais-assim, uma vez que são ganhas, adquiridas. (Gabriel, 2006, *Apud* Areda, 2008).

A idéia de que lugares como o Setor Comercial Sul, à noite, enquanto zona de prostituição de travestis, sejam vistos como “espaços degenerados”, dessa forma, resume de forma muito satisfatória para mim a leitura que desenvolvo neste trabalho. “Degeneração” é um termo freqüentemente associado a espaços e lugares, e não raro se refere aos “Centros” das grandes cidades brasileiras como lugares “degenerados”. É o caso, por exemplo, da chamada cracolândia paulistana. Os espaços degenerados das cidades, em geral, o são por duas características principais: um aspecto de descuido, com iluminação parca, ruas sujas, circulação de ratos e baratas, fachadas desgastadas etc.; e o fato de serem freqüentados, pelo menos em parte do tempo (como no caso do Setor Comercial Sul), por grupos marginalizados, em especial moradores (as) de rua, consumidores e traficantes de drogas tidas como baratas, prostitutas, travestis etc.

Como argumento ao longo do texto, estas duas dimensões da “degeneração” espacial – uma arquitetônica, a outra social –, são absolutamente interligadas e interdependentes, e não acredito que haja entre as duas uma relação de causalidade unidirecional. Os fenômenos que levam à “degeneração” de um espaço só podem ser explicados contextualmente, por fatores que envolvem aspectos históricos, econômicos, políticos, sociais, geográficos, ecológicos etc. Não foi possível, no tempo dessa pesquisa, reunir elementos que me permitam reconstruir historicamente o processo de “degeneração” do Setor Comercial. Tenho interesse em fazê-lo, em outro momento.

Considero também um trabalho importantíssimo, mas ainda por fazer, uma ampliação da análise sobre as teorias próprias de travestis sobre a relação entre corporalidade, subjetividade e espacialidade, a partir de suas experiências próprias. Essas teorias são o ponto de partida de minhas reflexões, com as quais dialogo junto à minha própria experiência e a outras abordagens teóricas que considero úteis a uma análise dos processos de segregação e restrição de mobilidade condicionados ao gênero e à sexualidade que são aqui abordados. Como afirma Gordon Ingram, “*broadening the*

theories and practices that underlay how marginalized groups come to perceive, assess and claim sites, neighbourhoods and social resources has become a central project in contemporary sexual cultures and politics” (Ingram, 2007, p. 1).

Cabe aqui, ainda, uma nota sobre a forma como emprego as noções de espaço e lugar ao longo do trabalho. “Espaço” é a categoria por excelência sobre a qual se constroem pelo menos três importantes campos disciplinares: a geografia, o urbanismo e a geometria. Não esboçarei aqui uma genealogia da utilização do conceito em qualquer uma delas. Não teria competência para isso. A forma como emprego essas expressões em minha escrita é, em certa medida, intuitiva. Mas acredito que elas dão conta dessa dimensão fundamental da leitura de minha experiência em campo, que é a discussão que orienta este trabalho.

Estabeleço, primeiramente, uma distinção entre as duas categorias, espaço e lugar. Em nenhum momento parto de uma concepção absoluta, ou pré-social de qualquer uma dessas categorias. Entendo que ambas adquirem sentido – e apenas adquirem sentido – uma vez que são significadas. Dessa forma, espaços e lugares só existem enquanto tal na medida em que se envolvem em relações sociais, culturais, materiais, políticas, históricas, afetivas e geográficas com as pessoas, ou as sociedades. Em uma das várias definições que desenvolveu ao longo de sua vasta obra, Milton Santos afirma que o espaço se apresenta como:

“um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções.” (Santos, 1978, p. 153).

O espaço aparece para Milton Santos, portanto, como um elemento constitutivo da sociedade, um fator social – nem mero reflexo das ações sociais, nem mero ponto de partida, absoluto. Lugar, por sua vez, é uma categoria que só existe em relação com a categoria de espaço, uma relação que passa necessariamente pelos sentidos e pelos valores atribuídos aos espaços a partir de suas relações com as pessoas e sociedades que

os habitam ou imaginam. Um lugar é, em certo sentido, um espaço familiar, com uma história familiar, no sentido de que é um espaço vivido, plenamente experimentado pelos seres humanos. Segundo Tuan, espaço e lugar

“são termos familiares que indicam experiências em comum. O espaço é mais abstrato do que o lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. As idéias de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplidão, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa. Além disso, se pensamos no espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que localização se transforme em lugar.” (Tuan, 1983, p. 6).

É nesse sentido que um mesmo espaço pode ser significado como lugar de muitas formas diferentes. Na argumentação que desenvolvo no capítulo II, parto do princípio de que do ponto de vista do contraste temporal que elejo como dimensão fundamental de análise deste trabalho, o Setor Comercial Sul pode ser lido como um espaço ocupado por pelo menos dois lugares: um diurno, outro noturno, marcados por relações radicalmente diferentes de seus (suas) ocupantes com o espaço.

O texto está estruturado em quatro capítulos, numa divisão que não segue nem uma cronologia rigorosa, nem acompanha linearmente o percurso do meu pensamento ao longo do processo etnográfico, mas acompanha uma seqüência argumentativa que considero útil aos propósitos do ensaio. No primeiro capítulo, procuro situar as travestilidades na América Latina numa narrativa histórica de longa duração, que entendo como fundamental para a marcação de uma posição contestadora da estrutura patriarcal que está na base do próprio processo de segregação espacial que se discute aqui. Proponho, em uma leitura bastante inspirada pelo *Museo Travestí del Perú*, de Giuseppe Campuzano¹², uma crítica do processo colonial de redução de uma infinidade de experiências históricas relacionadas ao não-binarismo sexual a uma única categoria moral. Nesse sentido, proponho a importância política de uma memória travesti no

¹² Campuzano, 2008.

continente que leve em conta essa trajetória de longa duração, e as especificidades locais que dão significado às formas não-binárias de construção do sexo e do gênero, enquanto “alteridades históricas”, no sentido empregado por Rita Segato em oposição às “identidades transnacionais”, típicas do período global, que pretendem transcender o local e a sua historicidade própria¹³. Identifico nas redes que se constroem entre travestis nos espaços urbanos de prostituição um dos *loci* possíveis de articulação dessa memória.

No segundo capítulo, situo o Setor Comercial Sul como um dos principais espaços de prostituição de travestis do Distrito Federal – e o principal no Plano Piloto –, característica que ajuda a significá-lo, no contexto da cidade, como um espaço degenerado, sobretudo durante a noite. Parto de uma contextualização histórica da Brasília planejada, desenhada nos moldes do urbanismo e da arquitetura modernistas, em um projeto que significava muito mais do que apenas a construção de uma cidade destinada a ser a nova capital do Brasil. O projeto ambicioso de formação de uma nova sociedade a partir da construção de uma capital moderna “*avant la lettre*”, voltada para o futuro, tem como contrapartida a negação de contradições históricas não resolvidas, que não tardam a se manifestar à medida em que a cidade vai saindo do papel, desde o primeiro dia do início das obras. Na margem extrema de um projeto de nação e sociedade alicerçado sobre estruturas históricas patriarcais e coloniais, e por isso mesmo em profunda relação com seu centro nuclear, as travestis representam e encarnam de forma radical todas essas contradições (em suas dimensões sexuais, raciais, sociais, culturais e espaciais), que encontram lugar em Brasília no Setor Comercial Sul.

No terceiro capítulo, retomo e desenvolvo a partir da discussão do capítulo anterior uma dimensão importante da forma particular da experiência travesti da espacialidade nos centros urbanos, em aspectos diversos, que é a da violência. Proponho uma leitura da violência contra travestis como uma forma de ato performativo, no sentido atribuído a essa expressão por J. L. Austin (1975). A violência, nesse sentido, marca posições, construindo diferenças e operando como um discurso de afirmação da masculinidade de seus perpetradores. Trato essa forma de violência em termos de *homofobia*, propondo uma leitura do significado dessa expressão a partir da análise de alguns casos específicos. Não procuro estabelecer uma diferença entre termos como “transfobia” ou “lesbofobia”, bastante discutidos recentemente, já que acredito haver

¹³ Segato, 1998.

uma profunda afinidade estrutural entre todas essas formas de manifestações fóbicas. Finalmente, concluo o trabalho com uma breve discussão sobre a experiência de parceria do grupo de pesquisa *Alteridade e Violência* com a Anav-Trans.

I – Espaço e Memória

1. Introdução

Desde a institucionalização da antropologia como disciplina, muitos trabalhos têm tratado aspectos diversos da espacialidade como dimensão importante da experiência humana, quase sempre aproximados, de uma forma ou de outra, à temporalidade. Apenas para mencionar alguns exemplos, autores como Émile Durkheim, Marcel Mauss e Henri Hubert dedicaram atenção especial às noções de tempo e espaço enquanto “categorias fundamentais do entendimento humano”¹⁴ em trabalhos hoje considerados clássicos da disciplina¹⁵; leitor de seus predecessores franceses, o britânico Edward Evans-Pritchard foi além e dedicou um capítulo importante de sua principal monografia sobre os nuer ao mesmo tema, “tempo e espaço”¹⁶, buscando entender de que maneira essas categorias se apresentavam naquela sociedade e a importância de sua compreensão para a análise de dimensões políticas, econômicas, ecológicas e de parentesco da sociedade nuer. Sem falar nas longas e inevitáveis descrições dos lugares, ecologias e geografias que coloriram tantas páginas de etnografias sobre tantas partes do mundo.

Problemas relacionados ao espaço têm ocupado um lugar ainda mais fundamental na história da antropologia brasileira. Às vezes em propostas semelhantes em sua forma ao exercício de Evans-Pritchard, em que tempo e espaço aparecem como dimensões fundamentais para a compreensão de toda a organização social de um povo, como é o caso das *Memórias Sanumá*, de Alcida Ramos. Mas sobretudo quando o espaço, em sua dimensão territorial, é a dimensão-chave não apenas de uma antropologia dedicada à produção de conhecimento intelectual, mas de uma antropologia implicada com as reivindicações políticas dos povos que compõem a imensa diversidade sociocultural e fundiária do país: os múltiplos povos indígenas e as milhares de comunidades quilombolas, em especial, mas também as comunidades “de açorianos, babaqueiros, caboclos, caiçaras, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praieiros, sertanejos e varjeiros”, pra citar a longa lista enumerada por Paul Little (2002).

¹⁴ Preenchidas, contudo, com conteúdos advindos da experiência social das coletividades.

¹⁵ Durkheim (1973 [1912]); Mauss e Hubert (2003 [1904]).

¹⁶ Evans-Pritchard (1978 [1940])

A participação de antropólogos e antropólogas nos processos de identificação de terras indígenas e quilombolas no Brasil, uma dimensão importante da atuação política da disciplina em nossa história recente (sobretudo após a Constituição Federal de 1988, cujo artigo 231 trata especificamente do reconhecimento aos índios de “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”), aponta também para a centralidade da questão fundiária no país e suas contradições. Com uma área territorial continental que o caracteriza como o país com o quinto maior território do mundo, o Brasil se situa no lado inverso da escala quando se trata de sua densidade demográfica, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em pouco mais de 22 habitantes por quilômetro quadrado, de acordo com a última contagem da população, realizada em 2006.

Mais significativa que os números, que também apontam para uma situação de extrema concentração fundiária¹⁷, é a história colonial do país e do continente latino-americano, marcada desde o século XVI por um contínuo processo de expropriação e concentração de terras. Muitos povos foram alijados do acesso a lugares históricos e sagrados, além das roças e biomas onde buscavam os meios materiais para garantia de seu bom viver. Ao longo do século XX, a concentração fundiária seguiu provocando conseqüências radicais, como o processo extremo de êxodo rural que concentrou em áreas urbanas pelo menos quatro quintos de uma população que era majoritariamente rural até a década de 1960. Se a última constituição brasileira reconhece o direito dos povos indígenas às suas terras tradicionais, o país segue sem ter feito uma reforma agrária que garanta o acesso à terra a toda a população rural e o acesso à moradia a toda a população urbana.

A questão fundiária tem lugar central na história colonial do Brasil e do continente americano. Se a busca do ouro e da prata constituiu, num primeiro momento – e particularmente na América hispânica –, “o motor central da conquista”, como afirma Eduardo Galeano, não tardou a que o açúcar produzido no continente se tornasse o produto agrícola mais importante para a economia européia¹⁸. Escreve Celso Furtado

¹⁷ O último Censo Agropecuário realizado pelo IBGE em 2006 aponta para um índice de concentração fundiária (Gini) de 0,854, numa escala medida de 0,000 a 1,000, onde o zero representa uma concentração de terras absolutamente igual entre a população considerada, e o 1,000 representa uma absoluta concentração das terras. Na medição de 1985, duas décadas antes, o índice auferido fora de 0,857, o que representa uma muito significativa estabilidade na concentração fundiária brasileira.

¹⁸ Galeano, 1979.

que é a exploração agrícola das terras brasileiras que permite que de “simples empresa espoliativa e extrativa [...], a América [passe] a constituir parte integrante da economia reprodutiva européia”¹⁹. As populações autóctones, como consequência, foram não apenas expropriadas das terras onde viviam, mas também levadas à condição de escravas em suas próprias terras, desempenhando o trabalho braçal tanto nos empreendimentos extrativistas quanto nos grandes latifúndios, ao que se seguiu a “importação” de mão-de-obra escrava de outros continentes, notadamente o continente africano.

Nesse duplo processo de expulsão e expropriação das terras originárias dos povos latino-americanos, e de seqüestro de um grande contingente populacional do continente africano, somado a uma empresa radical de catequização dessas populações, o regime colonial impôs uma profunda violência à memória dos povos espoliados. Fundou, com isso, as bases do que Aníbal Quijano identifica como a colonialidade estrutural das relações de conhecimento e poder no continente.

2. Alteridades Históricas e a Memória Travesti na América Latina

O desenvolvimento da idéia de uma colonialidade estruturante das relações de poder no continente americano a partir do processo de colonização de seus territórios e de seus povos desde o século XVI opera, na obra de Quijano, no sentido de desvelar o caráter eurocêntrico e colonial dos discursos sobre os quais se moldam, a partir de então, identidades e nacionalidades. Ao ler a história latino-americana desde o ponto de vista de sua colonialidade inerente, o trabalho de Quijano permite uma contestação radical do sentido histórico único implícito nos discursos oficiais e hegemônicos sobre as nações que se instalaram no continente, seus projetos e identidades subjacentes. Tal contestação se dá menos no sentido de uma “lealdade com a memória e com o passado” do que como a afirmação da existência na América Latina de um “projeto histórico aberto e heterogêneo”, nas palavras do próprio autor em uma entrevista recente²⁰.

Assim, a abertura da história e a possibilidade de construção de outros projetos em uma lógica distinta à do eurocentrismo colonial e racista parte, na América Latina, do

¹⁹ Furtado, 2003, p. 8.

²⁰ Entrevista concedida no Brasil a Jorge Pereira Filho, em 2006.

reconhecimento do que Rita Segato define como “alteridades históricas”, em oposição às “identidades políticas transnacionais”, construídas sobre referentes globalizados homogêneos e com referências fixas (Segato, 1998). Formadas nas interações históricas inerentes aos contextos nacionais produzidos pelas relações coloniais, as alteridades históricas constituem lóci de onde se podem enunciar projetos de heterogeneidade radical, em que o achatamento das experiências e modos de subjetivação distintos proporcionado pela leitura eurocêntrica é posto em evidência por sua própria posição estrutural.

É de uma lógica análoga que surge um projeto como o *Museo Travestí del Perú*, idealizado e iniciado em 2003 por Giuseppe Campuzano. Ao problematizar o caráter histórico da noção de travestilidade como ela aparece no contexto das relações coloniais e pós-coloniais no Peru, Campuzano evidencia os mecanismos pelos quais formas históricas de existência foram capturadas por um discurso racializado das relações de sexo e gênero. A memória articulada nessa experiência parte não apenas das formas próprias de representação dos grupos e pessoas identificadas com a travestilidade, mas também dos preconceitos e definições feitas por terceiros.

A memória da travestilidade evocada no *Museo* relaciona de forma crítica e radical os contextos históricos dos quais emergiram as formas que vieram a ser capturadas pela noção alienígena de “travestismo” às identidades travestis que cada vez mais se inscrevem num contexto de politização das identidades, muito evidenciado no caráter segmentário do auto-identificado movimento LGBT.

Para o caso específico das travestis, Campuzano demonstra como o próprio termo nasceu da fixação dos colonizadores ibéricos com os binarismos de gênero, de forma a incluir formas para eles agramaticais de construção do gênero em um esquema dicotômico rígido onde apenas cabiam dois sexos nitidamente definidos e dois gêneros vinculados a estes sexos (Campuzano, 2006, p. 34). Em universos pré-hispânicos como o da cultura *moche*, a androginia – representada tanto por seres sobrenaturais quanto por posições sociais importantes, sobretudo relacionadas ao sacerdócio – ocupa um lugar cosmológico fundamental:

Devo introduzir aqui dois conceitos quechuas que permitirão uma melhor compreensão da cena: *chhullu*, o elemento sem par entre pares que arbitra o *tinkuy*, o encontro destes pares como enfrentamento e

como diálogo. Tal intercâmbio implica a presença de diferenças e hierarquias, mas é sua negociação constante em busca da igualdade que produz a relação de opostos-complementares que definiu o indígena. O elemento sem par – o andrógino – é chave na cosmovisão indígena, já que se situa entre os pares abarcando-os e excedendo-os simultaneamente para assim produzir a cultura. (Campuzano, 2009, pp. 81-82, tradução minha).

Ainda nas primeiras décadas de relações coloniais na América do Sul, no século XVI, o Governo colonial espanhol decretou uma lei, de inspiração bíblica, condenando a prática do “travestismo”:

Caso qualquer índio do sexo masculino vista-se em roupas indígenas femininas, ou qualquer índia do sexo feminino vista-se em roupas indígenas masculinas, o ... Prefeito deverá prendê-los. Na primeira incidência deve-se lhes aplicar cem chibatadas, e seus cabelos devem ser cortados em público. Na segunda vez deve-se lhes amarrar por seis horas a um poste no mercado à vista de todos. Na terceira ocasião eles devem ser mandados ao xerife do vale ou ao Prefeito da Villa de Santiago de Miraflores, para que se lhes faça a justiça em conformidade com a lei. (Gregório Gonzales de Cuenca, *Ordenanzas de los Índios*, 1556. *Apud* Campuzano, 2006, p. 34, tradução minha).

A preocupação da administração colonial espanhola com a forma de organização e estruturação das relações de sexo e gênero dos povos indígenas americanos, ainda no século XVI, evidencia a profunda articulação entre as estruturas de raça e sexo no modelo de dominação que naquele momento se impunha. Aqui, a imposição de uma ordem racial se dá em articulação simultânea e inseparável de uma intervenção violenta e arbitrária sobre a forma de enunciação e experiência do sexo e do gênero no contexto dos povos colonizados, que se soma, evidentemente, aos estupros sistemáticos das

mulheres indígenas (e, mais tarde, africanas) associados ao exercício do poder colonial e patriarcal.²¹

Não se trata de que o gênero aparecesse nas diversas formas culturais do mundo andino e ameríndio como uma estrutura separada de outras, e que a regulamentação colonial tenha incidido apenas aí, mas de que a forma de construção do modelo de sexo-gênero nessas culturas estava profundamente entranhada em suas estruturas mais elementares. Os princípios não binários, com ênfase na continuidade, organizadores do modelo de sexo-gênero das culturas pré-hispânicas incidiam sobre todas as dimensões de suas cosmologias, sendo evidenciados, até hoje, nos padrões de cerâmicas e tecidos que lhes guardam testemunho, por exemplo.²²

3. Nação, Modernidade e Projetos de Silenciamento

O entrelaçamento das noções coloniais de raça e gênero como elementos determinantes para o exercício de uma dominação dos territórios americanos moldada em um discurso determinista, essencialista e diferenciador sobre os corpos não se resume, contudo, aos primeiros momentos de constituição do poder colonial. É sobre esse modelo que se fundamentará a colonialidade do poder ao longo de toda a história posterior aos acontecimentos assinalados em 1492. Se um discurso e um controle rigorosos sobre os corpos e a corporalidade implicam em conseqüências subjetivas radicais, e ensejam um domínio quase absoluto do poder colonial sobre o território latino-americano, é também sobre estas bases que se dará a implantação dos principais modelos de construção de nações e estados nacionais no continente.

A estrutura colonial, não apenas em sua dimensão subjetiva, mas no conjunto das relações inerentes ao sistema-mundo moderno, não é rompida com os processos de descolonização e independência política ocorridos sobretudo no século XIX. Há uma

²¹ A vinculação entre a violência territorial colonial, e a violência sexual, põe em evidência a estrutura patriarcal pela qual, como demonstra brilhantemente Rita Segato, corpo feminino e território são postos em equivalência semântica: “A sanção sobre o corpo da mulher é um lugar privilegiado para significar o domínio e a potência coesiva da coletividade, e práticas de longuíssima duração histórica confirmam esta função da capacidade normativa (e até predadora) sobre o corpo feminino como índice da união e força de uma sociedade. A significação territorial da corporalidade feminina – equivalência e continuidade semântica entre corpo de mulher e território – são o fundamento cognitivo destas práticas.” (Segato, 2005, p. 11-12, tradução minha).

²² Sobre os princípios não-binários que orientam a estética das produções de cerâmica e tecidos no mundo andino, ver Campuzano, 2006.

profunda continuidade, que se verifica com maior nitidez justamente na manutenção das oposições binárias de sempre, que desembocam na negação quase universal da participação de negros, indígenas e mestiços – mas também das expressões não-heterossexuais da sexualidade, e pode-se dizer que do próprio lugar das mulheres e do feminino – nos projetos de República e de Nação empreendidos no continente. Em situações radicais, foi o argumento baseado nas oposições binárias que levou a políticas de Estado de orientação alegadamente eugênica e genocida, como no caso argentino.

Ainda mais significativo é o fato de que mesmo movimentos que se pretendem críticos das estruturas de poder moldadas sobre o eurocentrismo e o colonialismo, como é o caso do Sendero Luminoso e do Movimento Revolucionário Túpac Amaru (ambos no Peru), tenham identificado como inimigos de seus projetos de nação não apenas as elites capitalistas e coloniais instaladas no poder, mas também os povos autóctones não incorporados diretamente ao sistema de produção industrial urbano, e as pessoas vivendo formas não-heterossexuais de gênero e sexualidade. Campuzano traz a informação de que:

“um relatório da Comissão de Cidadãos Pelos Direitos Humanos indica que o Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA), do Peru, tendia “a ver gays e lésbicas como ‘anti-revolucionários’ ou como ‘produtos da decadência burguesa’, e portanto como uma ameaça ao projeto político de esquerda” (ICCHRLA 1996: 19). Chauvin (1991) afirma que em 1990 e 1991, mais de 40 travestis foram assassinadas em Lima, Peru, pelos grupos direitistas conhecidos como *mata cabros* ou “mata viados”. (Campuzano, 2006, p. 36, tradução minha).

Impressiona que a força do discurso colonial e de seus mecanismos violentos de subjetivação capturem de tal forma certas práticas tradicionais em sua própria linguagem, que acabe por inscrevê-las em uma narrativa onde a história se reconstrói de uma maneira significativamente distorcida. Assim como demonstram exemplos análogos recentes em contextos ditos pós-coloniais tão distintos quanto a Nigéria e outros países de colonização islâmica no continente africano, na América Latina muitas vezes a idéia de “homossexualidade” (que de fato só faz sentido em uma construção

muito rígida do gênero binário, como é o caso do discurso ocidental moderno sobre o sexo) é utilizada por representações mestiças para condenar práticas enraizadas na história das tradições locais justamente por seu suposto caráter “estrangeiro”, e portanto colonial.

Essa distorção perversa é resultado, em outras palavras, da inscrição de práticas e concepções não apenas inteligíveis em seus contextos de origem, mas ocupantes mesmo de funções simbólicas centrais em seu universo cultural, em uma linguagem externa empurrada à força cuja pobreza reside justamente no fato de ter sido cunhada para reduzir os significados localizados a meras aberrações justificadoras da opressão racial. No caso das travestis e de suas formas predecessoras de expressão no universo pré-hispânico (onde as concepções de “travestismo” ou de “travestilidade” sequer fariam sentido), acabam ocupando de forma radical uma condição duplamente abjeta: são expelidas dos espaços de poder por sua associação com uma posição de inferioridade no espectro de posições racializadas, mas também correm o risco de serem expelidas de espaços marginais (e sobretudo aqueles que se pretendem em oposição aberta à centralidade do poder colonial) por sua dissociação com a tradição local e sua associação a uma estrutura semântica estrangeira, colonial e opressora.

4. Cidade, Corpo e Memória

Assim mesmo, a existência persistente e contínua – embora extremamente heterogênea – de formas culturais contrapostas aos modelos hegemônicos de inspiração eurocêntrica, dão vida à memória – e uma memória não fechada em seu passado, mas aberta a projetos presentes e orientados ao futuro – dos povos colonizados e da própria colonização/colonialidade, operando como signos sempre acessíveis apontando para a historicidade e a não naturalidade destes mesmos modelos hegemônicos (assim como de qualquer modelo cultural). A configuração da estrutura sexual rigidamente binária característica da modernidade européia (e eurocêntrica), assim como a estrutura racializada e racista que a acompanha, podem ser caracterizadas nos termos do que Pierre Bourdieu e Loïc Wacquant definem como “imperialismo cultural”, que “repousa no poder de universalizar os particularismos associados a uma tradição histórica singular, tornando-os irreconhecíveis como tais” (Bourdieu e Wacquant, 2002).

Ainda acompanhando a leitura de Campuzano sobre o lugar da androginia, de um continuum de gênero e das travestilidades nas cosmologias pré-hispânicas, e conseqüentemente o lugar da repressão, do controle e do afastamento de todas essas formas nos projetos coloniais e de construção nacional, encontramos nas trajetórias individuais e coletivas das travestis urbanas contemporâneas um lócus muito significativo da memória da constituição dessa estrutura de poder:

A cidade contemporânea é a memória dos dispositivos que ordenaram os corpos ao fixar suas sexualidades. A travesti transtorna tal ordem de gênero binário já que seu corpo contém a memória de seu deslocamento do masculino ao feminino contemporâneos. Esta posição é assumida como marginal pela sociedade em geral e se coloca como desafio para uma diversidade sexual que, com freqüência, continua partindo do gênero binário a lutar por seus direitos. (Campuzano, 2009, p. 90, tradução minha).

No caso da cidade de Brasília é evidente como essa posição de marginalidade sexual das travestis se traduz em uma radical marginalidade espacial. Freqüentemente associadas às práticas de prostituição, por uma lógica incontestavelmente ligada às formas de exclusão social, econômica, espacial e mesmo ontológicas (Prins e Meijer, 2002) nas quais estão implicadas, as travestis ocupam na capital planejada – e planejada como projeto de abertura ao futuro (de um “novo Brasil”) – os espaços de penumbra que não fazem parte da imagem oficial do poder público. Sua própria presença nesses espaços, que embora radicalmente marginalizados se situam, no caso de Brasília, sobretudo no centro da cidade (particularmente no Setor Comercial Sul), próximos aos principais símbolos do poder da nação, aparecem como signos muito fortes de uma forma de organização dos espaços característica da modernidade que se distingue especialmente por seu caráter expropriador, repressor e repulsor, desde suas origens coloniais. Não por acaso, entre os principais públicos consumidores dos serviços de prostituição das travestis, segundo seus próprios relatos, estão justamente homens muito ligados à *intelligentsia* por trás dos projetos homogeneizantes de construção da nação, o que evidencia as profundas e insuperáveis contradições de uma modernidade construída na perversidade de relações coloniais.

Essa discussão remete à articulação proposta por Mônica Siqueira, em sua tese de doutorado sobre a relação entre memória e trajetórias urbanas de travestis idosas no Rio de Janeiro, onde as formas particulares de apropriação do espaço urbano, bem como de suas relações, percepções e concepções da cidade, mobilizam uma memória que ora aparece associada à afirmação da travestilidade como identidade política, ora ao que a autora chama de “memória do preconceito”, ou “memórias de coerção” (Siqueira, 2009). Se ser travesti implica, quase sempre, ser empurrada para um lugar marginal no desenho dos espaços e dos discursos sobre o sexo e o gênero, o mesmo vale para o lugar que é dado a essas experiências na escrita da história. Na verdade, no caso da historiografia oficial, e mesmo do maior conjunto de práticas historiográficas alternativas ou marginais, a memória da travestilidade em países como o Brasil é absolutamente foracluída. Essa memória persiste, no espaço das cidades modernas, nos corpos das travestis que quase invariavelmente ocupam áreas específicas; mas persiste também, e talvez sobretudo, nas memórias subjetivas de travestis mais velhas, que acompanharam diferentes momentos e processos tanto das formas de sociabilidades dos grupos de travestis, quanto de suas relações com a cidade e seus habitantes.

É muito significativo, no entanto, que os mesmos processos que marginalizam e invisibilizam as experiências de travestilidade e as travestis nos territórios da modernidade, ajam de forma ainda mais implacável na invisibilização das travestis idosas. Entendidas por Monica Siqueira como guardiãs da memória de seu grupo mais amplo, as “travestis das antigas” “podem ‘contar histórias, episódios, anedotas’ de como era a travestilidade antigamente (e, portanto, de como ela é hoje) através de muitos fragmentos da vida cotidiana” (Siqueira, 2009, p. 72).

No ano em que Brasília completa seu primeiro cinquentenário, as discussões sobre a memória da cidade e seus futuros possíveis nunca foram tão intensas. Simultaneamente, a atenção que a ela se dirige e seu potencial atrativo para visitantes de todos os lugares motiva uma série de medidas destinadas a apagar os “traços indesejáveis” do tempo e a renová-la, particularmente em suas fachadas. Essa necessidade de “limpeza” se torna ainda mais forte diante de um cenário fundiário e imobiliário altamente inflacionado e rentável na capital do país. Discutirei no próximo capítulo eventos diretamente relacionados ao impacto da “higienização” da cidade na rotina de parte de suas travestis, especialmente aquelas exercendo a prostituição no Setor Comercial Sul.

À exceção do excelente trabalho de pesquisa de Denise Caputo que resultou no filme documentário de curta-metragem *A Saga das Candangas Invisíveis* (2007), sobre o papel das primeiras mulheres trazidas para o Distrito Federal, ainda no período de construção da cidade, no final da década de 1950, para trabalharem no comércio sexual que atendia aos operários, engenheiros, políticos e outros homens que participaram desse período de obras, não encontrei outras produção que envolvessem a prostituição – e ainda menos a história das travestis, que também não aparece no filme de Caputo – na memória da capital modernista. Fecho este capítulo propondo uma leitura analógica de parte da obra *El Zorro de Arriba y El Zorro de Abajo*, de José María Arguedas, que acredito que pode oferecer algumas sugestões interessantes sobre o lugar da prostituição – e particularmente da prostituição não-heterossexual – na história e na geografia brasilienses.

5. Sexo e Raça - Esboçando analogias possíveis

“Putamadre Mudo: aquí se trabaja en cosas di’ hombre. El hombre se diferencia por el pincho, ¿no? Tú has nacido con pincho, oye Mudo, aunque sea pa’tú joder.” (Arguedas, 1996 [1971]: 25)

Chaucato, capitão da *bolichera*²³ “*Sansón I*”, é quem assim se dirige ao Mudo, um dos 10 pescadores que tripulam o barco, numa madrugada de trabalho em mar aberto, muito distante da baía de Chimbote. O Mudo é descrito, já em sua primeira aparição na última novela de José María Arguedas, *El Zorro de Arriba y El Zorro de Abajo*, publicada postumamente em 1971, como um “*maricón*”. De sua origem e história, sabe-se que é filho de uma prostituta, também chamada Muda, caracterizada como “a prostituta mais sábia de Chimbote”. Da família “muda” não se diz muito mais, mas em seu quase-silêncio as duas personagens se situam num lugar central do cenário da novela, de uma força simbólica impressionante.

Chimbote, a cidade costeira onde se desenrola a trama de *El Zorro...*, é ela própria a personagem principal da história. Martin Lienhard destrincha seu papel na narrativa em um esquema que não escapa de reduzir a complexidade fragmentada do mosaico

²³ “Embarcação para a pesca da anchova e do bonito cujo nome provém da rede chamada boliche”, segundo o glossário de Martin Lienhard elaborado para a “Edição Crítica”, da “Coleção Arquivos” de *El Zorro de Arriba y el Zorro de Abajo*, de José María Arguedas. A tradução do verbete é nossa.

literário construído por Arguedas, mas que permite uma leitura inspiradora de sua força simbólica. Chimbote aparece como “uma espécie de novo Cuzco”, um espaço que se divide,

como o do *Tawantisyu*, em um acima, precisamente as dunas – e um abaixo: o porto. Cada metade, como no estado incaico, se divide por sua vez em dois quadrantes que reproduzem a oposição acima/abaixo: na metade de cima se opõem as *barriadas* dos serranos pobres e a planta siderúrgica; na de baixo, o lixão, habitat dos trabalhadores ‘*criollos*’, e o porto pesqueiro com suas instalações industriais, fonte de riqueza. (Lienhard, 1996: 328, tradução minha).

Chimbote é um microcosmo do Peru contemporâneo, um personagem/cenário que evoca todas as contradições históricas de um país fortemente marcado por sua colonialidade estrutural, cindido em muitos fragmentos que se simbolizam talvez com maior força na oposição tão significativa entre o “acima” andino e o “abaixo” costeiro. A leitura fragmentada e conflituosa que Arguedas propõe ao Peru em *El Zorro...* se materializa na própria forma da narrativa, em que os diários auto-biográficos de uma intimidade visceral, de um autor que trata abertamente de seu suicídio iminente, e que se reporta o tempo todo ao passado em um momento de saudosismo das origens andinas se alterna com um relato ficcional de uma objetividade intensa, sempre no presente, em que a narrativa se movimenta em um fluxo livre de qualquer obrigatoriedade à progressão linear.

Nesse cenário, o Mudo e a Muda habitam o “centro bicéfalo deste cosmos antigo/moderno” (ainda nas palavras de Lienhard): o prostíbulo e a zona de hotéis.

No cenário esboçado, o irmão macaco (o capitalista Braschi, p. 90) e o irmão lobo (o pescador Chaucato, p. 94) seduziram, na época dos começos, a ‘virgem’ Chimbote (antropomorfização da concha-baía) para organizar, com a bênção dos chimpanzés (imperialistas, p. 129), um prostíbulo (imagem degradada da exploração capitalista). (*Id. Ibid.*, tradução minha; as páginas indicadas entre parênteses remetem às passagens em que Arguedas associa as personagens às suas representações animais).

Chaucato, o experiente pescador que reivindica ao Mudo o uso do *pincho* [pênis] como afirmação masculina, aparece na novela como a própria representação da mestiçagem peruana. Não por acaso, foi batizado por Arguedas com o nome do pássaro cuja descrição abre outra de suas histórias, o conto “Orovilca”. Simultaneamente criatura do céu e representação simbólica da água subterrânea (“*el agua que se esconde en el subsuelo... y hace posible que esta tierra produzca*”), sua voz “*es el único indicio de que bajo el sol tenemos de esa honda corriente*” (Arguedas, 1954; *apud* Brückmann, *s.d.*); para Ernesto Brückmann (*op.cit.*), o *chaucato*, descrito como “*un ave emparentada con los chihuillus y el guardacaballo de la costa, y con el zorzal serrano*”, aparece na obra de Arguedas como metáfora da mestiçagem.

A relação entre o *mestizo* Chaucato (aqui representado por uma posição limiar do ponto de vista racial) e o *maricón* Mudo (representado por uma posição limiar do ponto de vista do gênero), embora secundária na trama, se desenrola em dois espaços cruciais da novela: o barco pesqueiro, de propriedade multinacional, onde mestiços e índios migrados das regiões andinas esperam conseguir riquezas que lhes abram as portas da cidade costeira; e o bordel, este espaço central para onde convergem, na clandestinidade noturna, todas as contradições de Chimbote: índios, negros, mestiços, orientais (*chinos*), policiais, capitalistas, americanos.

Arguedas, autor cujo pensamento exerce influência fundamental e reconhecida na obra de Aníbal Quijano, deixou em seus escritos um legado de defesa radical da importância da afirmação do protagonismo indígena na história peruana. Em seu romance mais extenso, *Todas las Sangres*, e em contos como “*Agua*”, defende uma leitura da nação peruana na qual só há possibilidade de abertura histórica para o futuro a partir de uma mobilização dos grupos explorados na história colonial (sobretudo os grupos indígenas das terras andinas) que também parta das condições históricas pretéritas e presentes.

Em *El Zorro...* Arguedas esboça com Chimbote uma alegoria de um país marcado por contradições muito profundas, que se originam de formas perversas de construção e manipulação de estruturas como as de sexo e raça. No centro deste universo, como na

Brasília modernista, o contraste e o entrelaçamento entre o mercado sexual²⁴ e a rede de hotéis²⁵ aponta para um cruzamento de feixes que articula em torno do sexo e das relações raciais o caráter de nação internamente mestiça e heterogênea, e externamente inserida na complexa trama das relações internacionais do mundo da globalização capitalista.

A Chimbote *mestiza* de Arguedas se aproxima, assim, da leitura proposta por Campuzano, com seu projeto de um *Museo Travesti*, da possibilidade mesma de se pensar um Peru como “nação travesti”²⁶, ou mesmo da possibilidade de uma “América Latina Travesti”²⁷. A travestilidade, defende Campuzano, é “um discurso que começa com a auto-referência, no qual a identidade é um fenômeno relacional e portanto instável, que emerge de um corpo-território colonizado, *mestizo*, e agente”.

Não acho que seja por acaso que a quase totalidade das travestis com quem conversei ao longo de minha experiência em campo seja originária de áreas periféricas do Distrito Federal e do Brasil, de origem pobre, e sobretudo não-branca. É impressionante também a frequência da proximidade que têm essas travestis com as expressões religiosas afro-brasileiras, em especial o candomblé. Não tenho condições de afirmar uma vinculação entre travestilidade e religiosidade afro-brasileira que não seja por essa frequência, que pude observar no grande número de travestis que freqüentam ou já freqüentaram terreiros (muitas atuam, inclusive, como pais-de-santo), pela familiaridade com a mitologia e a simbologia dos orixás, pelo conhecimento de elementos litúrgicos e pela incorporação quase universal de expressões do iorubá à linguagem pela qual elas conversam entre si, chamada de “pajubá”. O mesmo observa, por exemplo, Marcos Benedetti (2005) para as travestis de Porto Alegre.

²⁴ O bordel em Chimbote, o Setor Comercial Sul em Brasília.

²⁵ Em Brasília, curiosamente, o Setor Comercial Sul (SCS) situa-se exatamente ao lado do Setor Hoteleiro Sul (SHS), e o público dos hotéis corresponde a uma parcela significativa dos usuários dos serviços da prostituição das travestis. Ambos, SCS e SHS, estão ainda muito próximos do centro administrativo do Estado brasileiro, na Esplanada dos Ministérios e na Praça dos Três Poderes.

²⁶ “... se há alguma coisa que se pode chamar de essência peruana, tratar-se-ia da metamorfose constante. Um Peru, uma América, imersa no processo travesti de imposição e agência que são constitutivos de seus sujeitos.” (La Fountain-Stokes, 2010)

²⁷ “Travestis conectam as diferentes dimensões dos seres: espiritual e material, realidade e sonho. Elas e seus papéis não desapareceram. Eles mudaram.

“Nesse ponto, a metáfora literária da América Latina como uma travesti é útil; travestismo se torna um modelo histórico, não metafórico, para o desenvolvimento cultural de qualquer território colonizado como as Américas.” (Campuzano, 2006, p. 36)

Mas muitos trabalhos, de fato, pelo menos desde a visita da antropóloga estadunidense Ruth Landes às casas de religião afro-brasileira na Bahia no final dos anos 1930, que resultou na publicação de *City of Women* em 1947, apontam para essa relação²⁸. O mais significativo, acredito, é a minuciosa tese de Rita Segato sobre o xangô do Recife, forma local da expressão religiosa afro-brasileira de tradição nagô²⁹. Na última parte do livro, “Inventando a Natureza”, a autora demonstra o “esforço sistemático de liberar as categorias de parentesco, de personalidade, de gênero e sexualidade das determinações biológicas e biogenéticas a que se encontram ligados na ideologia dominante das sociedades brasileira” os membros do culto xangô³⁰. De forma análoga à das cosmologias andinas analisadas por Campuzano, Segato demonstra como o gênero no mundo nagô situa o indivíduo num ponto de “um *continuum* que vai do masculino ao feminino”, construído sobre a dualidade dos pólos masculinos, mas de forma algum refém do binarismo estanque e asséptico do modelo da modernidade.

Sem um investimento rigoroso no desvelamento dos mecanismos pelos quais a colonialidade se instalou na história da América Latina, e sem um trabalho de reescritura da história que garanta o direito à memória dos povos e das formas históricas de alteridade continuamente excluídas dos registros oficiais nos últimos séculos, corre-se o risco de que as lutas políticas no continente se resumam à adesão às formas globalizadas, fixas e anódinas de identidade política a que se refere Rita Segato no texto já citado. Isso implica, entre outros desafios, na construção de modelos teóricos que dêem conta dos efeitos do colonialismo e da colonialidade em todos os seus níveis e dimensões, e sejam capazes de desnaturalizar seus pressupostos e esquemas de classificação.

²⁸ Conferir, por exemplo, Fry (1982), Birman (1995), Oliveira (1994), Cornwall (1994) e Matory (1994), entre outros.

²⁹ Segato (2005c).

³⁰ Idem, p. 421.

II – Espaços degenerados

1. Segregação espacial na capital planejada: segregação planejada?

Construída a partir de 1956, e oficialmente inaugurada em 1960 como nova capital do Brasil, Brasília, a despeito da originalidade de suas formas urbanísticas e arquitetônicas, teve seu projeto, assinado por Lúcio Costa, fortemente influenciado pelos manifestos dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). Realizados entre 1928 e meados da década de 1960, os CIAM constituíram “o mais importante fórum internacional de arquitetura moderna” (Holston, 1993, p. 37). Tanto Lúcio Costa quanto Oscar Niemeyer – o arquiteto responsável pelos principais prédios públicos e monumentos da cidade – não apenas acompanharam as discussões e as publicações em torno dos CIAM, pelo menos a partir dos anos 1930, como foram discípulos diretos do arquiteto francês Le Corbusier, mentor dos Congressos e principal proponente dos princípios da arquitetura e urbanismo modernistas, com quem trabalharam diretamente no projeto do Ministério da Educação e Cultura no Rio de Janeiro, construído entre 1936 e 1943 (*id.*, p. 42).

Os princípios discutidos nos CIAM, e que constituíam então os principais fundamentos da arquitetura moderna, partiam da premissa de que por meio de intervenções arquitetônicas e urbanísticas nas cidades seria possível criar “novas formas de associação coletiva, de hábitos pessoais e de vida cotidiana” (*id.*, p. 37), e que portanto a arquitetura e o urbanismo modernos seriam poderosos instrumentos de transformação social. Dessa crença partilhavam não apenas as (os) arquitetas (os) e urbanistas participantes deste momento, mas também as (os) agentes políticas (os) por trás dos planos de construção de uma nova capital para o Brasil, no centro do país, particularmente no período da administração do presidente Juscelino Kubitschek (embora a idéia de transferência da capital para o estado de Goiás já existisse pelo menos desde 1789, época do governo do Marquês de Pombal sob o reinado de D. José I, e estivesse referendada desde a Constituição de 1891³¹).

James Holston (1993) demonstra muito bem o paradoxo implícito em grandes projetos de desenvolvimento como o da construção de Brasília: “Retratando a imagem

³¹ Cf. Campos, Neio (1988); Sousa, Nair Heloísa Bicalho de (1983); Santarém, P. H. S. (Paíque) (2008).

de um futuro imaginado e desejado, Brasília representou a negação das condições existentes na realidade brasileira” (Holston, *op. cit.*, p. 13). A idéia de transferência da capital para uma cidade inteiramente planejada e construída desde seu marco zero na região central e então pouquíssimo povoada do Brasil parecia, para todas (os) que a encampavam, uma oportunidade sem precedentes de iniciar uma nova fase de desenvolvimento em um país marcado por uma história secular de colonização, exploração, escravidão, miséria e profundas desigualdades sociais. Por trás das concepções políticas e urbanísticas em torno da construção de Brasília havia uma forte ideologia de transformação social, em que a criação de uma cidade inteiramente nova permitiria gestar também uma nova sociedade³².

No entanto, a tentativa de apagamento da história e da realidade presente do país era um projeto de saída fracassado, e implicava uma necessária negação das próprias condições (possíveis e reais) de construção da cidade – inescapavelmente dependente da mão-de-obra que veio de todo o Brasil, mas sobretudo das periferias das grandes cidades e áreas rurais, particularmente da região Nordeste, trabalhar nos canteiros de obra da futura capital. O projeto e a construção de Brasília envolviam necessariamente, portanto, e desde o início, uma relação de absoluta continuidade com toda a história colonial do Brasil³³ e as condições existentes na realidade presente, e a estratégia de ocultamento não apenas não poderia funcionar como acabou por tornar ainda mais evidentes na configuração espacial da cidade as marcas históricas de segregação.

A partir de uma análise da especificidade do mercado imobiliário/fundiário de Brasília, Neio Campos (1988) argumenta que o “rígido controle governamental ao longo de todos os momentos de formação do seu quadro físico-territorial”, representado sobretudo pela empresa pública Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília), longe de oferecer as condições necessárias para a utilização social da terra acabou por acentuar o quadro de segregação residencial: “[o] Estado (Terracap), ao possuir o controle na oferta de terras para a expansão urbana, [desempenha o papel de] agente fundamental na

³² Esses pressupostos não partiram de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer. Eram fundamentos da arquitetura e urbanismo modernos então vigentes, implícitos no próprio edital do concurso para escolha do projeto urbanístico para construção da cidade, de tal forma que os cinco primeiros colocados no concurso – foram 26 projetos inscritos – eram todos do tipo dos CIAM (HOLSTON, *op. cit.*, p. 321n).

³³ Dentre as justificativas para a construção de Brasília no Centro-Oeste, além da histórica questão de segurança militar com a retirada da capital da cidade litorânea do Rio de Janeiro, havia o objetivo de colonização do interior brasileiro, muito menos povoado e economicamente desenvolvido que a área costeira do país.

determinação da valorização das terras, logo, na segregação residencial” (Campos, 1988, p. 69). Contrapondo este quadro de segregação ao caráter supostamente “igualitário” e “socialista” do projeto urbanístico original, Aldo Paviani (1988) situa na dinâmica própria do mercado imobiliário capitalista o caminho pelo qual a realidade distancia-se do projeto:

[A] cidade que deveria ser igualitária segregou os destituídos, antes mesmo de inaugurada; a cidade que, na prancheta, nasceu unitária e fechada abriu-se, pulverizando-se em inúmeras cidades-satélites e núcleos dormitórios da periferia, para além dos limites do Distrito Federal, adentrando o Estado de Goiás. Por distanciar-se da realidade, o projeto mostra ser menos dinâmico e flexível [...] (Paviani, 1988, p. 64).

A proposta de uma cidade rigidamente planejada e controlada em seu desenvolvimento pela regulamentação estatal esbarrou, logo de saída, no surgimento de áreas periféricas não-planejadas, como a cidade-satélite de Taguatinga, criada já em 1958. Como afirma Paíque Santarém (2008), “quem construiu Brasília não pôde desfrutar das belas festas da inauguração: sobrou, após o término das obras, a opção ou de voltar para seus estados de origem ou resistir em ocupações de espaços vazios da cidade, duramente reprimidas” (Santarém, 2008, p. 5). Originalmente planejada para abrigar 500 mil pessoas³⁴, concentradas na região do Plano Piloto, a cidade logo começou a inchar e expandir-se em direção aos limites do Distrito Federal.

Diante do desafio de controlar o crescimento de uma cidade cada vez mais distante do modelo previsto nos planos originais, e ao mesmo tempo fortemente impregnada de um ideal de conservação do projeto com um mínimo de máculas, a administração governamental de Brasília acabou por instituir ainda mais limites ao trânsito e ocupação livre dos espaços urbanos que em outras cidades brasileiras. Como afirma Luís Filipe Castello (2008):

O Plano Piloto de uma maneira geral [...] é um território que permanece largamente imaculado de maiores tensões sociais. Isto não quer dizer que elas não existam. Sugere, pelo contrário, que a repressão a elas ocorre com uma eficiência e truculência como não se

³⁴ A população atual, segundo a última estimativa do IBGE, é de 2.557.158 habitantes.

vê em outros centros urbanos do Brasil. A história da cidade é marcada por uma grande repressão às interferências que foram ocorrendo ao ideal de uma capital planejada e controlada. Se a ocupação vasta e rarefeita de Brasília sugere um montante extraordinário de recursos para mantê-la – para manter suas áreas verdes incólumes, seus percursos rodoviários amplos e desimpedidos, suas infra-estruturas subterrâneas, seus edifícios permeáveis ao nível do solo, sua tranquilidade e segurança, seu perfil classe-média – deve-se somar aí os custos de seu policiamento, real ou simbólico: a própria ocupação esparsa funciona como certo policiamento, ao fabricar espaços difíceis de serem transpostos e que vêm acompanhados da ineficiência e alto custo dos seus transportes públicos. Este poder de policiamento é ponto fundamental para a manutenção do status de que goza o Plano Piloto. Repressão é parte do custo de se sustentar Brasília. (Castello, 2008, p. 81).

2. A cidade como corpo e o urbanismo “clínico”

A realização em Brasília dos modelos e conceitos urbanístico-arquitetônicos discutidos nos CIAM, o “ideal de uma capital planejada e controlada” a que aludira Castello, consolidam a construção da cidade como ápice de um processo de intensificação do controle governamental das cidades que se iniciara na Europa Ocidental pós-Revolução industrial, com mais força a partir da primeira metade do século XIX. A explosão demográfica, o intenso processo de urbanização do mundo industrializado, o surgimento de cidades operárias como Manchester e Lille, o aparecimento dos cortiços como fenômeno de moradia e a proliferação de uma série de epidemias provocadas pelas condições de insalubridade dos centros urbanos levaram ao desenvolvimento de um novo corpo de técnicas de administração dos espaços urbanos que desembocou no estabelecimento do urbanismo moderno como o conhecemos, como disciplina, conjunto de técnicas, “ciência dos estabelecimentos humanos” (Harouel, 1998, p. 114).

Jean-Louis Harouel (1998) associa o desenvolvimento do urbanismo moderno à percepção dos aglomerados urbanos pós-Revolução industrial como corpos doentes:

Aos olhos dos [as] contemporâneos [as], é toda a cidade que está doente. Ela é considerada um tecido patológico, doentio. Em *Illusions*

Perdus, Balsac qualifica Paris de ‘cancro’. Médicos [as], filantropos [as], sociólogos [as], economistas, romancistas, diante das epidemias e da delinqüência, vêem aí os frutos envenenados dos cortiços, as infecções de uma cidade má, acusada de corromper a raça humana, de destilar o vício e o crime. (Harouel, 1998, p. 115).

A figura da (o) urbanista (ou planejador (a) urbana (o)) surge, nesse contexto – juntamente com as (os) sanitaristas e inspetoras (es) sanitárias (os) – como a de um (a) especialista capaz de sanar os males que acometem a cidade, aliada (o) inseparável da administração pública.

O mesmo conjunto de transformações associadas aos processos de industrialização e urbanização – particularmente na Inglaterra e na França – que desembocou no surgimento do urbanismo moderno leva à incorporação às atribuições governamentais de responsabilidade sobre a saúde coletiva, implicando em interferências diretas sobre questões como a reprodução, a higiene pública, a velhice e a própria sexualidade (Foucault, 2002). Nesse contexto, a relação entre propriedade privada e bem público sofre um processo de reconfiguração, que culmina no poder da administração pública – muitas vezes representada pela figura da (o) urbanista – de intervir diretamente sobre o uso da primeira.

Reformadores [as] sociais e sanitaristas foram pioneiros [as] na proposição de leis desse tipo, procurando fazer a propriedade imobiliária privada compatibilizar-se com padrões mínimos de saúde e bem-estar, fixados pelo Estado. Inevitavelmente, esses padrões traziam consigo uma restrição aos direitos de propriedade, mediante uma forma ou outra de intervenção governamental, e dessa maneira o urbanismo – ligado às ciências sociais que começavam a se constituir – desempenhou um papel importante na consolidação de poderes administrativos e políticos centralizados desses países europeus [Inglaterra e França]. (Holston, *op. cit.*, p. 53)

Destaca-se em Paris a figura do Barão Haussmann, designado prefeito por Napoleão III em 1853 para fazer de Paris a “capital das capitais”. Respalhado por um novo conjunto de leis que davam ao Conselho Municipal a autoridade de empreender obras públicas, desapropriar terras e demolir cortiços, Haussmann empreendeu profundas transformações urbanísticas na capital francesa, baseadas na criação de uma vasta rede de ruas largas, bulevares e avenidas – associadas a artérias –, além de “uma

política extremamente ativa em matéria de equipamentos públicos: sistema viário, rede de esgoto, distribuição de água e gás, mercados cobertos, feiras, prefeituras, colégios, estações, casernas, prisões, hospitais, espaços verdes...” (Harouel, *op. cit.*, pp. 112-113).

As propostas dos CIAM foram fortemente influenciadas por essas concepções. Holston chega a afirmar que “[a] própria figura de Haussmann oferecia um modelo de urbanista para os CIAM: tecnocrata, engenheiro, ‘cirurgião’; incorruptível e autocrático” (Holston, *op. cit.*, p. 54). Na cidade planejada de Brasília, o modelo de urbanista a um só tempo administrador (a) e “cirurgiã (o)” confere amplos poderes à administração local, responsável pela manutenção e gestão do plano urbanístico da capital. Se, ainda segundo Holston, “[a] doutrina dos CIAM enfatiza [...] que a propriedade é um direito legitimado pelo Estado como parte da organização coletiva” e, portanto, justifica-se “o direito dos [as] urbanistas de intervir em questões de posse do solo quando está em jogo ‘o benefício da humanidade’”, o fato de que em Brasília os principais cargos administrativos estejam constantemente nas mãos de grandes proprietários (as) de terras e empresários (as) do mercado imobiliário confere um caráter perverso à relação entre bem público e propriedade privada³⁵. A manipulação de argumentos ora em defesa da necessidade de manutenção do “plano original” de construção de Brasília (muitas vezes utilizando o tombamento como justificativa), ora apontando para a inadequação do mesmo plano às condições atuais de desenvolvimento da cidade – e portanto à necessidade de readaptá-lo –, se presta a justificar quase qualquer intenção de intervenção do Governo do Distrito Federal, freqüentemente associadas ao uso do “poder de policiamento” e à “repressão às interferências” a que aludira Castello (*op. cit.*).

3. A espacialidade dos corpos e a corporalidade dos espaços

O exercício do poder de policiamento e repressão implica, obviamente, em impactos significativos sobre as vidas das pessoas que a ele são submetidas. O que pretendo argumentar neste capítulo é que essa atitude policialesca que procura impor uma determinada ordem ao espaço urbano metaforizado como corpo, o faz investindo sua força simbólica e fisicamente sobre corpos historicamente marcados e significados, em um processo que constantemente produz e reforça marcas diferenciadoras. O esforço

³⁵ Paulo Otávio, o ex-vice-governador, por exemplo, é o maior empresário do ramo da construção civil na região Centro Oeste do Brasil.

de controle dos usos e interferências sobre os espaços, quer exercido pela autoridade governamental pública ou por agentes privados, envolve sempre um esforço de significação sobre esses mesmos espaços. Este processo de significação é indissociável das significações que incidem sobre as formas de ocupação dos espaços, e sobretudo sobre *quem* ocupa os espaços. Em Brasília, como na maioria das cidades brasileiras, este processo mobiliza signos relacionados à racialidade, à sexualidade, ao gênero e à classe social. Existe, portanto, uma forte vinculação entre a produção de marcas diferenciadoras sobre os espaços e sobre os corpos.

Assim, quando, no capítulo introdutório de *Bodies that matter* (1993), Judith Butler apresenta a noção central em sua obra de “corpos abjetos”, como excrescência performativa da estrutura simbólica a que se refere como “matriz heterossexual”, recorre a uma metáfora espacial:

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas “inóspitas” e “inabitáveis” da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do “inabitável” é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. (Butler, 2000, p. 155).³⁶

A metáfora atende com precisão ao argumento da autora, explicitado no trocadilho presente no título, de que na ordem do discurso hegemônico há “*bodies that matter*”³⁷, que “ao mesmo tempo se materializam, adquirem significado e obtêm legitimidade. Corpos que *não* importam são corpos ‘abjetos’. Tais corpos não são inteligíveis [...] e não têm uma existência legítima.” (Prins e Meijer, 2002). Corpos abjetos, portanto, são da ordem do “inóspito” e do “inabitável”, enquanto os corpos que pesam, em sua existência material, ocupam os espaços legítimos, os espaços que importam.

No entanto, a despeito da negação ontológica que os performatiza imateriais, ilegítimos e ininteligíveis, os corpos abjetos *existem*. Para a autora, “certos tipos de discurso produzem efeitos ontológicos [, sendo que o próprio] domínio da ontologia é um território regulamentado: o que se produz dentro dele, o que é dele excluído para

³⁶ Transcrevo aqui a tradução de Tomaz Tadeu da Silva da introdução de *Bodies that matter* publicada com o título de “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do ‘sexo’” (2000).

³⁷ “Corpos que pesam”, na acertada tradução de Silva, op. cit, que se aproxima do duplo sentido de “materialidade” e “importância” presentes na palavra inglesa “*matter*”.

que o domínio se constitua como tal, é um efeito do poder” (apud Prins e Meijer, *op. cit.*). Em *Bodies that Matter*, esta autora procura justamente elaborar um argumento capaz de dar conta da materialidade do corpo, transcendendo a armadilha metafísica da separação entre corpo e formações psíquicas. Assim, é apenas no contexto de uma economia psíquica da produção de diferenças que certos sujeitos podem definir os limites de sua própria condição ontológica constituindo não-sujeitos, situando-os em um não-lugar no limiar da própria gramática que estrutura a vida social – a “matriz heterossexual” para Butler. Essa matriz, identificada por Rita Segato com o “patriarcado”, é “la matriz primigenia del poder, el primer registro o inscripción de la relación poder/sujeción en la experiencia social y en la vida del sujeto”³⁸ (Segato, 2003, p. 64). Corpos são, portanto, *lugares* habitados por discursos.

O que proponho aqui é argumentar que não apenas os corpos são lugares significados através de processos de exclusão e abjeção, mas que também os corpos habitam e se distribuem em lugares geográficos marcados, em função da matriz que estabelece a relação poder/sujeição, pela exclusão e pela abjeção. O espaço, político e ideológico, é permeado pela mesma gramática que constitui os corpos; os espaços são (res)significados pelos corpos que os habitam, e os corpos são (res)significados pelos espaços em que habitam.

4. Setor Comercial Sul

Localizado na região central de Brasília, muito próximo do ponto onde se cruzam os dois eixos que formam a estrutura do Plano Piloto da cidade, o Setor Comercial Sul é também o centro de minha experiência em campo, e por extensão deste ensaio. No conjunto urbanístico do Plano Piloto, a área principal do Setor Comercial Sul compreende o terreno limitado a oeste pela Avenida W3 Sul, a leste pelo Eixo W sul, ao norte pela Via S2 e ao sul pela Via S3 (ou Via de Ligação SE/NE), no bairro da Asa Sul. Essa área corresponde à das quadras 1 a 6, que formam o quadrilátero onde costumam ficar as travestis que durante a noite atuam como profissionais do sexo. A prostituição no Setor Comercial Sul se concentra, no entanto, sobretudo entre as quadras 2 e 6, sendo menos freqüente na quadra 1, localizada num nível de terreno rebaixado,

³⁸ “A matriz primordial do poder, o primeiro registro ou inscrição da relação poder/sujeição na experiência social e na vida do sujeito” (Tradução livre).

próxima ao eixo rodoviário. A oeste, do outro lado da Avenida W3 Sul, há ainda a Quadra 7 do Setor Comercial, onde se localiza um dos principais *Shopping Centers* da cidade, entre outros edifícios de grande porte. O espaço da prostituição não costuma se estender até ali, de forma que quando me refiro ao Setor Comercial Sul no texto levo em conta especialmente o quadrilátero compreendido entre as quadras 1 e 6.

Como na maioria dos espaços do Plano Piloto da cidade, as edificações e os usos do Setor Comercial Sul são reguladas por normas da Administração de Brasília, especialmente as chamadas Normas de Gabarito, além do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (o PDOT). No caso do Setor Comercial Sul, a legislação específica compreende as normas GB 0001/1, NGB 121/96, NGB 144/98 e o Decreto “N” nº 596, de março de 1967, do Governador do Distrito Federal, que trata do Código de Edificação de Brasília. De acordo com este decreto, o Setor Comercial Sul, assim como o Setor Comercial Norte, faz parte da Zona Central (ZC) da cidade, e compreende “edifícios de lojas e salas comerciais para as seguintes finalidades”: lojas de departamentos, lojas especializadas, escritórios e consultórios, pequenos laboratórios, oficinas de artesanatos, clubes urbanos, cursos de aperfeiçoamento e treinamento relacionados com atividades comerciais, academias de ginástica, saunas, pequenas agências bancárias, agências de órgãos de serviços públicos, cafés, bares, restaurantes, barbearias, engraxatarias, bancas de jornais e revistas e papelarias.

A legislação veda o uso residencial das unidades edificadas do Setor Comercial Sul, e pela própria característica dos empreendimentos que compõem a ocupação desse espaço, o movimento de pessoas que é bastante intenso durante o dia torna-se muito restrito à noite, fora do “horário comercial”, sobretudo após as 20 horas, quando já quase não há estabelecimentos em funcionamento. É sobretudo essa característica de uma ocupação muito concentrada no uso diurno das salas, lojas e equipamentos urbanos do Setor Comercial Sul, sendo muito pouco utilizado durante a noite, além de sua localização no centro da cidade, que o torna um espaço privilegiado para o exercício da prostituição. No caso das zonas de prostituição de outras Regiões Administrativas de Brasília, em especial das cidades satélites de Taguatinga e Ceilândia, que visitei (e que juntas com Samambaia formam o pólo mais populoso do Distrito Federal), há elementos semelhantes no padrão de ocupação dos espaços, mas há também especificidades importantes, que discutirei mais à frente.

À exceção da Quadra 1, marcada por prédios altos, de arquitetura vertical, as quadras de 2 a 6 seguem o modelo urbanístico e arquitetônico mais freqüente da paisagem de Brasília, com prédios horizontais, quase sempre dispostos na direção norte-sul, de não mais do que seis pavimentos, além de térreo e sobreloja, com pilotis. A Quadra 5, ocupada sobretudo por lojas de comércio varejista, restaurantes e agências bancárias, é formada por prédios baixos, de dois pavimentos, que circundam a praça onde se localiza o Posto Policial Militar do Setor Comercial Sul. Pedestres acessam o Setor Comercial Sul por qualquer uma das quatro vias que o margeiam, estando as principais paradas de ônibus (principal meio de transporte utilizado pelas travestis para chegar ao local de trabalho) localizadas nas duas avenidas principais, a W3 Sul e o Eixo W Sul. Há um vão central livre, em linha reta, que atravessa no sentido leste-oeste toda a extensão do Setor Comercial, passando pelas duas praças da quadra 5, pelos pilotis dos edifícios das quadras 2, 3, 4 e 6, e fazendo a ligação com o Setor Bancário Sul, localizado a leste do Eixo Rodoviário, também na Zona Central, pela passarela subterrânea da Galeria dos Estados (onde se encontra a estação de metrô).

A disposição dos acessos de carros e outros veículos também é um fator relevante para a consolidação do Setor Comercial Sul como área de concentração da atividade de prostituição. Raras vezes, em campo, conversei com algum cliente desta atividade, mas em minhas conversas com as travestis, com muita freqüência, perfis desses homens surgem como assunto, sobretudo nos momentos mais informais. E não raro elas descrevem parte significativa de seus clientes como homens casados, “pais de família”, “respeitáveis”, ocupantes de atividades importantes no funcionamento da capital brasileira: funcionários públicos de todos os escalões, advogados, empresários, diplomatas estrangeiros (em algumas ocasiões vi motoristas de carros com placas diplomáticas em negociação com travestis e mulheres profissionais do sexo), eventualmente políticos. O consumo da prostituição, para estes homens, e ainda mais especificamente o sexo com travestis, é essencialmente uma dimensão secreta e rigorosamente privada, envolvendo riscos profissionais, familiares e subjetivos caso se torne público. Margeado a leste e a oeste por duas importantes avenidas da cidade, o acesso viário ao Setor Comercial Sul, contudo, só se faz pelas duas vias auxiliares, a S2 e a S3, pouco utilizadas de maneira geral à noite, o que garante maior discrição.

O Setor Comercial Sul aparece no Anexo II do último PDOT, de 2009, junto aos demais “Setores Centrais de Brasília”, componentes da Zona Central³⁹, como “Área de Revitalização dos Espaços Urbanos”. A importância estratégica da região é justificada pela centralidade e pela alta concentração de postos de trabalho, recomendando o documento como diretrizes: “requalificar os espaços urbanos; diversificar usos visando evitar o esvaziamento fora dos horários de trabalho; revitalizar ou renovar edificações degradadas; proporcionar espaços de convívio e tratar os espaços de conflito”.

5. Degeneração do espaço

Dois lugares dividem o mesmo espaço no Setor Comercial Sul. O principal elemento a organizar essa separação é de ordem temporal: quer se considere as pessoas que os habitam, quer se considere suas formas de significação para a cidade, há um Setor Comercial Sul diurno e um Setor Comercial Sul noturno. No imaginário geral da cidade – e aqui escrevo na condição de morador desde a infância de Brasília, a partir de minhas próprias impressões e de muitas falas que ouvi ao longo da vida, sobretudo desde que comecei minha pesquisa – o Setor Comercial Sul em seus aspectos diurnos, em especial de segunda a sexta-feira, é frequentemente referido como um lugar “com cara de centro de cidade normal”, em oposição ao aspecto exótico das formas modernistas de Brasília. É um lugar de circulação intensa de pessoas, sobretudo pedestres, com um grande déficit de vagas de estacionamento (embora seja bem assistido pelo transporte público, localizando-se muito próximo da Rodoviária do Plano Piloto, com pontos de ônibus nas duas avenidas principais que o margeiam a leste e oeste, e uma estação de metrô na Quadra 1). Até o ano de 2007, quase todas as marquises e pilotis dos prédios do Setor Comercial Sul eram movimentadas durante o dia por um intenso comércio informal, amplamente diverso, realizado por camelôs⁴⁰.

Nas imediações da Rodoviária, vizinho ao principal hospital público da cidade (o Hospital de Base, localizado no Setor Hospitalar Sul) e reunindo uma ampla gama de oferta de serviços, o Setor Comercial Sul durante o dia é não apenas um dos lugares mais movimentados de Brasília, mas apresenta também um dos fluxos mais diversos de

³⁹ São eles: Setor Comercial Sul e Norte, Setor Bancário Sul e Norte, Setor de Autarquias Sul e Norte, Setor Hoteleiro Sul e Norte, Setor de Diversões Sul e Norte, Setor de Rádio e Televisão Sul e Norte.

⁴⁰ Falarei, pouco mais adiante, sobre o fim deste comércio informal.

peessoas no Plano Piloto, em termos raciais, sociais, etários e de origem quanto às Regiões Administrativas do Distrito Federal. Suas marquises abrigam também um número significativo de moradores e moradoras de rua, inclusive travestis – as únicas travestis que já encontrei durante o dia no Setor Comercial. O processo de mendicalização de travestis é um fenômeno recente no Plano Piloto, que passei a perceber sobretudo quando voltei ao campo após a interrupção entre março de 2008 e julho de 2009. É quase unânime entre as travestis do Setor Comercial Sul a associação desse processo à chegada do *crack* às mãos dos traficantes da região. Voltarei adiante ao assunto do *crack* e da migração para a rua entre algumas travestis no Setor Comercial.

À noite, o fluxo de pessoas no Setor Comercial Sul é radicalmente reduzido. Com o encerramento de quase todas as atividades comerciais, o espaço se torna quase desabitado, impressão reforçada pela iluminação precária⁴¹. Aos poucos, à medida que a circulação de carros e pedestres vai diminuindo e as lojas começam a ser fechadas, vão chegando aos seus pontos de trabalho as travestis e algumas mulheres que exercem a prostituição no local. Essas mulheres ocupam alguns poucos espaços do Setor Comercial Sul, sobretudo ao longo da Via S3, em pontos mais visíveis (particularmente no ponto de ônibus que fica de frente para o Hospital Sarah, no Setor Hospitalar Norte). De maneira geral, no entanto, as mulheres que se prostituem na Zona Central da cidade se concentram no Setor Hoteleiro Sul, vizinho ao Setor Comercial, separado pela Via S2. Mais tarde, com o avançar da noite, aparecem também alguns homens envolvidos na venda de drogas ilícitas, em especial a maconha, a cocaína, e mais recentemente o *crack*. Alguns deles permanecem boa parte do dia no local, mas passam despercebidos quando o movimento é maior.

As travestis que se prostituem no Setor Comercial Sul se concentram especialmente ao longo da Via S2, acompanhando a extensão da pista até o retorno que dá acesso ao piso inferior do edifício conhecido como Conic, no Setor de Diversões Sul, e nas vias internas que formam o que elas chamam de “Quadrado”. O *Quadrado* é formado pelas vias que circundam a Quadra 4, com as áreas de estacionamento localizadas entre esta e as vias S2 e S3, além do estacionamento localizado entre esta última via e a Quadra 5. Trata-se, portanto, de área nas imediações do Posto Policial Militar responsável pelo patrulhamento de toda a região.

⁴¹ Recentemente, no âmbito das ações de governo que culminaram na identificação do Setor Comercial Sul como “Área de Revitalização Urbana” no PDOT, a iluminação foi bastante reforçada.

Ambas as configurações, diurna e noturna, assumidas pelo Setor Comercial Sul ao longo das últimas décadas, contribuíram cada qual ao seu modo para a associação daquele espaço a uma imagem de degeneração para uma parte da população da cidade, incluindo seus últimos governantes. A ocupação das unidades edificadas do Setor Comercial Sul é feita, sobretudo por serviços essenciais. O comércio existente na região, à exceção de algumas lojas de sapatos e roupas na Quadra 5, atende principalmente ao público interno de trabalhadores (as) do próprio Setor Comercial Sul e de usuários (as) dos serviços ali oferecidos. Mas não houve, em um período recente (eu não poderia precisá-lo, mas suporia que nas duas últimas décadas), investimento significativo no cuidado com as fachadas, calçamento e iluminação do espaço⁴².

Ao aspecto de abandono arquitetônico e urbanístico, somam-se fatores de ordem social, associados à especificidade da ocupação do Setor Comercial Sul, para a formação de um imaginário de caos, degradação e decadência a seu respeito: a grande quantidade de carros, estacionados ao longo de todas as vias, muitas vezes em áreas irregulares, ocasionando um déficit de vagas que atrai muitos (as) “flanelinhas”; a ocupação histórica das marquises do Setor Comercial Sul, atualmente impedida pelo Estado, pelas barracas de comércio informal, atraídas pela centralidade e pelo fluxo intenso de pessoas; a presença de muitos (as) moradores (as) de rua, atraídos (as) por razões similares – as marquises que oferecem abrigo, e o movimento que oferece possibilidades de ganhar algum dinheiro ou comida; e a oferta de serviços “populares”, que atrai moradores (as) de regiões mais pobres do Distrito Federal. Mas é principalmente a presença noturna de travestis – somada à de mulheres em prostituição, dos (as) moradores (as) de rua e à existência do tráfico de drogas ilícitas – que confere ao Setor Comercial Sul o status de espaço degenerado, ocupado pelo extremo da marginalidade social (e sexual) de nossa sociedade.

Como mencionei anteriormente, na apresentação do trabalho, não é minha intenção aqui discutir as especificidades identitárias de travestis, transexuais ou outras categorias⁴³, até porque, ao tomar como referência o ponto de vista da norma, ou mais especificamente de quem, supondo-se em conformidade com a norma, atribui à/ao

⁴² Como parte da política de “Revitalização”, o Governo do Distrito Federal, ao longo dos últimos quatro anos, investiu significativamente no reforço da iluminação, na renovação dos calçamentos, e na reforma das fachadas, em obras que ainda estão em execução.

⁴³ Para discussões mais amplas sobre as especificidades dos “gêneros” de travestis e transexuais cf. Benedetti (2005) e Bento (2006).

“anormal” categorias derivadas de seu olhar próprio, exterior, exotizante⁴⁴, entendo que travestis e transexuais (e possivelmente outros atores e atrizes) são muitas vezes vistos como “a mesma coisa”⁴⁵. O “abjeto” o é sempre em referência à perspectiva normativa. Se suponho aqui que os sujeitos se constituem por meio de exclusões, a partir de uma matriz excludente, e ainda, que a norma matricial nunca é de fato plenamente alcançada, que o sujeito precisa sempre reafirmar sua condição de sujeito, em um constante processo reiterativo, então todas (os) aquelas (es) que em determinados contextos e sob determinadas perspectivas situam-se fora da norma serão igualadas (os) na condição de não-sujeitos. Sujeitos e não-sujeitos são constitutivos uns dos outros, e essas posições muitas vezes circulam em função do contexto. Assim, por exemplo, uma mulher transexual que afirma sua identidade (e, parcialmente, a constrói) diferenciando-se das travestis (colocando-as em um lugar de abjeção), pode ser em outro momento (ou no mesmo) vista em lugar análogo por um homem heterossexual (que possivelmente não a diferenciara de uma travesti, identificando a ambas como “travecos” ou “veados”). E este mesmo homem pode ocupar um lugar de não-sujeito se, por exemplo, for negro. É claro que estes exemplos simplificam o caráter relacional e histórico (e, por que não dizer, dialético) dos processos de subjetivação, mas servem para indicar que o lugar do abjeto é sempre definido por um olhar normativo, ainda que seja justamente o processo da abjeção que constitui a norma (e os sujeitos que a enunciam) enquanto tal. Cabe, além disso, deslindar que o abjeto não se refere exclusivamente ao gênero dos corpos, mas a um lugar onde se cruzam muitos referentes que variam histórica e espacialmente, como raça, classe, etnia etc.

6. Corpos abjetos, lugares impuros

Ao recusarem a um só tempo a anatomia carregada de regras e as regras que atribuem significado às anatomias, elementos determinantes na base das normas discursivas que moldam os sujeitos, rejeitando a própria polaridade binária pela qual se manifesta a norma, as travestis situam-se (e são situadas) naquelas “zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’” a que aludira Butler. Na enunciação performática da norma de gênero que

⁴⁴ Cf. Ribeiro (2006) para uma oportuna relação entre exotização e erotização no processo de constituição de Sujeitos e seus Outros.

⁴⁵ Benedetti (op. cit.) também aponta para a possibilidade de sobreposição entre as categorias de travesti e transexual em contextos específicos, sobretudo no exercício da prostituição.

constitui os sujeitos e que atribui significado aos espaços que serão (e os que não serão) ocupados por esses sujeitos, as travestis aparecem como exemplos (críticos) do “exterior abjeto que está, afinal, ‘dentro’ do sujeito, como seu próprio e fundante repúdio” (Butler, 2000, p. 156). Aparecem, portanto, como “memórias” vivas ameaçadoras das “presunções auto-fundantes do sujeito sexuado” (id., *ibid.*) e são, por isso, repudiadas, escondidas, negadas. Nesse sentido, entendo que é a semelhança ontológica, a memória de uma constituição compartilhada, fundamental, e não uma diferença irreconciliável o que motiva o repúdio a essas alteridades. Como afirma Felipe Areda (2008), “a diferença é menos o motivo que leva à violência e mais o resultado dela” (Areda, 2008, p. 41)

A presença de travestis em lugares públicos, movimentados, especialmente durante o dia, em meio à multidão, provoca reações contrariadas. Suscita piadas, agressões, reclamações, e outras formas de violência e discriminação. L., travesti que mora em um quarto alugado a poucas quadras do Setor Comercial Sul, me conta que há alguns anos não faz compras no supermercado que fica a poucos metros de sua residência, desde que foi revistada por um segurança que a acusara indevidamente de furtar um produto. Naquela ocasião alguns (as) clientes da loja a agrediram com insultos e comentários jocosos. Não foi a primeira vez que se sentiu constrangida em um espaço público, mas foi a “gota d’água”. Desde então paga a um vizinho, uma criança, para que lhe compre as provisões necessárias.

Cito o relato de L., mas muitas outras travestis me contaram histórias semelhantes, de constrangimentos vividos em ônibus, lojas, hospitais e postos de saúde, delegacias, escolas e espaços públicos, que as fazem evitar sair de casa no período diurno ou freqüentar lugares movimentados, como efeitos da *ditadura da noite* a que aludira P. Trata-se da associação do dia à opressão por mecanismos tácitos de coerção social e a conseqüente restrição da vida social de pessoas transexuais e travestis ao período noturno, signo da prostituição (e, conseqüentemente, à rua como espaço de prostituição). É importante destacar que nem todas as travestis e mulheres transexuais se prostituem. Muitas exercem outras profissões e atividades. No entanto, é significativo o número de travestis (especialmente) que, não conseguindo outros tipos de empregos e atraídas não apenas pela possibilidade de bons rendimentos na “rua”, mas também pelas redes de sociabilidade que se formam entre travestis que se prostituem recorrem à prostituição como meio de sobrevivência. O caráter “ditatorial” da prostituição como

imposição, aludido por Paula, é destacado pela associação generalizada feita pelo senso comum entre a condição de travesti e a prostituição.

A “rua”, como as profissionais do sexo se referem aos espaços públicos de prostituição, aparece muitas vezes como o principal lugar de socialização para as travestis. O mesmo afirmam, entre outros, Hélio Silva, em relação às travestis que se prostituem no bairro da Lapa, no Rio de Janeiro, “espaço onde residem, trabalham e criam inúmeras relações com outros atores sociais que [ali] também moram, trabalham ou freqüentam” (Silva, 1993, p. 140); Larissa Pelúcio, para as travestis que se prostituem em São Carlos e São Paulo, ambas no estado de São Paulo: “É comum o processo de transformação das travestis se iniciar com a ruptura do mundo da casa, seguido pelo necessário apego ao universo da rua, onde encontram formas de sobrevivência e aprendem, ou potencializam, seu processo de transformação” (Pelúcio, 2005, p. 232); e Marcos Benedetti, para as travestis profissionais do sexo de Porto Alegre, Rio Grande do Sul: “A maior parte das travestis trabalha nas ruas da capital. Assim, as zonas de prostituição estão entre os principais pontos de encontro e sociabilidade entre as pessoas desse grupo.” (*op. cit.*, P. 35).

O Setor Comercial Sul, em Brasília, como um dos principais pontos de prostituição de travestis na cidade, e o principal no Plano Piloto, é o espaço por excelência onde essas pessoas aprendem a construir-se travestis, com suas histórias e subjetividades particulares, no contato com outras travestis, constituindo redes de sociabilidade e identificação com pessoas marcadas por histórias semelhantes de exclusão e abandono, além de construções próximas do gênero, dos corpos, da sexualidade. Constituídas como não-sujeitos (o que, em um Estado nacional moderno, equivale a dizer não-cidadãs), são privadas do direito “universal” à igualdade, que só podem encontrar entre “suas iguais”. É na rua, na zona de prostituição, espaço que ocupam como “único refúgio” diante do extremo controle que as constrange e as exclui de outros espaços “puros”, e portanto no espaço a que são destinadas pela abjeção de seus corpos, que estes emergirão com ainda mais força e significado, (res)significando o próprio espaço.

Nesse sentido, enquanto ocupado pelos corpos travestis – apenas na noite, portanto –, o espaço do Setor Comercial Sul é significado como “território”, de forma semelhante à que se refere Rita Segato (2005a e 2005b) como uma nova forma de

territorialidade. A autora afirma que, após a passagem de um período histórico onde o soberano governava um *território* – “espacio de terra bajo el poder de un señor o monarca con todas las *cosas* que dentro de él se encuentran” (Segato, 2005b, p. 6) – para um momento posterior, a partir do século XVIII, em que o poder soberano passa a ser exercido sobre a *população* – “la administración, en un régimen *pastoral*, de la vida del grupo humano que se asienta en un determinado territorio” (id., *ibid.*) –, período a que Michel Foucault (2002) caracteriza como do domínio da *biopolítica*, nos encontramos agora em um terceiro período, onde a população vai se desacoplando do território, passando a constituir ela própria (com seus corpos e os emblemas que carregam) o território a governar: é o momento em que a gramática do poder vai definitivamente se introjetando na modelagem dos sujeitos.

O abjeto, incluído no domínio soberano justamente por sua exclusão (Agamben, 2004a e 2004b), situando-se no limiar do ordenamento jurídico, constitui para si as regras próprias de seu ordenamento territorial próprio, que só pode existir simultâneo à norma, e que só pode vigor onde estão presentes seus corpos. Assim, as travestis “llevan los marcadores territoriales auestas” (Segato, 2005b, 4): são seus corpos modificados por sua agência, histórias e uma linguagem compartilhada. Os corpos fazem o território, e o sobrepõem ao espaço que ocupam, mas também são marcadas, na pele (“o mais profundo”, para Paul Valery) e nas subjetividades, pelos signos daquele espaço: quase todas as travestis que conheci em situação de prostituição têm seus corpos marcados por cicatrizes que recordam as inúmeras histórias de violência; muitas têm partes de seus corpos deformadas pelo uso inadequado de silicone industrial, aplicado com uma seringa quase sempre por outra travesti, normalmente a cafetina.

É também nesse espaço territorial que muitas travestis constroem seus modelos estéticos de corporalidade, em referência a outras travestis e aos desejos de seus clientes (entendo que a mídia também desempenha aqui papel fundamental). O corpo modificado é elemento fundamental de suas identidades. Sônia Maluf afirma que “o ‘autêntico’ [da travesti] é justamente o produto de sua criação, da intervenção de seu desejo, de uma agência própria” (Maluf, 2002, p. 146), que se manifesta em seu corpo “transformado, fabricado, que aparece e se afirma como corpo fabricado, não um corpo substantivo, objetificado, mas corporalidade, veículo e sentido de experiência” (id., *ibid.*). Aqui, o espaço comum de sociabilidade com outras travestis, freqüentemente

determinante nos caminhos da construção de seus corpos, volta a marcá-los historicamente.

Todos estes elementos fazem com que a presença noturna de travestis em um espaço como o Setor Comercial Sul, extremamente opressor durante o dia pela intensa circulação de pessoas, lhe atribua, aos olhos da sociedade hegemônica, o caráter de um espaço degenerado, “impuro”. Seguindo Mary Douglas (s/d), o impuro, da mesma forma que foi dito para o abjeto, só pode ser apreendido pelo “prisma da ordem”, ou seja, pela perspectiva da norma. O impuro, para Douglas, “é o que não está em seu lugar, [...] é aquilo que não pode ser incluído se se quiser manter esta ou aquela ordem” (id., p. 54). O lugar impuro é, assim, evitado, escondido, repudiado. Em uma das ruas que dá acesso ao Setor Comercial, no vizinho Setor Hoteleiro Sul, um muro pintado com grandes letras vermelhas alerta: “Perigo, AIDS”, “Cuidado, HIV”, “Preserve-se, AIDS” (Fig. 1). A doença, automaticamente associada aos corpos de travestis, opera aqui como signo do impuro, da degeneração, marca de temor e desprezo, que marginaliza, exclui, reprime e, em casos extremos, extermina os grupos e indivíduos identificados com o lugar da abjeção. É a senha para que o domínio da violência se instale naquele espaço de forma legitimada, como ato purificador.

Ao discutir o “risco da contaminação pela viadagem”, que “expõe o estado de *liminarietà* no qual se vive a masculinidade e a fragilidade da emergência do sujeito ~~homem~~” (Areda, 2008, p. 42; grifo e tachado no original), Felipe Areda associa a *viadagem* à *peste*, sugerindo que essa percepção torna-se explícita, no Brasil, a partir de 1983, ano das primeiras notícias oficiais de presença da AIDS no país. Convertida em *Peste Gay*, a AIDS “tornou-se metáfora da abjeção, impureza, do temor e do risco de contaminação desses corpos *degenerados*” (id., p. 43; grifo no original). Ao associar a AIDS à abjeção dos corpos *degenerados*, Felipe Areda retoma a percepção de Susan Sontag, para quem doenças desconhecidas costumam ser usadas “como metáfora para o que se considera social ou moralmente errado” (*apud* Areda, *op. cit.*, p. 43). Aqui, o Setor Comercial Sul ocupado pelas travestis em Brasília retoma o tema da Paris-“cancro” balzaquiana das (os) operárias (os) e dos cortiços.

7. Purificação pela violência

Não é de hoje que os espaços de prostituição são marcados por atos violentos, e o Setor Comercial Sul não é exceção. As etnografias já citadas sobre travestis em situação de prostituição, especialmente os trabalhos de Silva (*op. cit.*) e Benedetti (*op. cit.*), trazem não apenas casos exemplares, mas também apresentam a violência como elemento constitutivo da “rua”. Há inúmeras histórias de violência praticada por policiais, por clientes, por anônimos, entre travestis, entre travestis e mulheres profissionais do sexo e outras (os) atrizes e atores.

As forças policiais que patrulham a região do Setor Comercial Sul (incluindo, mas não exclusivamente, os (as) policiais militares do Posto Policial já mencionado) têm um largo histórico de participação ativa nas agressões a travestis e mulheres profissionais do sexo, que inclui atos de violência sexual, violência física em geral, extorsão, associação com cafetinas e cafetões para exploração do trabalho sexual e formas simbólicas de violência, conforme os relatos de profissionais da região com quem conversei. Durante o ano de 2007⁴⁶, contudo, uma série de operações policiais de grande porte impôs às travestis do Setor Comercial Sul uma tática nova de intimidação, que claramente visava expurgá-las daquele espaço. Tratava-se dos “arrastões”, como foram batizadas pelas travestis as operações coordenadas pela Secretaria de Segurança Pública, portanto sob auspícios do Governo do Distrito Federal, com o nome de “Operação Moralização de Áreas Públicas”, envolvendo as Polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiros e o Juizado de Menores. Durante os “arrastões”, um grande contingente de policiais, a pretexto de “averiguação”, conduzia em ônibus da Polícia Civil as profissionais do sexo para a delegacia regional, onde chegavam a ser despidas e revistadas intimamente, segundo alguns relatos. Essas operações ocorreram repetidas vezes durante o ano de 2007, em dias incertos, e segundo relatos de algumas travestis o delegado plantonista garantiu em mais de uma ocasião que em pouco tempo não veria mais prostitutas no Setor Comercial Sul. Embora muitas travestis tenham afirmado que não deixariam a rua, não “fariam o jogo” das forças policiais repressoras, e seguiriam resistindo no local, foi notório, enquanto ocorreram as operações, que houve um brutal e contínuo esvaziamento do espaço enquanto zona de prostituição.

⁴⁶ Primeiro ano do mandato do Governador José Arruda.

Em setembro de 2007 consegui registrar em vídeo uma dessas operações, gravando as imagens que deram origem ao filme *Branqueza, Ordem e Concreto*, mencionado no capítulo de apresentação. Fui alertado de que a operação ocorreria no dia da véspera, por uma mulher profissional do sexo que me contou ter como cliente um policial civil, que a avisava dos “arrastões” para protegê-la. Ela me contou que não poderia dar garantias de que a operação realmente aconteceria, já que eventualmente surgiam “alarmes falsos”, mas que era muito provável. Alertei várias outras prostitutas e travestis naquela noite, mas todas me disseram que não deixariam de trabalhar por essa razão, ainda que fosse provavelmente certo o “arrastão” anunciado. Pedi ajuda a uma amiga para manipulação da câmera, consegui o equipamento emprestado, e fui para o Setor Comercial Sul ainda no começo da noite – uma noite chuvosa – para tentar o registro, que poderia ser usado como prova dos abusos policiais em um processo que uma Ong de defesa dos direitos LGBT de Brasília pretendia mover contra a Secretaria de Segurança do Distrito Federal.

A operação teve início pouco após as 20 horas, quando poucas travestis haviam saído do Setor Comercial para a realização de programas, e aconteceu com uma velocidade impressionante. Eu acabara de conversar com algumas travestis na esquina sul da Quadra 4 (em frente às Lojas Americanas, um dos principais pontos de prostituição do local), e contornava o prédio sob a marquise para proteger o equipamento audiovisual da chuva, quando deparei, na esquina oposta do mesmo prédio, com uma série de viaturas das polícias Militar e Civil, do Corpo de Bombeiros e um carro da Secretaria de Segurança Pública. Muito pouco tempo depois surgiu um micro-ônibus da Polícia Civil contornando a quadra, vindo na direção das outras viaturas, já com as travestis que eu acabara de encontrar detidas, do lado de dentro. Enquanto minha amiga filmava sob a marquise, corri para o ônibus e tentei conversar com uma das travestis que estava no ponto das Lojas Americanas, mas a presença da câmera incomodou algumas das pessoas detidas no ônibus, que pediram que eu me afastasse. O ônibus, imediatamente depois, seguiu e voltou a contornar quadra, procurando outras travestis.

Em nenhum momento os agentes policiais em ação demonstraram incômodo com a nossa presença ou com as filmagens, mas todos (as) se recusavam a falar. Após muita insistência, consegui chegar ao policial civil identificado como responsável pela operação, que se dispôs a gravar uma entrevista. Embora ele tenha me interrompido

sempre que eu tentei fazer alguma pergunta, ele parecia antecipar os meus interesses na operação e respondeu em sua fala justamente aos questionamentos que eu gostaria de ter feito:

Policial: *Nós chamamos essa operação de "Operação Recuperação de Áreas Públicas". É um pouquinho mais para nós do que só a segurança pública. Porque? Porque nós temos a Polícia Civil, nós temos aqui o nosso delegado S., nós temos a Polícia Militar, nós temos o Corpo de Bombeiros, nós temos Vara da Infância e da Juventude, Fiscal de Postura, quer dizer, uma força tarefa que extrapola um pouco essa questão de segurança pública. E nós resolvemos chamar, apenas para identificar como referência, nós chamamos de recuperação de áreas públicas. Qual é o nosso objetivo? Nós estamos tentando desestabilizar o crime organizado, o maior crime, trabalhando nos pequenos delitos. Então é droga, é gente... não, não, nada de... nada contra a prostituição. É gente sem identidade, atentado ao pudor, gente que não está de acordo com a sociedade [destaque meu]. E assim é o nosso trabalho de uma maneira geral, e com continuidade. Não é uma operação isolada aqui, não. Isso nós temos uma programação e essa programação nós vamos terminar o ano com ela e o ano que vem vamos passar o ano inteiro fazendo.*

Eu: *E essa operação coordenada são várias polícias e...*

Policial: *É, várias polícias e várias entidades da sociedade, sendo coordenada pela Secretaria de Segurança Pública, com o aval do nosso Secretário de Segurança Pública, e evidentemente do Governador.*

Cabe dizer que o Setor Comercial Sul situa-se em área privilegiada de Brasília, no centro da cidade, com acesso, através do Setor Hoteleiro Sul, pelo Eixo Monumental, a principal avenida da cidade, onde estão situadas as sedes dos principais órgãos administrativos do Brasil. Jornais impressos locais de grande circulação têm noticiado com frequência, e desde aquela época, o “aquecimento” do mercado imobiliário no DF, e os valores dos imóveis e aluguéis têm sofrido inflação vertiginosa. Na lógica especulativa do mercado imobiliário, cujas normas herméticas estabelecem o valor atribuído aos espaços urbanos, a presença de travestis e outros “abjetos” em uma determinada área compromete seu valor de venda, tornando-se absolutamente indesejada em períodos de intensa movimentação dos mercados.

A ação policial, nesse contexto, intimidando determinadas pessoas e exprimindo a intenção de retirá-las do local, expurga os corpos abjetos, as “impurezas” que contaminam o espaço, promovendo uma verdadeira ação higienizadora, purificadora. Na afirmação de Douglas de que “ordenar pressupõe repelir os elementos não apropriados” (*op. cit.*, p. 50), em plena conformidade com a leitura butleriana da afirmação da norma no expurgo do abjeto, penso que se pode encontrar uma chave explicativa para os “arrastões” policiais.

A arbitrariedade e a violência que marcam essas ações, notadamente quando obrigam as travestis a se despirem diante da platéia policial na delegacia, exibindo as marcas que situam seus corpos em um lugar fora da norma, ou ainda quando insistem no uso de seus nomes de batismo masculinos, expõem o status de subumanidade que ocupam diante da ordem jurídica. Aparecem, nessas condições, situadas juridicamente na exceção da lei, indeterminadas, como vidas “abandonadas”, “vidas nuas”, como Giorgio Agamben (2004a) caracteriza os *homines sacri* do modelo ocidental contemporâneo de soberania; mas, à diferença destes, suas mortes freqüentemente assumem um caráter de sacrifício, uma forma ritualizada. A violência praticada contra elas sempre cumpre a função de reforçar a condição de abjeção, geralmente incidindo diretamente sobre os signos de sua diferença: as marcas corporais e subjetivas que atestam a recusa da norma. Assim, a garantia do controle e do ordenamento do espaço se dá pela eliminação das impurezas que o ocupam de sua paisagem. A violência vem, aqui, restituir a pureza de um espaço maculado, assegurando seu valor (não apenas imobiliário, mas também simbólico). No capítulo seguinte, procurarei desenvolver nesse diálogo com a perspectiva de Agamben sobre a soberania uma leitura da especificidade da violência que é dirigida contra as travestis.

Deriva desse modelo segregacionista dos espaços, que recorta a cidade com fronteiras muitas vezes invisíveis, mas rígidas, materializadas nos corpos ocupantes, aquilo a que Cristina Moura (2006) se refere como “cultura do medo”, que no limite leva a que se erija na paisagem urbana todo tipo de fortificações, como muros, cercas e câmeras de vigilância. A “vigilância que [pretende] inserir a previsibilidade e disciplinar o uso de espaços através da exclusão de usos espontâneos de espaços das cidades” (*id.*, p. 6) incide simultaneamente sobre a previsibilidade e disciplinamento de corpos e comportamentos, exarcebando a um só tempo as fronteiras que demarcam espaços marcados por corpos e as que se interpõem entre corpos situados nos espaços.

Como afirma Zygmunt Bauman (2006), o caráter plural, constitutivo da cidade, se perdeu em meio à profusão de fronteiras, que necessitam o estabelecimento de diferenças para se legitimarem, levando à prevalência da “mixofobia” frente à “mixofilia”, isto é, da aversão à integração com as diferenças frente ao desejo de mesclar-se com as diferenças. Brasília, cidade planejada, construída no centro do país como nova capital e principal marco de fundação de um ousado projeto de (re)construção da nação, baseado na modernização e no desenvolvimento, erigido sobre a negação das relações de poder e alteridades historicamente constituídas, estruturadas no passado colonial e escravista do Brasil, nunca conseguiu dar conta de suas pretensões homogeneizantes e assépticas, essencialmente incompatíveis com o caráter plural e heterogêneo dos centros urbanos.

Após pressão da Ong a que me referi acima, que resultou numa audiência com o então Secretário Adjunto de Segurança Pública, da qual participei, o governo se comprometeu a não dar prosseguimento com as operações destinadas à detenção e fichamento policial das travestis e mulheres profissionais do sexo, indo de encontro à expectativa relatada de continuidade das ações. Como alternativa, passou a investir mais sistematicamente na recuperação urbanística e arquitetônica do Setor Comercial Sul, como já foi dito.

8. Espaços degenerados, lugares abandonados

Em contrapartida à ineficácia da arbitrariedade das ações policiais de “recuperação de áreas públicas”, a prostituição de travestis no Setor Comercial Sul sofreu um duro impacto com a entrada repentina do *crack* no tráfico local de drogas ilícitas. A maioria das travestis e mesmo das mulheres profissionais do sexo com quem conversei ao longo de minha experiência em campo, contou usar algum tipo de droga para suportar o trabalho na prostituição. Muitas restringiam esse uso às bebidas alcoólicas, mas freqüentemente encontrei travestis sob efeito de outras substâncias psicoativas, como a maconha, a cocaína e a merla. O uso dessas substâncias entre as travestis em prostituição no Setor Comercial Sul sempre foi facilitado pela existência do tráfico na Zona Central da cidade, mas a chegada do *crack* produziu efeitos muito significativos.

A primeira vez que tive notícia da entrada dessa substância em Brasília foi ainda no segundo semestre de 2007, mais de um ano antes das primeiras reportagens sobre a droga serem publicadas no jornal de maior circulação da cidade, o Correio Braziliense, em dezembro de 2008. Em uma noite de campo no Setor Comercial Sul, A., uma travesti que quase três anos depois acabou internada numa clínica de reabilitação para dependentes químicos, me ofereceu um cigarro “mesclado”, uma combinação de *crack* e maconha. Naquela época, fiquei surpreso com a presença da droga em Brasília, já que só ouvira até então referências a ela em reportagens sobre a famosa *cracolândia*, no centro de São Paulo. Mas não considerei que o assunto pudesse render tão importante quanto acabou por se tornar, com a crescente popularização da droga em diversos bairros, cidades e estratos sociais do Distrito Federal (simultaneamente, o mesmo fenômeno se espalha por quase todos os estados do Brasil).

O período de intensificação do tráfico e do processo de dependência de muitas travestis do Setor Comercial Sul se deu justamente no tempo em que interrompi o trabalho de campo, durante os três primeiros semestres do meu curso de mestrado. Nesse período, apenas tinha notícias esporádicas do que acontecia no Setor Comercial, pelas travestis com quem construí uma relação mais próxima e com quem falava ou encontrava com certa frequência. Quase sempre, essas notícias faziam alguma menção ao *crack*, que foi se tornando um personagem importante daquele espaço. Quando retornei ao campo, já em 2009, encontrei uma rua esvaziada, uma intensificação dos relatos de violência e um número significativo de travestis morando nas ruas do próprio Setor Comercial Sul, algumas das quais minhas conhecidas. No relato delas próprias e de outras travestis que comentavam a conjuntura da rua, sempre foi unânime a associação entre esse processo de mendicalização e a dependência do *crack*. Embora seja muitas vezes referido na mídia como uma droga “barata”, sobretudo pelo número significativo de usuários (as) pobres, muitas vezes moradores (as) de rua, o *crack* quando produz dependência exige que os (as) usuários (as) comprem muitas doses, seguidamente, pela rapidez da duração de seus efeitos primários.

Nos relatos das travestis que me falaram sobre os impactos da nova droga no Setor Comercial Sul, muitas vezes se mencionou o fato de que uma vez dependentes, muitas pessoas punham a droga como prioridade frente mesmo à compra de alimentos. Na busca pela satisfação do desejo pela droga, muitas travestis perderam tudo e tiveram de migrar para a rua, passando a se prostituir apenas para comprar mais *crack*, num

processo que transformou drasticamente o significado do Setor Comercial Sul e da idéia de “rua” para essas pessoas. Se a “rua” era o lugar de trabalho, o ponto de encontro noturno onde se construíam redes e relações de cooperação e afeto com outras travestis, converte-se em um espaço totalizador da vida, tornando-se também o local de residência. Essas travestis passam a morar no lugar onde trabalham, e trabalham motivadas pela dependência de uma substância que também compram no mesmo lugar. Muitos traficantes, ainda, acabam se tornando espécies de “cafetões” das travestis que contraem dívidas na compra da droga, passando a explorar diretamente os dividendos de seu trabalho sexual.

Associado à mendicalização de travestis, com o aumento da dependência ao *crack* entre outros (as) freqüentadores (as) do Setor Comercial Sul, em especial moradores (as) de rua e os (as) próprios (as) traficantes, além de outros (as) usuários (as) que utilizam a droga no lugar para estarem próximos do ponto de venda e seguirem consumindo ao longo de noites inteiras, passou a haver nos relatos das travestis e em minha própria percepção um aumento da sensação de “tensão” no campo. Embora eu tenha sido criado, por ter crescido em Brasília, em um imaginário que sempre associou o Setor Comercial Sul, à noite, a um lugar de perigos e hostilidade, onde é impensável a uma pessoa “comum” circular sem expor sua integridade⁴⁷, uma vez que iniciei o campo como pesquisador, com a anuência das travestis que o freqüentam, nunca me senti ameaçado.

Há algo de curioso nessa dimensão da relação que construí com as travestis em campo. Se, por um lado, ao entrar em contato com o universo da travestilidade me deparei com um campo em que a violência se faz mais presente que em qualquer outro contexto que eu tivesse notícia, tendo conhecido muitas travestis que foram assassinadas e ouvido muitos outros relatos de crimes contra travestis, a companhia delas em um ambiente como o Setor Comercial – com todo o imaginário de hostilidade que o recobre – sempre me fez sentir bastante seguro.

O espaço da “rua”, da prostituição, ao mesmo tempo que aparece tantas vezes como o cenário da violência que é direcionada às travestis, é também o lugar por excelência da afirmação de sua segurança (em um sentido que vai muito além da

⁴⁷ O que envolve, certamente, uma dimensão material de riscos de roubos e violência, mas também uma ameaça à integridade moral pela associação com a “degeneração” do espaço e das pessoas que o habitam, em especial as travestis.

segurança física). É o espaço da cidade ocupado e, sobretudo, *transitado* por elas. É o espaço público em que elas se sentem à vontade, onde têm autonomia para construir suas próprias histórias, e onde encontram entre as outras travestis possibilidades de cooperação e solidariedade (ainda que essas relações também envolvam, quase sempre, disputas e rivalidades). Eis a grande ambigüidade desses espaços em suas relações com as travestis: são, ao mesmo tempo, espaços de violência e espaços de segurança; lugares de solidariedade e de disputa; os mais confortáveis dos espaços públicos, justamente porque são os espaços públicos a partir de onde se constroem muitas das relações privadas.

Essa sensação de segurança que me proporciona a companhia das travestis quando estou em seus lugares de trabalho, os espaços que elas aprendem a manejar com todas as dificuldades e ameaças que representam, ficou ainda mais nítida quando as acompanhei em algumas noites nos locais de prostituição da Ceilândia Centro, de Taguatinga Centro e da chamada zona do “Playtime”, em Taguatinga Sul. Se no Setor Comercial eu estava no centro da minha cidade, a poucas quadras de minha própria casa, nesses outros lugares a minha sensação de vulnerabilidade poderia ser muito maior, mas era neutralizada pela companhia “local” das travestis. Há, em seus próprios relatos sobre a experiência de viver o universo da “rua”, uma afirmação freqüente da necessidade de aprender a “se virar”, a se defender e a se impor. São raros os relatos de travestis que reconhecem algum medo no ambiente da “rua”. Em geral, afirmam não ter medo de ninguém.

Com o fortalecimento do uso do *crack*, contudo, essas duas situações se modificam. Não sei descrever exatamente o que me motivou essa percepção, mas em meu retorno ao campo já não consegui me sentir à vontade no Setor Comercial Sul, e a sensação que me incomodava era a de uma constante tensão. E as travestis, que cada vez mais freqüentemente falavam em medos e também se mostravam tensas na rua, já não podiam me dar a mesma segurança que outrora senti. Isso provocou ainda uma outra inversão que me surpreendeu, em minhas visitas às “ruas” das cidades satélites. Ouvei em todos esses lugares, de muitas pessoas diferentes, a afirmação de que não tinham mais interesse em se prostituir no Plano Piloto, porque a região se tornara muito perigosa. Aquele espaço, a *rua*, sobre o qual as travestis conseguiram um controle na cidade, foi expropriado pelos donos do *crack*. Enquanto todo o imaginário da população habitante do Plano Piloto gira em torno da idéia de que esta é uma região segura, em

contraste com a violência das cidades satélites e do entorno (imaginário de uma violência, sem dúvida, associada à pobreza), aos olhos das travestis das cidades satélites o quadro passou a aparecer completamente invertido, ainda que o *crack* também esteja presente nesses outros lugares.

Como eu afirmei anteriormente, embora existam algumas semelhanças entre os lugares de prostituição de travestis no Plano Piloto e nas cidades satélites, há também algumas diferenças significativas. Em comum está o fato de que todos esses lugares (à exceção da zona do “Playtime”, localizada à margem de uma rodovia) estão localizados no centro de suas respectivas cidades, em espaços de fácil acesso, caracterizados por uma intensa vida comercial diurna e um movimento reduzido à noite. Na Ceilândia e em Taguatinga, no entanto, esses centros também recebem ocupação residencial, havendo estabelecimentos comerciais (sobretudo bares e boates) abertos nas imediações ao longo de toda a noite. Essa presença de uma movimentação não diretamente associada à prostituição ou ao tráfico parece dar às travestis uma sensação um pouco maior de segurança.

Em um trabalho recente e importante, a psicóloga Eveline Karielle de Souza (2010) demonstra como são dificultados os caminhos de acesso ao tratamento da dependência química para as travestis. Se a intervenção do Estado junto ao Setor Comercial Sul como área de prostituição de travestis restringiu-se historicamente, sobretudo, à presença policial e a operações para “limpeza” da área, este tem se mostrado absolutamente incapaz de atender às demandas surgidas da aparição do *crack*. Embora o avanço do comércio e do consumo da droga tenha se tornado um assunto político fundamental, sendo amplamente abordado nas campanhas eleitorais em todas as esferas da União (distrital e federal, no caso específico de Brasília) no ano de 2010, pouco foi feito de concreto até hoje.

9. Degeneração como Liberdade

Concluo este capítulo com uma nota necessária. Não pretendo, com este relato, argumentar que o higienismo urbano e a segregação espacial de travestis sejam fenômenos exclusivos da cidade de Brasília. A ocupação de espaços específicos para a prática da prostituição de travestis observa-se facilmente em qualquer cidade de médio ou grande porte que eu já tenha conhecido no Brasil e na América Latina, e há aspectos

coincidentes deste tipo de ocupação que se verificam com grande frequência, como a localização em áreas centrais da malha urbana. Cada localidade, no entanto, guarda especificidades e uma história própria de relações, disputas, desejos e escolhas que incessantemente moldam sua cartografia e suas paisagens. Em Brasília, como já foi argumentado, algumas dessas especificidades são bastante evidentes, e remetem diretamente à peculiaridade da história que antecede sua própria fundação; a história de uma cidade idealizada e projetada para se tornar a nova capital do Brasil; uma cidade estatal; o sopro modernista que deveria por fim lançar a nação no cenário da modernidade.

O cartesianismo de Brasília, cidade pensada para ser a sede e a imagem do Estado moderno brasileiro, espelha-se em um ideal de Estado neutro e ascético. O desenho geométrico da cidade, a distribuição rigorosamente ordenada das funções e dos equipamentos urbanos, as ruas e avenidas largas, os amplos espaços vazios e a amplitude do alcance da visibilidade, entre outras características, dão a Brasília a significação de transparência ascética e controle supostamente característica da entidade estatal. Os espaços de Brasília, em sua forma projetual, diferente de qualquer outra cidade, não se distribuem em uma estrutura labiríntica, de lugares sombrios e vielas misteriosas, em que a infinidade de trajetos e caminhos possíveis se evidencia a qualquer caminhante de forma análoga à das infinitas possibilidades de enredos vitais. Na cidade estatal, o contraditório processo da vida, com suas incertezas e imprecisões, dificilmente se materializa na forma das fendas, fissuras e buracos, labirintos, travessas, galerias e vielas que moldam a própria alma dos espaços urbanos desde que a humanidade inventou as cidades.

Em um contexto tão marcado pela transparência e pelo controle, a ocupação travesti de um espaço central, ainda mais associada à prática de uma atividade marginalizada como a prostituição, é ela própria um trabalho duro e dedicado de rasura e reescritura do texto urbano. É preciso cavar os buracos, desenhar os labirintos e erigir as sombras; criar as zonas de incerteza e os contrastes claro-escuros do imprevisto que escapam a toda ordem e controle; infiltrar nas entranhas da cidade os veios por onde flui com liberdade histórica a própria vida. As travestis, como outros grupos marginalizados, dão à cidade que os esconde uma contribuição inestimável: lavram no concreto da paisagem urbana as picadas que permitem à cidade trilhar livremente por caminhos infinitos.

Não pretendo de forma alguma reduzir a experiência travesti a um lugar vitimizado; a importância de sua agência sobre a estrutura e a história da cidade é silenciada e invisibilizada, mas a reconheço como absolutamente essencial. Se a modernidade projetou um modelo de estado geométrico e cartesiano, hoje parece evidente que trata-se não de um mérito, mas de um problema: a vida não é assim. Ao ocupar o espaço urbano indo de encontro a todo o projeto asséptico estatal, portanto, as travestis opõem-se ao simbolismo patriarcal do Estado justamente

tornando representáveis e representadas, em um plano ideológico, as constantes experiências de circulação dos sujeitos-atores pelos registros do gênero, isto é, a androginia e a fluidez inerente à vida humana que, contudo, raramente obtém visibilidade e permanece mascarada pela inércia conservadora da linguagem e outras formas de coerção oriundas do campo ideológico. (Segato, 2003, p.76, tradução minha).

III – O lugar da violência

1. *Homines Sacri*

Retomo, aqui, um ponto da discussão do capítulo anterior que considero de grande importância para o desenvolvimento deste trabalho. Trata-se do lugar ocupado pela violência, tanto nos processos que levam à especificidade da segregação espacial das travestis, quanto no próprio percurso de minha percepção desses processos. O exercício que desenvolvo neste capítulo é o de buscar uma perspectiva que permita atribuir significados a acontecimentos que ocupam, em minha própria experiência pessoal, o doloroso lugar do “sem sentido”. Refiro-me à experiência de lidar, de formas mais ou menos próximas, com a brutalidade da violência. Não trato aqui da violência em forma abstrata, a violência segundo os códigos do Direito, mas de algumas de suas formas de manifestação real, pragmática, que produzem efeitos igualmente reais e pragmáticos. Esboçar uma teoria geral da violência é justamente o que não pretendo fazer aqui. Trata-se, antes, do esforço de nomear e aproximar manifestações muito específicas da violência, formas de violência que se aproximam antes por seus fins que por seus meios: as formas de violência a que se atribui o epíteto de *homofóbicas*. Trata-se de desenvolver aqui, portanto, e sem dúvida, um exercício de tipificação, que remete à formulação nietzschiana, retomada por Vincent Crapanzano (1992, p.124), da nomeação e da formação de idéias como a equação de desiguais⁴⁸.

O ponto de partida da reflexão que buscarei ensaiar aqui é minha experiência etnográfica de campo no Setor Comercial Sul, em diálogo com as travestis que exercem a prostituição naquele espaço, onde a violência opera como um dos signos marcantes e estruturantes das relações entre as pessoas e entre as pessoas e o espaço. Nas minhas primeiras tentativas de dar inteligibilidade a essa experiência de contato com a violência, inclusive e especialmente a violência praticada pelo Estado, encontrei na obra de Giorgio Agamben uma tentativa de sistematizar uma teoria de *longue durée* da soberania que parecia dar conta das minhas angústias diante da desvalorização das vidas das travestis. O que Agamben demonstra em uma minuciosa análise da estrutura da soberania no ocidente desde a Grécia e Roma clássicas até a era da biopolítica e dos campos de concentração modernos é que o poder soberano desde então constituiu-se em

⁴⁸ “By disregarding the ‘individual and the real’ we are left with idea and form.” (Crapanzano, id., ibid.).

íntima relação com a exceção, na medida em que, como já demonstrara Carl Schmitt, o principal jurista da Alemanha hitlerista, soberano é justamente “aquele que decide sobre o estado de exceção” (1922, apud Agamben, 2004b, p.11). Assim, a relação de exceção, figurando como “estrutura originária da relação jurídica”, é o que assegura a própria soberania da lei. Nas palavras de Agamben, a exceção “é a estrutura originária na qual o direito se refere à vida e a inclui em si através da própria suspensão” (2004a, p.35), e a relação de exceção, que aparece juridicamente na forma do estado de exceção, “é uma relação de *bando*” (ibid., p.36). O bando aparece, portanto, como a estrutura da soberania que, a partir da própria suspensão da lei (ainda que apenas na forma de potência, que pode ser potência de não), assegura a inserção de toda a vida na lei. Segue que “*a relação originária da lei com a vida não é a aplicação, mas o Abandono*” (id., ibid.), e os tempos hodiernos vêm essa estrutura emergir de forma ainda mais drástica quando o estado de exceção se faz “efetivo”, isto é, torna-se regra, como denunciara Walter Benjamin.

É neste contexto do estado de exceção como regra geral (ou paradigma de governo) que uma estranha figura recuperada por Agamben do direito romano reaparece de forma clara no mundo atual. O *homo sacer*, matável e insuscetível, emerge como arquétipo da vida nua, alvo por excelência da biopolítica moderna, em que, como demonstra Foucault, ao “direito de vida e de morte” do soberano, que lhe dá a prerrogativa de “fazer morrer ou deixar viver” é acrescentado o “poder de ‘fazer’ viver e ‘deixar’ morrer” (2002, p. 286-287). A figura do *homo sacer*, que juntamente com o poder de bando sempre estivera inscrita no poder soberano, no momento em que o estado de exceção torna-se regra projeta-se assustadoramente em todos os corpos submetidos à soberania, e faz de toda vida potencialmente matável, mas não sacrificável. É justamente no momento em que, em seu *Homo Sacer*, Agamben (2004a) passa da conceituação teórica e reconstrução genealógica das idéias de bando e exceção e do próprio *homo sacer* como inerentes e constituintes do modelo ocidental de soberania para a constatação terrível de que hoje, no tempo da biopolítica, “somos todos virtualmente *homines sacri*” (p.121), que relembra a tentativa de Georges Bataille, em *La souveraineté*, de “fazer valer a própria vida nua como figura soberana” (apud Agamben, 2004a, p.119).

Bataille acertaria, ainda que intuitivamente, ao trazer “à luz o nexos entre vida nua e soberania” (Id., Ibid., p.120), mas sua idéia da vida soberana como aquela que se

define através da transgressão, seja na experiência com o sagrado, no sacrifício ritual, seja na interioridade do sujeito, em momentos de “excesso individual”, não daria conta, na concepção de Agamben, da posição política do homem sacro e, com isso, não seria capaz de transcender o bando soberano. Essa leitura que faz de Bataille evidencia o aspecto mais revolucionário presente no pensamento de Agamben, a que Slavoj Žižek se refere quando critica, em referência direta a Judith Butler, certa “tendência dos acadêmicos radicais americanos [a] apropriar-se do *tópos* intelectual europeu, com ênfase no fechamento de todo projeto democrático emancipatório, inscrevendo-o no *tópos* contrário da ampliação gradual e parcial do espaço democrático” (Žižek, 2003, pp.120-121). Trata-se, aqui, de demonstrar que “o próprio espaço público democrático é uma máscara que esconde o fato de, em última análise, sermos todos *Homo Sacer*” (id., p.120) e, portanto, rejeitá-lo como arena política mais adequada, num clamor que parece convergir com os esforços de Antonio Negri (2002) em apresentar o poder constituinte (como o “ato ético autêntico” ou “a dimensão ‘messiânica’ revolucionária” invocadas por Žižek em referência a Agamben) como aquele que necessariamente se mantenha *fora* do poder constituído.

Em ensaios recentes, entretanto, Judith Butler (2006) e novamente em parceria com Gayatri Spivak (2007), divergem de Agamben em sua exposição da soberania e do que a primeira autora prefere chamar de “vida precária” em oposição à metáfora da “nudez”, para dar forma às vidas que na Palestina sob ocupação israelense e, principalmente, na base estadunidense de Guantánamo, em Cuba, atinge sua máxima indeterminação. Em trabalhos anteriores de Butler, sua definição dos “corpos abjetos” como aqueles “produzidos” simultaneamente à formação do sujeito a partir da “matriz heterossexual” e povoadores “[daquelas] zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do ‘inabitável’ é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito” (Butler, 2000, p.155), em muito se aproxima e traz para os planos da subjetividade e da sexualidade uma parte da definição de Agamben da vida nua como aquela desprovida de qualquer *status* político e como contraparte necessária da constituição do poder soberano que inclui excluindo e exclui incluindo⁴⁹. Assim como em Agamben a “exceção soberana” marca o limite da própria “lei soberana”, em

⁴⁹ Embora tanto Butler quanto Agamben relutem em dar exemplos concretos do que se poderia enquadrar em suas categorias, nas poucas vezes em que o fazem parecem convergir com precisão quase plena. No caso de Butler conferir, principalmente, a entrevista a Baukje Prins e Irene Meijer (2002).

Butler a “zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito; ela constitui aquele local de temida identificação contra o qual – e em virtude do qual – o domínio do sujeito circunscreverá sua própria reivindicação de direito à autonomia e à vida” (Id. Ibid.). Se, no entanto, essas populações não possuem nenhuma forma de proteção legal, elas não estão “de forma alguma relegadas a uma ‘vida nua’: trata-se de uma vida embebida em poder. E isso nos lembra, crucialmente, que poder não é o mesmo que lei.” (Butler & Spivak, 2007, p. 8-9, tradução minha).

Se a idéia da vida nua e da matabilidade do *Homo Sacer* me ajudavam, a princípio, a pensar que tipo de mecanismos tornam tão desprotegidas de um ponto de vista jurídico, público, as vidas e a integridade de pessoas como as travestis e a maior parte das pessoas não-heterossexuais no Brasil, particularmente quando esta não-heterossexualidade é cruzada com outras marcas, como a não-branquitude, ou o pertencimento a classes sociais materialmente desprivilegiadas, havia algo nessa leitura que me incomodava, em um sentido que agora parece convergir com as leituras de Butler e Spivak. Parecia haver algo de inconsistente na idéia de que formas de violência racistas, sexistas ou homofóbicas obedecessem a um princípio de insuscetibilidade, como sugere a tese agambeniana do *Homo Sacer*, quando me parecia haver nestes atos justamente algo como um sacrifício encenado sobre as marcas da diferença.

Se a quase universalidade da “matabilidade” atribuída aos *Homines Sacri* parece fazer sentido em muitos contextos, a noção de insuscetibilidade parece não perceber as formas pelas quais as diferenças são encenadas e significadas em corpos particulares.⁵⁰ Em um artigo importante, em que procura restituir o lugar da crítica da ideologia na teoria crítica da cultura, aproximando dois dos mais influentes autores europeus no pensamento contemporâneo – Sigmund Freud e Karl Marx –, Slavoj Žižek refuta a noção de que vivemos em uma sociedade pós-ideológica afirmando que “[o] nível fundamental da ideologia [...] não é de uma ilusão que mascare o verdadeiro estado de coisas, mas de uma fantasia (inconsciente) que estrutura nossa própria realidade social” (1996, p.316). Sendo assim, cabe à crítica da ideologia não apenas desvendar os

⁵⁰ Em conversa pessoal com minha orientadora, Rita Segato, ela bem nota que a linha argumentativa principal que desenvolvo neste capítulo parece muito elucidativa das formas clássicas de violência contra travestis e outros “abjetos”, mas não tem o mesmo sentido no caso das mortes e extenuações da vida provocadas pelo uso dependente ou abusivo do *crack*. Neste caso, seria possível falar mesmo em matabilidade, e não em “sacrifício”.

conteúdos ocultos por trás dos atos ideológicos, mas compreender de que maneira a própria forma de execução desses atos se articula com a forma da ideologia.

Algo que me parece significativo da limitação eurocêntrica da análise de Agamben é sua determinação de considerar o *campo* [*lager*] como paradigma biopolítico da modernidade, situando essa inter-determinação (campo-modernidade) na administração nazista na Alemanha. Como demonstram autores como Aníbal Quijano, o que se chama de modernidade é um processo histórico que tem sua gênese inseparável do movimento europeu de colonização do mundo. Como afirma Quijano (2002), não apenas a modernidade, mas a própria Europa só passa a existir com a colonização do que vem a ser o continente Americano e a racialização dos corpos com finalidade colonial. Agamben sequer menciona a violência colonial e o processo de diferenciação dos corpos pela racialização, em uma leitura notavelmente eurocêntrica (ou euro-exclusivista), e creio estar nessa falta de disposição para olhar para os processos de instituição da modernidade de uma perspectiva que não privilegie exclusivamente a Europa, mas que perceba as relações deste continente com os outros povos do mundo, sua insistência em supor que a idéia do *Homo Sacer*, uma categoria do direito romano antigo, possa dar conta de todas as formas de soberania.

Quando Agamben afirma que “somos todos *Homines Sacri*” ignora o próprio sentido histórico desse tipo de universalismo na possibilidade de instituição da modernidade. É nesse sentido que farei minha própria leitura de algumas teorias antropológicas dos rituais – particularmente aquelas que partem de uma idéia de performatividade –, para refutar a idéia de que não haja na violência homofóbica (e o mesmo valeria aqui, com suas particularidades, para a violência racista) um sacrifício do corpo enquanto um signo especial, sacro, como propõe Agamben.

2. Tipificação e Performance

Se cada ato individual, de qualquer natureza – mas podemos concentrar-nos aqui nos atos violentos de que estamos tratando –, desenvolve-se em um contexto particular e é marcado por uma série de contingências, sempre envolvendo uma vasta gama de possibilidades, caminhos possíveis e espaço para decisões, muitas vezes imprevisíveis, é também certo que há uma vasta dimensão da experiência humana, presente em qualquer

contexto ou contingência, que impõe um certo nível de restrições às escolhas, ou pelo menos uma gramática e um vocabulário a partir dos quais se constrói os significados. Contextos diversos oferecem mais ou menos possibilidades de individualização das escolhas, mas nenhum ato é rigorosamente imposto por normas culturais a ponto de ser inescapável, nem totalmente livre, isento de pressões e direcionamentos. Stanley Tambiah, em sua abordagem performativa do ritual, demonstrou que mesmo as formas mais rígidas, controladas e estereotipadas de ação ritual estão sempre abertas a significados ou significações contextuais (1985). Da mesma forma, como sugere o mesmo autor, qualquer sujeito ou sociedade tem suas concepções culturais fortemente baseadas em construtos ideológicos e cosmológicos particulares.

É essa noção, trazida por Tambiah para demonstrar o aspecto dual dos rituais como performance, ponto a que ainda retornarei neste capítulo, que pode permitir a um autor como Marcel Mauss, quase 80 anos antes, elaborar a reflexão de que mesmo a prece conduzida individual, isolada e silenciosamente opera como um ritual religioso (2005 [1909]). No plano individual, e mais especificamente no nível da emergência do indivíduo enquanto pessoa, essa ambivalência elementar, que supõe não uma dicotomia simples entre individualidade e coletividade, mas uma relação sempre triádica, sempre mediada, entre indivíduos (ou grupos de indivíduos, ou insituições), seus pares ou interlocutores (mesmo quando não estão materialmente presentes, mas compoendo o “outro imaginado” com quem dialoga a consciência) e uma linguagem que organiza e possibilita as significações (que também pode ser pensada em termos de cosmologia, ou ideologia), opera no que Crapanzano (1992) chama os processos dialéticos de “*Self-Characterization*” ou caracterização do *self*. Este processo de caracterização, ou tipificação, nunca é feito individualmente, nunca permite ao sujeito um total controle de seus efeitos; a caracterização envolve sempre um outro, com a mediação da linguagem.

O exercício que se pretende desenvolver aqui é justamente o de perceber, a partir da tipificação de um certo conjunto de atos, aparentemente isolados, seu próprio caráter tipificador. Dito de outro forma, é ao apontar para as recorrências, as redundâncias, os paralelos entre estes atos que se permite identificar os significados que os motivam, e estes significados, endereçados por seus agentes, falam da própria dialética da caracterização de si. Daí decorre o caráter circular de todo processo de caracterização ou tipificação. Como processos que envolvem pessoas e linguagem, não necessariamente a linguagem verbal, as caracterizações sempre partilham do que o filósofo J. L. Austin

(1975) chamou de caráter performativo da linguagem. A caracterização é em si própria um “dizer” e um “fazer”, e essas duas dimensões são inseparáveis. O processo de caracterização como atribuição de significados (a si, ao outro, ao próprio ato) se dá apenas na medida em que é posto em ato, de forma que as diferenças e identidades que o significam são produzidas por ele próprio, simultaneamente.

Daí decorre uma grande dificuldade, de partida, para a definição do próprio objeto com o qual estamos lidando aqui. Como chegar a uma caracterização do que sejam atos de “violência homofóbica” a partir da qual extrair seu significado, se é o próprio ato de significação e seus efeitos que os permitem caracterizar como atos semelhantes? Para adiar essa dificuldade, que é o próprio ponto central em questão, partiremos da definição corrente do que seja a violência homofóbica, e ao final do argumento do capítulo esperamos tê-la ressignificado, nos aproximado de uma perspectiva que torne mais inteligível o significado subjacente à sua prática. A noção mais corrente do que seja a “homofobia” a entende como o medo, aversão ou ódio a homossexuais, num sentido extensivo que inclui, na denominação corrente dos movimentos sociais e das políticas públicas, os *gays*, as lésbicas, as travestis, os/as transexuais e os/as transgêneros. O ato de violência homofóbica, portanto, seria aquele motivado pela homofobia, e ainda mais especificamente o ato violento exercido contra *gays*, lésbicas, travestis, transexuais ou transgêneros motivado justamente pela orientação sexual ou de gênero da vítima.

Todo este universo conceitual compõe um campo em permanente tensão, e são freqüentes as disputas pelas nomenclaturas, como já se disse nos capítulos anteriores. A história dos próprios movimentos sociais relacionados à diversidade sexual e de gênero (esta própria, “diversidade sexual e de gênero”, uma expressão em disputa) é marcada por uma série de mudanças de nomenclaturas, estrangeirismos, neologismos, siglas, cisões e ressemantizações que levaram a que Regina Facchini, autora de um importante análise histórica das origens do movimento, batizasse seu livro de *Sopa de Letrinhas*. Assim, o Movimento que no início era caracterizado como “homossexual”, é renomeado e passa a auto-nomear-se, nos anos 1990, Movimento de *Gays*, Lésbicas e Transgêneros (GLT); mais tarde, a nomenclatura passa a incluir as pessoas bissexuais, passando a ser Movimento de *Gays*, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros; em um momento posterior, a categoria transgêneros é decomposta em três “tipos” identitários: travestis, transexuais e transgêneros, produzindo a sigla GLBTTT; em outra disputa,

partes do movimento reivindicam que as letras que compõem a sigla sejam reordenadas, trazendo à frente as lésbicas, e não os *gays*, passando-se a chamar Movimento LGBTTT; recentemente, uma parte do movimento de mulheres transexuais, filiadas ao Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), rompe com a nomenclatura vigente e reivindica a identidade de “mulheres que vivenciam a transexualidade”, fundando a Rede de Mulheres que Vivenciam a Transexualidade. E todas essas tipificações, a que retornarei adiante, seguem em tensão, caracterizando um campo onde parte significativa das disputas políticas se dá em termos semânticos. Essas disputas pelas nomenclaturas evidenciam o mascaramento ideológico da circularidade e da continuidade do processo de caracterização do *self* que se impõem em qualquer ato descritivo, seja ele narrativo ou teórico, como afirma Crapanzano (1992), e podemos aqui acrescentar as descrições políticas.

Em uma passagem inspirada e bastante significativa para o tipo de processo a que nos referimos, Crapanzano afirma que

the dialectical movement of self formation is continuous; that the characterizations or typifications of the other are subject to conventional constraints embedded in language, to desire (itself articulated through and constrained by language), and to the resistance of the other [...]. I argue that the arrests of the dialectical process through desired characterizations and typifications of the other (and therefore the self) mask the continuous, complexly circular movement of self-and-other constitution. (1992)

A breve consideração que esbocei acima sobre a história das disputas semânticas nos movimentos LGBTTT (a sigla mais comumente adotada hoje) no Brasil apresenta um campo privilegiado para se perceber a continuidade do movimento de formação do *self* (ou identidades coletivas, no caso), e a permanente contradição entre caracterizações ou tipificações e a circularidade complexa do processo. Há, sem dúvida, em minha própria caracterização dessas disputas, excessivamente rápida e simplificadora, talvez até leviana (e assim procedo porque as disputas internas aos movimentos não são o tema central deste trabalho, e uma exposição que fizesse jus a sua complexidade requereria um espaço muito maior), um brutal mascaramento de toda

a complexidade envolvida em cada uma das decisões tomadas quanto aos termos, sempre relacionadas com complexas posições políticas, sempre envolvendo muitos atores e possibilidades. Mas, insistindo um pouco mais na simplificação, apenas a título de ilustração do argumento, há no interior dos movimentos uma constante disputa entre representações de si e representações do outro, que oscila pendendo ora para momentos de identificação com objetivos comuns, ou de concentração de poder nas mãos de algum grupo específico que reivindica representação sobre outros, ora para momentos em que certos indivíduos ou grupos se sentem sub-representados e promovem rupturas.

3. Aproximações à violência

Morador de Brasília desde os cinco anos de idade, já tinha do Setor Comercial Sul, enquanto zona notória de prostituição e tráfico de drogas, uma imagem associada à violência muito antes mesmo de me imaginar antropólogo. Nestes dois anos de frequência ao lugar, no entanto, em pouquíssimas ocasiões me senti realmente ameaçado, de alguma forma. E sempre que me vi confrontado com hostilidade, sempre o fui, creio que não por acaso, por pessoas envolvidas com a exploração econômica das travestis ou mulheres que lá se prostituíam, leia-se cafetões, cafetinas, e seus agentes. As hostilidades, ainda que apenas olhares, sempre partiram de pessoas que, por alguma razão, julgavam que ao me aproximar demais ou conversar demoradamente com alguma prostituta durante o turno de trabalho ameaçava de alguma forma sua “propriedade” sobre elas, vigente pelo menos durante aquele período de tempo (a noite) e naquele espaço (o do Setor Comercial Sul). Tratava-se, portanto, muito mais de uma demonstração de poder sobre as próprias prostitutas do que sobre mim, embora certamente, naquele espaço, este poder de dispor de parte dos ganhos sobre os corpos das profissionais do sexo fosse também um índice de poder comunicado a qualquer pessoa integrada ao lugar, e particularmente os homens.

Presenciei muitas vezes cenas de abuso de poder policial contra as travestis, mas a maioria das imagens de violência direta contra as travestis que registrei em meus cadernos não foram pessoalmente presenciadas, mas relatadas em conversas e entrevistas. Ouvia relatos de violência quase todos os dias, mas provavelmente minha própria presença inibia os excessos, mesmo da polícia (que nunca se esforçou pra disfarçar a diferença de tratamento dispensado a mim e às outras pessoas que

compunham o cenário noturno do Setor Comercial Sul – prostitutas e moradores de rua, sobretudo –, ainda que estivéssemos ocupando o mesmo lugar na mesma hora). Assim, minhas expectativas infantis sobre a relação daquele lugar com a violência eram parcialmente confirmadas, o que não invalida o fato de que os preconceitos foram radicalmente dissipados. A violência é, sim, um signo central no imaginário e mesmo na organização das relações naquele espaço. Escrever sobre a prostituição de travestis no Setor Comercial Sul e não fazer nenhuma menção à violência, se poderia ser um esforço político de desconectar signos profundamente ligados, de forma certamente estigmatizante, seria também omitir uma dimensão central da experiência vivida dessas pessoas, organizadora da própria cosmologia daquele espaço. Daí não se pode, em absoluto, depreender que a violência esgote as possibilidades de experiências e relações ali vividas, ou mesmo que seja a dimensão mais importante dessas experiências.

4. A violência próxima demais

Se o signo da violência sempre esteve, de alguma forma, presente na minha percepção do espaço do Setor Comercial Sul, ele certamente adquire um novo significado, muito mais incômodo, quando aparece mais próximo, em sua máxima força destrutiva. Um evento-chave neste processo de mudança de perspectiva se dá com a morte de Fernanda. Em dezembro de 2007, na noite da véspera de uma viagem, fiz uma visita ao Setor Comercial Sul, onde a encontrei. Eu poucas vezes, em outros momentos, a encontrara sozinha, sem a companhia de outras travestis, como estava naquela ocasião. Fernanda, uma travesti negra, conhecida na rua como Fernanda Preta, quase sempre estava acompanhada e, talvez por isso, meus encontros com ela quase sempre tinham algo de festivos, ela sempre muito entusiasmada, falante, bem humorada, um humor ácido e debochado. O que mudava naquele dia, em que a encontrara sozinha, é que ela, que sempre ocupava um papel centralizador nos encontros coletivos, falando eloqüentemente, quase sem ser interrompida, sobre o assunto que escolhesse, agora parava para me ouvir, e escutava atenta e entusiasmadamente eu falar sobre minhas expectativas para a viagem, os lugares para onde iria. Conversamos por algum tempo, ela apenas usando a palavra para me perguntar alguma coisa sobre meus planos, me desejar boa viagem e, ao final, pedir que eu lhe trouxesse algum presente, como lembrança.

Guardei uma lembrança muito agradável desse encontro, e durante a viagem muitas vezes procurei por algum objeto para lhe presentear, como ela me pedira. Acabei comprando um pequeno amuleto, e tão logo retornei a Brasília, já em fevereiro de 2008, fui procurá-la no Setor Comercial Sul, para entregar o presente. Fui recebido com a notícia chocante de seu brutal assassinato, algumas semanas antes, no próprio Setor Comercial Sul. Fora violentamente espancada com um pedaço de pau, a poucos metros do Posto Policial Militar responsável pela segurança da região. Enquanto era agredida, não recebeu nenhum tipo de socorro. O agressor escapou impunemente, embora estivesse a pé, e o ato de seu crime tenha demorado pelo menos alguns minutos, envolvendo a luta inicial e uma longa seqüência de golpes, sobretudo no rosto de Fernanda, inclusive com a vítima já desfalecida. Não houve qualquer menção ao assassinato em nenhum meio jornalístico da cidade, e mesmo o Boletim de Ocorrência que registrara a morte, estranhamente, a qualificara como morte por atropelamento, sem qualquer investigação (nem mesmo sobre o falso motorista, supostamente responsável pelo atropelamento fictício), e a despeito da existência de testemunhas que presenciaram a agressão. O corpo permaneceu no IML por alguns dias, na expectativa de que a mãe de Fernanda pudesse ser contatada, mas acabou enterrado sem que ela fosse encontrada, como me contou uma de suas amigas mais próximas, a única pessoa presente ao enterro.

Embora histórias de agressões e assassinatos já me tivessem sido muitas vezes contadas por diversas interlocutoras no Setor Comercial Sul, como um tema recorrente e parte do universo de imaginário e experiência daquele espaço, a notícia do assassinato de Fernanda, um ano e meio após minha aproximação àquele campo, foi a primeira a me colocar tão próximo da brutalidade da violência de que muito frequentemente são vítimas as travestis. O silêncio público sobre uma morte cuja notícia não chegou sequer à família da vítima, uma morte extremamente violenta que foi sumariamente ignorada pela polícia, pela imprensa, e mesmo pelas estatísticas, sendo sentida apenas pelas pessoas mais próximas, não obstante também impotentes, e até conformadas com o destino de Fernanda, pôs-me em contato com a face mais terrível da violência sistemática dirigida contra travestis e outras pessoas que vivem formas não-hegemônicas de sexualidade e gênero, a de sua naturalização, banalização e, muitas vezes, justificação.

Expondo a outras pessoas, no próprio Setor Comercial Sul, meu choque com essa notícia, ouvi relatos de muitas outras histórias semelhantes. Algumas, por sorte, tiveram

finais menos tristes. Muitas de minhas interlocutoras escaparam de tentativas de assassinato, algumas mais de uma vez. A maioria delas traz em seus corpos, na forma de cicatrizes, as marcas de diversas agressões. Pouco tempo depois da morte de Fernanda, no mesmo mês de fevereiro em que me inteirara da triste notícia, outra travesti foi assassinada em Brasília, de forma não menos brutal. Dessa vez, tendo o crime sido cometido em uma área residencial, no bairro da Asa Norte, e em plena manhã, chamando a atenção da vizinhança, houve ampla cobertura midiática. Duas travestis receberam dois homens, ambos michês, no apartamento onde moravam juntas, na 708 norte, e em circunstâncias pouco claras os dois passaram a agredi-las, espancando-as, amarrando-as, abusando sexualmente de seus corpos e, ao final, esfaqueando-as. Uma delas logo se fingiu de morta, após receber uma facada no pescoço, e sobreviveu. A outra foi brutalmente esfaqueada até a morte.

A violência destes assassinatos, as investidas raivosas contra os corpos das vítimas, o esforço para desfigurá-los, o uso de facas e paus como armas, fez-me lembrar, à época, de outro crime chocante, também amplamente noticiado na mídia local. No carnaval de 2006, na cidade goiana do Novo Gama, entorno do Distrito Federal, no bairro do Pedregal, dois homens encapuzados invadiram a casa onde moravam duas mulheres, lésbicas, e as agrediram barbaramente. Após desacordarem uma delas com uma pancada na cabeça, estrangularam, estupraram e desferiram pelo menos 30 facadas na outra, terminando por decepar-lhe os seios. Se a brutalidade destes atos nos parece impossível de ser equacionada com qualquer coisa, impossível de ser expressa e, portanto, classificada, uma olhada nas descrições de outros crimes apresentados como homofóbicos evidencia justamente na brutalidade uma característica comum. As descrições a que se tem acesso destes crimes é quase sempre lacônica, e talvez não pudesse ser diferente. A maioria das informações vem de jornais, e as únicas testemunhas costumam ser os assassinos e as vítimas. De qualquer forma, as poucas e cruas palavras a que se lhes costuma dedicar já me parecem bastante fortes, a despeito da frieza e do esforço de “imparcialidade” dos jornalistas.

Uma série de crimes semelhantes é apresentada por João Silvério Trevisan, em uma dura passagem de *Devassos no Paraíso*. Transcrevo a longa passagem, por trazer diversos elementos impressionantes e muito significativos, sobre os quais desenvolverei em seguida a análise que fecha o capítulo:

Em se tratando de bichas assassinadas, há nos arquivos policiais um grande número de casos insolúveis – seja por descaso da polícia, seja porque a família da vítima prefere manter sigilo, seja pelo estilo da vida dupla do assassinado, que preferia manter suas ligações em segredo. No entanto, o empecilho maior à solução de tais casos é a aparente “inexistência de motivos” para os crimes que, aliás, são cometidos em circunstâncias espantosamente semelhantes. Em boa parte deles, o latrocínio não foi o objetivo fundamental, mesmo porque os assassinos muitas vezes deixam intactos objetos valiosos e até mesmo jóias. Outro elemento comum em quase todos é o grau de violência, tão exagerada que chega a parecer gratuita. Houve caso em que, após o crime, o cadáver foi colocado com a cabeça dentro do vaso sanitário. Ou então, como no assassinato do artista plástico Décio Escobar, em 1969, os michês picharam as paredes com as tintas do pintor: “Este era viado e chupador.” Não contentes, escreveram com mostarda (para imitar merda) as frases: “Tá fedendo” e “Esquadrão da merda”. A complexidade psicológica das motivações pode gerar também requintes de sarcasmo, como naquele caso em que o assassino deixou na vitrola, recém-tocado, o disco “Who’s the next?” (“Quem vai ser o próximo?”). O famoso figurinista Gil Brandão foi morto por três rapazes que usaram várias facas, e com tal violência que uma delas se quebrou. E houve o espantoso caso do pianista carioca Fred Feldman, em que ficou patente a compulsão machista do assassino, um michê que foi transar com a namorada, logo após cometer o crime; mais: para deixar as coisas bem claras, ele compareceu calmamente à reconstituição do crime, finda a qual foi cumprimentar os fotógrafos e lhes informou: “Eu sou um homem normal, sempre tive namorada. Bicha tem mais é que morrer.” No final da década de 1980 e início dos 90, os assassinatos contra homossexuais se multiplicaram assustadoramente nas maiores cidades do país. Só no Rio de Janeiro, houve onze casos reportados à polícia, no segundo semestre de 1987; como os métodos empregados eram semelhantes, pela violência e ódio extremo, chegou-se a aventar a hipótese da ação articulada de um esquadrão homofóbico. Isso não ficou comprovado. Na verdade, tais “crimes de ódio” podiam inserir-se num clima geral de pânico da Aids, que atingiu seu pico nesse período. Foi assim com o diretor teatral Luiz Antonio Martinez Corrêa, assassinado nas vésperas do

Natal de 1987, aos 37 anos, em seu apartamento do Rio de Janeiro: tinha o corpo desfigurado por dezenas de facadas, braços e pernas amarrados e uma toalha estrangulando pescoço. Também teve grande repercussão o assassinato, em 1992, de Aparício Basílio da Silva, figura importante no meio intelectual e artístico, mas também conhecido empresário no ramo da perfumaria [...]. Aparício foi encontrado morto, numa vala nos arredores de São Paulo, com sinais de espancamento e 97 perfurações de tesoura, no corpo e no pescoço. (2002, p.400)

Assassinatos como os de Fred Feldman e Décio Escobar são exemplos paradigmáticos do tipo de ato significativo que aqui estamos tratando como violência homofóbica. Em ambos os exemplos fica muito explícito o esforço de apontar para a “diferença” das vítimas: “bichas” ou “viados”. Ao publicizar e justificar seu crime, os autores recorrem à tipificação para dizer “quem são” suas vítimas, e assim, conseqüentemente, dizer quem “não são” ele próprios, os autores – o que equivale, aqui, a dizer quem são – eles são o que não é viado, o que não é bicha. Curiosamente, mas creio que não se trata de coincidência, em ambos os casos os autores dos crimes são justamente michês, homens que são pagos para manter relações sexuais com outros homens. Os assassinos de Fred Feldman e Décio Escobar, antes de matá-los, se relacionaram sexualmente com suas vítimas, o que significa dizer que se engajaram eles próprios em relações homossexuais.

A performatividade destes atos violentos de caracterização de si e do outro se dá de forma triádica em dois sentidos. Por um lado, é mediada pela própria linguagem pela qual se constroem as caracterizações. Por outro lado, requerem um terceiro sujeito, ou um corpo de sujeitos – uma platéia. No caso do assassino de Fred Feldman o caráter público de seu ato não poderia estar mais explícito. Ele não apenas assume a autoria, mas o faz diante dos fotógrafos, orgulhosamente, afirmando sua “normalidade”. No caso dos assassinos de Décio Escobar, não há um contato direto com a platéia, mas sua presença, enquanto platéia imaginada ou antecipada pelos autores do crime, é evidenciada pelo esforço de gravar, por escrito, uma mensagem verbal. Mas mesmo nos outros casos descritos, onde o caráter comunicativo de tais atos é talvez menos explícito, ele pode ser inferido de um dado comum a todos os crimes citados: a ferocidade do ataque. Em todas as mortes aqui relatadas os assassinos são movidos por

tal ódio, tal energia, que desferem dezenas de golpes, sejam de faca, pau ou tesoura, não parando enquanto não vejam os corpos de suas vítimas desfigurados. Entendo que há nestes atos ferozes uma dupla significação: se, por um lado, apontam para motivações profundamente passionais, e portanto associadas a desejos íntimos fortíssimos, por outro lado indicam um claro desejo de “deixar um recado”. A raiva é direcionada não apenas àquele corpo tão próximo, com o qual tantos dos assassinos se envolveram em práticas sexuais íntimas, antes e/ou depois, no caso de corpos estuprados mesmo depois de mortos, mas a todo um conjunto de potenciais vítimas.

5. Violência como performance

Abordemos ainda por um outro ângulo a dimensão performativa da violência homofóbica. Olhemos mais detidamente para os aspectos que aproximam num mesmo conjunto as diversas manifestações isoladas destes atos. Recorremos, para tal efeito, e apenas de forma analógica, à análise apresentada por Tambiah para a violência coletiva nos conflitos etno-nacionalistas no sul da Ásia. Tambiah observa estes eventos, caóticos a um primeiro olhar, particularmente a olhares externos, dirigidos desde o Ocidente, tomando como base sua proposta, já referida aqui, de uma abordagem performativa dos rituais. Tal abordagem impõe ao autor, de saída, uma dificuldade análoga à que nos impusemos quanto à possibilidade de se tipificar um certo conjunto de atos como sendo atos de violência homofóbica: como identificar o ritual? Afirma o autor:

Anthropologists cannot in any *absolute* way separate ritual from nonritual in any societies they study. But *relative* contrastive distinctions (rather than *absolute* distinctions) help to distinguish between certain kinds of social activity. (1985, p.125)

O que dá o caráter especial ao tipo de evento que Tambiah analisa à luz da abordagem performativa dos rituais é justamente seu caráter performativo, a que o autor atribui três sentidos diferentes, como se verá. A definição mínima de ritual da qual parte o autor é a de

a culturally constructed system of symbolic communication. It is constituted of patterned and ordered sequences of words and acts,

often expressed in multiple media, whose content and arrangement are characterized in varying degree by formality (conventionality), stereotypy (rigidity), condensation (fusion), and redundancy (repetition). Ritual action in its constitutive features is performative in these three senses: in the Austinian sense of performative, wherein saying something is also doing something as a conventional act; in the quite different sense of a staged performance that uses multiple media by which the participants experience the event intensively; and in the sense of indexical values – I derive this concept from Peirce – being attached to and inferred by actors during the performance. (id., p.128)

Os atos de violência coletiva que Tambiah aborda em *Leveling Crowds* se permitem a analogias com a violência homofóbica em vários sentidos, como a própria rotinização. Mas a principal medida de aproximação é o fato de que também nos casos sul-asiáticos há uma forte dimensão de caracterização, na medida em que os levantes envolvem processos de afirmação étnica. O autor apresenta três perspectivas possíveis para a compreensão destes fenômenos, todas as três parcialmente válidas, ajudando a iluminar aspectos diferentes dos conflitos: 1. Os *riots* podem ser vistos como “erupções”, isto é, explosões descontroladas provocadas pelo acúmulo de tensão. Estas erupções têm também duas facetas: a. podem ser causadas por tensões e conflitos subjacentes à própria organização da sociedade ou b. pode se tratar de violações ou rupturas com as normas e arranjos da ordem social cotidiana e, portanto, tratar-se de atos excessivos. 2. Os *riots* podem ser compreendidos à luz das teorias semióticas ou performativas, vistos desde um contexto mais amplo de normas políticas e morais, práticas culturais e convenções. Estas perspectivas também se dividem em três possibilidades de compreensão da performatividade, conforme já apontado em outra citação do autor, acima, qual sejam: a. o sentido austiniano de que dizer algo é também fazer algo; b. o sentido de uma performance encenada; c. no sentido, de inspiração peirciana, da mobilização de valores “indéxicos” sendo existencialmente transferidos para e inferidos pelos atores durante as performances, conferindo-lhes prestígio, legitimidade, autoridade, poder e outras formas de capital simbólico. E, finalmente, o sentido 3. é atribuído a contextos em que os conflitos étnicos tornaram-se crônicos, partes enraizadas das cosmologias dos agentes envolvidos. Nesses casos,

Conflict is not merely a situation of episodic and discontinuous riots with periods of peace and near-normal life in between; conflict has become an everyday and seemingly permanent state of affairs; it has turned into a state of civil war... focus on all the forms of collective violence being enacted, less as eruptions and results of underlying fissures and conflicts in the “infrastructure”, “relations of production”, or “institutional structure” of society, and more as a force and agency that has attained its own autonomy, has become “a self-legitimizing sphere of social discourse and transaction” in its own right that actually structures and direct political action... semiotics of violence... discourse of violence... structuring role of this collective agonistic violence... efficacious in the construction, production, maintenance, and reproduction of ethnic identity and solidarity itself. What was previously seen as an effect now serves as a cause. Violence shapes the urban space of ethnic enclaves... it has become a mode of gaining or losing urban space, and of displacing, moving and resettling populations. (1996, p.223)

Podemos nos inspirar na análise proposta por Tambiah e também perceber a violência homofóbica dentro das três perspectivas propostas pelo autor. Por um lado, é certo que suas manifestações individuais e impulsivas têm uma dimensão “explosiva”, particularmente próxima do primeiro tipo de “erupção” apresentada por Tambiah, aquela motivada por conflitos já existentes, mesmo que reprimidos, na organização da sociedade. Mas, como já procuramos demonstrar aqui, é certo que tal caráter impulsivo é apenas uma dimensão, provavelmente a mais individual e atomizada, dos atos violentos homofóbicos. Há um caráter nitidamente semiótico e performativo em tais esforços de caracterização de si pela caracterização (destrutiva) do outro, e se até aqui nos concentramos em uma noção da performatividade aproximada sobretudo de seu sentido austiniano, notamos também que o caráter público dos assassinatos de Fred Feldman e Décio Escobar apontam para um espaço de performance cênica. Por outro lado, a noção peirciana de indexicalidade conforme trabalhada por Tambiah é muito frutífera para a análise dos atos a que aqui nos propomos pensar, na medida em que é justamente de atos que transferem e inferem valores que estamos tratando, e o capital simbólico da “masculinidade” é elemento-chave para a compreensão destes crimes.

Finalmente, é no terceiro ponto, o da percepção do conflito como uma dimensão crônica estruturante dos valores e organização social, que podemos perceber os atos de violência homofóbica como intimamente associados, conectados por um mesmo universo cosmológico, que lhes atribui seu sentido último.

Assim, olhando para os atos de violência homofóbica a partir de uma perspectiva inspirada na idéia austiniana de performatividade, podemos elaborar uma caracterização deste conjunto de atos radicalmente diferente da noção corrente que apresentamos no início deste trabalho. Se antes caracterizávamos tais atos como formas de violência direcionadas aos signos da diferença em alteridades identificadas como “anormais” do ponto de vista da sexualidade e do gênero (*gays*, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros), podemos propor agora tais eventos como atos violentos performativos responsáveis eles próprios por criar essa diferença. Em outras palavras, a diferença não é um dado anterior sobre o qual se direciona o desejo violento, ela é ela própria o sentido e o efeito do ato violento.

Nesse sentido, entendo que é a semelhança ontológica, a memória de uma constituição compartilhada, fundamental, e não uma diferença irreconciliável o que motiva o repúdio a essas alteridades. E é importante frisar que embora não tenhamos proposto aqui nenhuma definição do que seja a violência, em termos abstratos, os atos violentos de que estamos tratando aqui são atos extremos, de agressões materiais à integridade não apenas moral, mas também corporal das vítimas. Se levarmos às últimas conseqüências o argumento, demonstraremos, pela mesma lógica, que a caracterização performativa das chamadas “diferenças sexuais” ou “de gênero”, isto é, o ato mesmo de tipificar pelo suposto comportamento sexual, é em si mesmo violento, e os atos de violência excessiva de que nos ocupamos aqui são exemplos de projeções descontroladas, exageradas de uma ordem cosmológica. É a própria indistinção do gênero e do sexo proposta e encenada pelas travestis que é alvejada pelo ato violento que procura inaugurar uma distinção, instalar uma diferença. No caso da morte de Fernanda, a quem escrevo em tributo este trabalho, soma-se à sua travestilidade o fato de se tratar de uma pessoa negra, e a violência brutal sobre seu corpo e sua humanidade faz cruzar em um ato significativo macabro os pilares ideológicos de sustentação de uma sociedade ainda colonial e desigual: o racismo, o sexismo, a homofobia.

IV. Ocupando espaços

1. Alteridade e Violência

Tão próximo do Eixo Monumental – endereço, a um só tempo, das sedes dos poderes executivos federal e distrital – o Setor Comercial Sul é um espaço político e um espaço de política. Político como o são todos os espaços, e ainda mais os espaços diversos, palcos de incontáveis contradições. Em seus edifícios abriga uma série de instituições públicas, de sedes de partidos e sindicatos a anexos ministeriais e outros órgãos governamentais. A Universidade de Brasília (UnB), como outras instituições de ensino superior da capital, ocupa ali salas e uma galeria de exposições, a Casa da América Latina. O Ministério da Saúde, instituição que tem assumido papel pioneiro no diálogo e na parceria com segmentos dos movimentos LGBT, e particularmente com grupos organizados de travestis e transexuais, também está presente no Setor Comercial Sul, com a Secretaria de Vigilância Sanitária e a Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa.

Desde o ano de 2008, uma das salas da Universidade de Brasília no Setor Comercial Sul, na Quadra 4, é ocupada pela sede do Núcleo de Estudos da Diversidade Sexual e de Gênero, o Nedig, vinculado ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), da UnB. Naquele mesmo ano, no âmbito das ações do Nedig e em parceria com o Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica de Brasília, surgiu o projeto do grupo de pesquisa *Alteridade e Violência: Travestis e mulheres transexuais em situação de prostituição no Distrito Federal*, coordenado pela Professora Ondina Pena Pereira, selecionado e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O trabalho do grupo de pesquisa tem como objetivo “realizar um mapeamento sistemático das formas de exclusão, vulnerabilidade e violência sofridas pela população de travestis que exercem a prostituição no Distrito Federal”, propondo para isso um deslocamento metodológico radical na forma da relação da pesquisa com as próprias travestis. Toda a segunda etapa do trabalho de campo que dá origem a este texto foi desenvolvida no âmbito das ações do grupo de pesquisa. Da mesma forma, devo muito do desenvolvimento do trabalho às conversas e à convivência com o grupo.

A proposta de constituir parcerias com travestis ou transexuais dispostas a se engajarem como pesquisadoras das formas de violência sofridas por elas próprias, de forma remunerada, com entrevistas realizadas em diversos espaços de prostituição no Distrito Federal, só foi viabilizada com o surgimento, no segundo semestre de 2009, da Associação do Núcleo de Apoio e Valorização à Vida de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Distrito Federal e Entorno (Anav-Trans). Antes da constituição desta parceria, fizemos uma série de convites e aproximações junto a outras pessoas, que mesmo quando se mostraram curiosas, receptivas, interessadas ou mesmo dispostas a integrar a pesquisa num primeiro momento, acabavam por não dar seqüência ao estabelecimento de relações mais concretas com o trabalho. “Em alguns momentos cogitamos interromper a pesquisa e devolver o recurso ao seu órgão financiador”, escrevem Ondina Pereira, Daniela Gontijo e Flávia Timm em um artigo onde discutem a experiência de cooperação que acabou por se desenvolver entre o grupo de pesquisa e a Anav-Trans.⁵¹

Com a consolidação da parceria, um grupo de seis travestis da Associação se juntou ao grupo de pesquisa na condição de pesquisadoras. Toda a metodologia do trabalho de campo, da abordagem às travestis na rua e a elaboração dos questionários foi feita em parceria, no contexto de oficinas desenvolvidas na sala do Nedig, que acabou por ser cedida à Associação em horários específicos para a realização de reuniões e plantões. Ao final do trabalho de aplicação dos questionários, foram realizadas 86 entrevistas com travestis e transexuais de todo o Distrito Federal. As entrevistas foram conduzidas pelas pesquisadoras da Anav-Trans, muitas vezes com a companhia de outros (as) integrantes do grupo de pesquisa. A etapa de análise dos dados levantados com os questionários ainda não foi realizada, mas também será feita em parceria com a Associação.

2. Parceria e demanda

Iniciei as visitas ao Setor Comercial Sul, que acabaram por dar origem à minha pesquisa em campo e a uma perspectiva feminista de engajamento no mundo, a partir de um convite para conhecer e participar de um esforço de visibilização da existência de

⁵¹ Pereira, Gontijo e Timm (2010).

travestis e mulheres transexuais, sobretudo nos espaços de prostituição, feito por uma militante. Naquela ocasião, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, P. me contou que certa vez, nesta mesma casa, um conhecido deputado lhe dissera, ironizando seu pedido por apoio na luta pelos direitos de travestis e transexuais, que “não existem travestis em Brasília”. Diante de tamanho cinismo, agravado pelos mecanismos de segregação espacial que freqüentemente as excluem dos espaços públicos, dar visibilidade à existência, às experiências, à memória e ao lugar histórico de travestis e transexuais no Distrito Federal, no Brasil, na América Latina e no mundo é um trabalho politicamente fundamental e fundamentalmente político.

Em uma das tentativas de constituição de uma parceria de trabalho para o desenvolvimento das ações do grupo de pesquisa *Alteridade e Violência*, convidamos duas militantes transexuais para as reuniões do grupo de estudos que se desenvolveu durante a primeira fase da pesquisa. Ambas aceitaram o convite e compareceram à primeira reunião. Após apresentarmos os objetivos da pesquisa, elas expuseram suas impressões e suas condições para participação ativa no projeto. Disseram que ainda que reconhecessem a importância da iniciativa, julgavam que um trabalho que abordasse as relações de travestis e transexuais com a violência e a prostituição acabaria por reificar ainda mais uma imagem negativa e já bastante investida nos meios de comunicação. Sugeriram, como alternativa, que propuséssemos um trabalho de pesquisa justamente sobre as travestis e transexuais que estão envolvidas em atividades que **não** a prostituição, em um esforço pelo enfrentamento ao automatismo deste vínculo.

Concordo com a importância da proposta, e de forma alguma pretendo com este trabalho – assim como não pretendemos com as ações do grupo de pesquisa – propor uma leitura única das experiências de travestis e transexuais. Ao longo dos últimos quatro anos, conheci muitas travestis e transexuais envolvidas em uma ampla gama de atividades. São funcionárias públicas, universitárias, cabeleireiras, lojistas, garçonetes, produtoras culturais, cantoras, dançarinas, atrizes, escritoras, militantes, entre muitas outras histórias possíveis. Muitas nunca tiveram qualquer tipo de vínculo com o mundo da prostituição; outras deixaram a *rua* para procurar outras formas de trabalho; outras tantas acumulam com a *rua* diversas atividades.

A parceria da Anav-Trans com as atividades do grupo de pesquisa sinaliza, no entanto, como ainda é necessário o engajamento demandado por P., há pouco mais de

quatro anos, na visibilização dos espaços e lugares marginalizados ocupados por muitas travestis e transexuais em uma cidade como Brasília. Da mesma maneira, é fundamental que se busque estratégias de compreensão e crítica dos mecanismos e estruturas que marginalizam, segregam e expõem a formas sistemáticas de violência algumas alteridades específicas com mais intensidade. É neste sentido que espero que a dissertação que aqui concluo possa exercer sua contribuição. Mas acredito, fundamentalmente, na importância de trabalhos que envolvam parcerias mais amplas e concretas, como é o caso daquela desenvolvida entre o grupo de pesquisa *Alteridade e Violência* e a Anav-Trans.

V. Bibliografia

- AGAMBEN, Giorgio. 2004a. *Homo Sacer: o Poder Soberano e a Vida Nua I*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- _____. 2004b. *Estado de Exceção*. São Paulo. Boitempo.
- AREDA, Felipe. 2008. “*Serás hetero ou não serás!*”: *Abjeção, Violência e Purificação*. Dissertação de graduação em Antropologia. Universidade de Brasília.
- ARGUEDAS, José María. 1996 [1971]. *El Zorro de Arriba y el Zorro de Abajo*. “Edición crítica”, Ève-Marie Fell (coord.). Madri; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo Rio de Janeiro; Lima: ALLCA XX.
- AUSTIN, J. L. 1975. *How to Do Things with Words*. Harvard Univ. Press.
- BAUMAN, Zygmunt. 2006. *Confianza y temor en la ciudad: Vivir con extranjeros*. Mallorca: Arcadia.
- BENEDETTI, Marcos Renato. 2005. *Toda Feita: O corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond.
- BENSUSAN, Hilan. 2004. “Observações sobre a libido colonizada: tentando pensar ao largo do patriarcado”. *Revista Estudos Feministas*, jan.-abr., ano/vol. 12, número 001. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BENTO, Berenice. 2006. *A Reinvenção do Corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond.
- BIRMAN, Patrícia. 1995. *Fazer estilo, criando gêneros: possessão e diferenças de gênero em terreiros de umbanda e candomblé no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Editora da UERJ.
- BOURDIEU, Pierre e WACQUANT, Loïc. 2002. “Sobre as Artimanhas da Razão Imperialista”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Vol. 24, Nº 1. Rio de Janeiro. Acessado em 7 de abril de 2010 em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000100002

- BRÜCKMANN, Ernesto Toledo. S.d. “La Música en el Cuento Orovilca. Referencia al contexto musical urbano en la adolescencia de José María Arguedas”. *Patria Roja*. Lima. Acessado em 2 de abril de 2010 em http://www.patriaraja.org.pe/index.php?view=article&catid=35:articulos-y-colaboraciones&id=118:la-musica-en-el-cuento-orovilca&format=pdf&option=com_content&Itemid=58
- BUTLER, Judith. 2006. *Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence*. Londres e Nova York: Verso.
- _____. 2000. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. LOURO, Guacira Lopes (org.): *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica. Pp. 153-172.
- _____. 1993. *Bodies that matter: On the discursive limits of “sex”*. Nova York e Londres: Routledge.
- BUTLER, Judith & SPIVAK, Gayatri Chakravorty. 2007. *Who Sings The Nation-State? Language, politics, belonging*. Londres, Nova York, Calcutá: Seagull.
- CAMPOS, Neio. 1988. *A produção da segregação residencial em cidade planejada*. Dissertação de mestrado em Planejamento urbano. Universidade de Brasília.
- CAMPUZANO, Giuseppe. 2009. “Andróginos, hombres vestidos de mujer, maricones... el Museo Travesti del Perú”. *Bagoas*, Nº 4, pp. 79-94.
- _____. 2008. *Museo Travesti del Perú*. Lima: IDS.
- _____. 2006. “Reclaiming Travesti Histories”. *IDS Bulletin*, Vol. 37, Nº 5, pp. 34-39.
- CARVALHO, Clarissa. 2007. *Travestis, Transexuais e Transgêneros: a demanda pela separação em três identidades de gênero/políticas segundo militantes do Distrito Federal*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.
- CASTELLO, Luís Filipe Montenegro. 2008. *Fissuras urbanas*. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília.

- CONRWALL, Andrea. 1994. "Gendered Identities and Gender Ambiguity Among Travestis in Salvador, Brazil". In: CORNWALL, Andrea & LINDISFARNE, Nancy. *Dislocating Masculinity*. Londres: Routledge.
- CRAPANZANO, Vincent. 1992. *Hermes' Dilemma & Hamlet's Desire. On the epistemology of interpretation*. Harvard Univ. Press.
- DOUGLAS, Mary. S/d. *Pureza e Perigo. Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu*. Lisboa: Edições 70.
- DURKHEIM, Émile. 1973. *A Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Abril Cultural.
- EVANS-PRITCHARD, Edward E. 1978. *Os Nuer*. São Paulo: Perspectiva.
- FACCHINI, Regina. 2005. *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. São Paulo: Garamond.
- FILHO, Jorge Pereira. 2006. "Romper com o eurocentrismo" [entrevista com Aníbal Quijano]. *Brasil de Fato*, 23 de junho de 2006. Acessado em 6 de abril de 2010 em http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/news_item.2006-06-23.1667827476
- FOUCAULT, Michel. 2002. "Aula de 17 de março de 1976. Do poder de Soberania ao poder sobre a vida..." *Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. 1998. *História da sexualidade 1 – A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. 1979. Sobre a História da Sexualidade. In: *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FRY, Peter. 1982. "Homossexualidade masculina e cultos afro-brasileiros". In: *Para inglês ver – Identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FURTADO, Celso. 2003. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

- GABRIEL, Alice. 2006. *Confabulações Acerca do Debate Natureza/Cultura: uma aproximação à Trilogia de Xenogênese de Octavia Butler*. Monografia final de graduação em filosofia. Departamento de Filosofia. Universidade de Brasília. Apud AREDA, Felipe. 2008.
- GALEANO, Eduardo. 1979. *As veias Abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HAROUEL, Jean-Louis. 1998. *História do Urbanismo*. São Paulo: Papirus.
- HOLSTON, James. 1993. *A Cidade Modernista: Uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- INGRAM, Gordon Brent. 2007. “Fragments, Edges & Matrices: Some Landscape Ecologies of Networks of Sexual Minorities within Neighbourhoods”. *Queer Ecologies: Sex, Nature, Politics & Desire*.
- LA FOUNTAIN-STOKES, Lawrence. 2010. “Giuseppe Campuzano e o Museo Travesti del Perú”. Entrevista com Giuseppe Campuzano. *Instituto Hemisférico de Performance e Política*. Acessado em 7 de abril em <http://hemisphericinstitute.org/hemi/pt/campuzano-interview>.
- LANDES, Ruth. 1994 [1947]. *The City of Women*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- LEITE, Gabriela Silva. 1992. *Eu, Mulher da Vida*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- LIENHARD, Martin. 1996. “La ‘andinización’ del vanguardismo urbano”. *El Zorro de Arriba y el Zorro de Abajo*. Éve-Marie Fell (coord.). Madri; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo Rio de Janeiro; Lima: ALLCA XX.
- LITTLE, Paul Eliot. 2002. “Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade”. *Série Antropologia*. Universidade de Brasília.
- MALUF, Sônia Weidner. 2002. “Corporalidade e desejo: *Tudo sobre minha mãe e o gênero na margem*”. *Revista Estudos Feministas*, vol. 10, nº1. Florianópolis: UFSC.

- MATORY, J. Lorand. 1994. *Sex and the Empire That Is No More: Gender and the Politics of Metaphor in Oyo Yorubá Religion*. Minneapolis: University of Minnesota.
- MAUSS, Marcel. 2005 [1909]. “A Prece”. In *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva.
- MAUSS, Marcel e HUBERT, Henri. 2003 [1904]. “Esboço de uma Teoria Geral da Magia”. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.
- MOURA, Cristina Patriota de. 2006. A Fortificação Preventiva e a Urbanidade como Perigo. *Série Antropologia*, Nº 407. Brasília: Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília.
- NEGRI, Antonio. 2002. *O Poder Constituinte: Ensaio sobre as alternativas da modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- OLIVEIRA, Neusa Maria de. 1994. *Damas de paus: O jogo aberto dos travestis no espelho da mulher*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA.
- PAVIANI, Aldo. 1988 . “Brasília – As Duas Faces da Capital”. In: *Brasília: a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. Brasília: EdUnB.
- PELÚCIO, Larissa. 2005. Na noite nem todos os gatos são pardos: Notas sobre a prostituição travesti. *Cadernos Pagu*, nº25. Campinas: Unicam.
- PEREIRA, Ondina Pena; GONTIJO, Daniela; TIMM, Flávia. 2010. “Alteridade e Violência: travestis e mulheres transexuais em situação de prostituição no DF”. Trabalho apresentado no 9º *Seminário Internacional Fazendo Gênero*, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina, nos dias 23 a 26 de agosto de 2010.
- PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. 2002. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 10, nº 1, 2002. Consultado em 25 de Maio de 2009: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100009.

- QUIJANO, Aníbal. 2002. “Colonialidade, poder, globalização e democracia”. *Novos Rumos*, nº37, São Paulo, Instituto Astrojildo Pereira, pp.4-28.
- _____. 2000a. “Colonialidad del Poder y Clasificación Social”. *Journal of World-Systems Research, Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein*, Parte I, Vol. VI, Nº 2, pp. 342-386.
- _____. 2000b. “¡Qué tal Raza!”. *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*, Vol. 6, Nº 1. Caracas. Pp. 37-45. Acessado em 2 de abril de 2010 em <http://alainet.org/active/929&lang=es>.
- _____. 2000c. “Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In.: Lander, Edgardo, comp. Colonialidad del Saber, Eurocentrismo y Ciencias Sociales”. *CLACSO-UNESCO*. Acessado 3 de abril de 2010 em <http://www.cholonautas.edu.pe/modulo/upload/Anibal%20Quijano.pdf>.
- RAMOS, Alcida Rita. 1990. *Memórias Sanumá: tempo e espaço em uma sociedade Yanomami*. São Paulo e Brasília: Marco Zero e UnB.
- RIBEIRO, Marcelo R. S. 2006. “As tramas do gênero e a geopolítica do nome de África: Notas sobre exotização e erotização na cinematogrÁfrica”. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 7 – Gênero e Preconceitos*. Anais. Florianópolis: UFSC. Consultado em 25 de Maio de 2009: <http://malembemalembe.ceart.udesc.br/textos/marcelorsribeiro2.pdf>.
- SANTARÉM, P. H. S. (Paíque). 2008. *Transporte público para um público de cor: Mobilidade negra em uma cidade de espaços racialmente marcados*. Trabalho de conclusão de PIC. Brasília: Universidade de Brasília.
- SANTOS, Milton. 1978. *Por Uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec.
- SEGATO, Rita Laura. 2005a. “Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea”. *Série Antropologia*, Nº 373. Brasília: Depto. de Antropologia, Universidade de Brasília.
- _____. 2005b. “La faccionalización de la República y el paisaje religioso como índice de una nueva territorialidad”. *Série Antropologia*, Nº 376. Brasília: Depto. de Antropologia, Universidade de Brasília.

- _____. 2005c. *Santos e Daimones. O Politeísmo Afro-Brasileiro e a Tradição Arquetipal*. Brasília: UnB.
- _____. 2004. “Territorio, soberanía y crímenes de segundo Estado: la escritura en el cuerpo de las mujeres asesinadas en Ciudad Juárez”. *Série Antropologia*, N° 362. Brasília: Universidade de Brasilia.
- _____. 2003. *Las Estructuras Elementales de la Violencia. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes.
- _____. 1998. “Alteridades Históricas/Identities Políticas: Una Crítica a las certezas del pluralismo global”. *Série Antropologia*, n°234. Brasília: Universidade de Brasília.
- SILVA, Hélio R. S. 1993. *Travesti: A invenção do Feminino*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ISER.
- SIQUEIRA, Monica Soares. 2009. *Arrasando Horrores! Uma etnografia das memórias, formas de sociabilidade e itinerários urbanos de travestis das antigas*. Tese de doutorado defendida no Departamento de Antropologia da UFSC.
- SOUSA, Nair Heloísa Bicalho de. 1983. *Construtores de Brasília: Estudo de Operários e sua Participação Política*. Petrópolis: Vozes.
- SOUZA, Eveline Karielle de. 2010. *Quando algumas travestis esbarram na dependência química: caminhos e espaços para o tratamento*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Brasília.
- TAMBIAH, Stanley J. 1996. *Leveling Crowds. Ethnonationalis Conflicts and Collective Violence in South Asia*. Univ. of California Press.
- _____. 1985. “A performative approach to ritual”. In *Culture, Thought and Social Action*. Harvard Univ. Press.
- TREVISAN, João Silvério. 2002. *Devassos no Paraíso. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Record.

TUAN, Y. F. 1983. *Espaço e Lugar*. São Paulo: Difel.

ŽIŽEK, Slavoj. 2003. *Bem-vindo ao Deserto do Real!*”. São Paulo: Boitempo.

_____. 1996. “Como Marx inventou o sintoma?” In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.

VI. Filmografia

MARTINS, Alexandra; MATOS, Elisa; MACDOWELL, Pedro. 2009. *Branqueza, Ordem e Concreto*. Documentário, 7 minutos, cor, Brasil.

MINH-HA, Trinh T. 1983. *Reassemblage*. Documentário, 40 minutos, cor, Vietnã.

CAPUTO, Denise. 2007. *A Saga das Candangas Invisíveis*. Documentário, 17 minutos, cor, Brasil.